

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objecto de estudo a igreja de Nossa Senhora da Luz, paroquial da freguesia da Luz de Tavira. Cronologicamente, este ensaio vai abranger sobretudo o período que decorre entre os primeiros anos da centúria de Quinhentos e os meados do século XVIII, uma vez que terá sido durante esse período que terão sido executadas a maior parte das obras que constituem a matéria do presente trabalho. O mencionado limite cronológico poderá ser pontualmente alargado, sempre que isso se torne necessário para uma melhor interpretação dos factos.

A igreja paroquial de Nossa Senhora da Luz nunca foi objecto de um estudo científico aprofundado. Existem sobretudo referências pontuais, quase sempre dispersas por publicações generalistas ou análises de conjunto, ao facto de se tratar do único exemplar de *hallekirche* (igreja-salão) existente na região algarvia e à qualidade artística de alguns dos seus elementos arquitectónicos, nomeadamente do seu portal lateral manuelino. Para além disso, a hipótese de ter existido uma igreja anterior à actual, circunstância desde logo reforçada pela coexistência de elementos arquitectónicos característicos de diferentes formulários artísticos no edifício, apesar de sempre insinuada, nunca foi concretizada ou efectivamente explanada em termos formais e cronológicos.

O objectivo primordial deste trabalho é produzir um estudo científico, o mais rigoroso e fundamentado possível, acerca da dita igreja, e das manifestações artísticas no seu interior. Nesse sentido, será fundamental perceber as transformações que o edifício sofreu ao longo dos séculos, desde a fundação até à actualidade, procurando criar um modelo explicativo, coerente, que permita dar resposta a algumas das muitas questões que permanecem a esse respeito, nomeadamente as de âmbito cronológico e autoral. No entanto, e tendo em conta as limitações existentes, sobretudo no que respeita à documentação relativa ao dito objecto de estudo, convirá sublinhar que o presente trabalho não se pretende apresentar como um estudo definitivo, capaz de oferecer todas as respostas, mas antes como um conjunto de informações, criteriosamente recolhidas e organizadas, e de algumas propostas de interpretação, tão fundamentadas quanto possível.

Uma vez estabelecido o objecto de estudo, e os objectivos deste ensaio, foi necessário consultar toda a bibliografia existente sobre o tema, que se encontra dispersa e integrada em publicações de carácter geral, quase sempre em obras relativas à conjuntura histórica e artística na qual se insere a igreja da Luz. Porém, como já se disse, não existe um estudo monográfico

exclusivamente dedicado ao seu estudo. Existem, é verdade, alguns trabalhos, de incontestável valor, acerca da história da freguesia, das origens do culto de Nossa Senhora da Luz, de aspectos específicos do edifício ou das manifestações artísticas existentes no seu interior, mas nenhum que, do ponto de vista da História da Arte, ofereça uma leitura global do conjunto. Não obstante, merecem particular destaque, de entre as numerosas obras consultadas: o *Santuário Mariano* (1716), da autoria de Frei Agostinho de Santa Maria, nomeadamente o título dedicado à milagrosa imagem de Nossa Senhora Luz da Cidade de Tavira; a *Monografia da Luz de Tavira* (1991), de Francisco Xavier de Ataíde Oliveira, dada à estampa no longínquo ano de 1912; um artigo do investigador Arnaldo Casimiro Anica, intitulado *A devoção a Nossa Senhora da Luz de Tavira* (1990), publicado na imprensa local; a obra *Tesouros artísticos do Algarve* (1990), de José António Pinheiro Rosa; o livro *A Arquitectura religiosa do Algarve de 1520 a 1600* (1987), da autoria de José Eduardo Horta Correia; um folheto editado pela Câmara Municipal de Tavira, sob o título de *A igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz* (2001), da autoria de Francisco Lameira, ou os livros *A Talha no Algarve durante o Antigo Regime* (2000) e *O Retábulo no Algarve* (2007), do mesmo autor; assim como a obra *A pintura sacra em Tavira (séculos XV a XX)* (2004), de Isabel Macieira, ou ainda um artigo, da autoria de Vítor Serrão, intitulado *O contexto artístico da Tavira quinhentista* (2003), entre outras que, oportunamente, serão referidas.

Analisada a bibliografia publicada, e extraídas as referências a fontes documentais nela contidas, tornou-se indispensável voltar a examinar toda a documentação original, guardada nos arquivos, não por duvidar da competência científica dos autores consultados, mas antes por ter consciência da subjectividade inerente à interpretação documental, e por se entender que a especificidade do ensaio exigia uma leitura exaustiva de todas as fontes disponíveis. Na medida do possível, foram também exploradas algumas fontes documentais inéditas, nomeadamente aquelas em que, por questões de âmbito geográfico ou cronológico, existia maior probabilidade de encontrar novas informações acerca do objecto de estudo. Constituíram fontes privilegiadas para este estudo, entre outros, o Arquivo paroquial da Luz de Tavira (APLT), sobretudo os livros de registo de Visitas episcopais, o Arquivo Distrital de Faro (ADF), nomeadamente os fundos relativos aos assentos notariais referentes ao termo de Tavira, bem como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Ainda durante a fase de recolha de informação, constatou-se, com alguma surpresa, que não existia qualquer documentação gráfica relativa ao objecto de estudo. Por esse motivo (e com todas as dificuldades de natureza prática e técnica inerentes a uma empreitada desse género) foi necessário proceder a um levantamento preliminar de esboços relativos à planta e alçados do

edifício, tarefa que se havia de assumir como um trabalhoso objectivo secundário, de grande relevância para a leitura arquitectónica da igreja.

Uma vez concluída a etapa de recolha de informação, foi preciso estabelecer contacto directo com o objecto de estudo, procurando confrontar as informações recolhidas na bibliografia e nas fontes documentais inéditas com a análise objectiva das características formais do edifício e das manifestações artísticas que o ornamentam. Seguidamente, foram criticamente analisadas todas as propostas de cronologia e autoria até agora apresentadas, de modo a poder confirmá-las ou refutá-las. Para além disso, sempre que possível, foram apresentadas novas hipóteses de interpretação, documental ou materialmente fundamentadas. Por último, procedeu-se à produção dos textos escritos.

No que diz respeito à estrutura, este trabalho divide-se em dois grandes capítulos, cada um dos quais constituído por alguns subcapítulos, secundados por um conjunto de anexos: documental (cronologicamente organizado), gráfico e fotográfico.

O primeiro capítulo trata do território e da sociedade. No primeiro item é feita uma análise dos diferentes aspectos relacionados com a história da freguesia de Nossa Senhora da Luz. Consideram-se as suas especificidades socioeconómicas e geográficas, temáticas que se revestem de particular relevância no âmbito do estudo de uma igreja paroquial. O segundo item do capítulo inaugural é totalmente dedicado ao culto da Senhora da Luz, no âmbito nacional e também local.

O segundo capítulo aborda especificamente a igreja paroquial de Nossa Senhora da Luz. No primeiro item é apresentada uma proposta de modelo explicativo, relativa aos diferentes momentos construtivos do edifício, e uma descrição e análise, tão exaustiva quanto possível, dos aspectos formais relacionados com a igreja e com a ornamentação existente no interior. Note-se que, por questões essencialmente práticas, sobretudo relacionadas com o desejo de manter a fluidez do discurso, optou-se por apresentar o item dedicado à análise formal em último lugar, não obstante o facto de muitas das propostas de interpretação avançadas no item anterior serem fundamentadas por essa mesma análise.

CAPÍTULO I: O TERRITÓRIO E A SOCIEDADE

1. A FREGUESIA DA LUZ

Para compreender os aspectos que terão envolvido a construção da igreja paroquial de Nossa Senhora da Luz, assim como a encomenda e execução dos diferentes elementos que compõem a sua ornamentação interior, é fundamental conhecer as especificidades da freguesia, do seu território e da sua população. De facto, e sobretudo por se tratar de uma igreja paroquial, sede de uma freguesia, é impossível analisar criticamente este edifício, as suas particularidades e características distintivas, sem procurar conhecer a conjuntura em que o mesmo foi projectado e erigido. Cada edifício é sempre único e inimitável, precisamente por ser resultado de uma série de condições específicas. Portanto, e antes de avançar para a análise da paroquial propriamente dita, interessará proceder à caracterização sumária do território da freguesia da Luz, da sua economia e do seu tecido social.

1.1. O território no âmbito do Termo de Tavira

A Luz de Tavira é uma das nove freguesias do concelho e comarca de Tavira (distrito de Faro e Diocese do Algarve)¹. Foi originalmente denominada como de Nossa Senhora da Luz. O seu território ocupa uma área de cerca de 31,5 km² e assenta na sua maior parte em planície, registando-se apenas a existência de alguns cerros de pouca altura nos extremos Sul e Oeste. Confina pelo nascente com a freguesia de Santiago e pelo Norte com Santo Estêvão (ambas pertencentes ao concelho de Tavira), pelo poente com Moncarapacho (Olhão) e pelo Sul com a Ria Formosa e com o mar.

Fig. 1

Apesar de não se conhecer a data de criação da freguesia, é provável que esta tenha ocorrido nos primeiros anos do século XVI. De facto, a mais antiga referência documental a um *cura* de Nossa Senhora da Luz, sugerindo a existência de uma freguesia independente, data de 1514². Para além disso, valerá a pena sublinhar que alguns autores datam o actual portal lateral (manuelino) da igreja paroquial de cerca de 1510³ e, admitindo que a igreja já existia nessa data, certamente estava também instituída a freguesia. Provavelmente, a paróquia terá sido criada por

¹ Terá adoptado a designação de Luz de Tavira no início do século XX. Foi elevada à categoria de vila em 2001. Dista cerca de 6 quilómetros da cidade de Tavira, 30 de Faro e 330 de Lisboa.

² Cf. Arnaldo Casimiro **ANICA**, *Tavira e o seu Termo*, 1993, pág. 20.

³ Cf. Pedro **DIAS**, *A arquitectura manuelina*, 2009, pág. 135.

D. Fernando Coutinho, prelado que esteve à frente da diocese do Algarve entre 1502 e 1538, ou eventualmente ainda pelo seu antecessor, D. João Camelo (1486-1501). Foi constituída a partir da divisão do território da antiga paróquia de Santiago de Tavira e, por esse motivo, ficou sob a dependência directa do bispo de Silves, ao contrário das freguesias de Santa Maria e Conceição de Tavira, tuteladas pela Ordem Militar de Santiago⁴.

1.1.1. Os *contios* e os *sítios*

O território da freguesia da Luz de Tavira é actualmente constituído por dezassete *sítios*, ou lugares, a saber: Igreja, Palmeira, Morgadinho, Amaro Gonçalves, Fundo, Belmonte, Pinheiro, Rato, Torre de Aires, Livramento, Arroteia, Maragota, Pereirinhas, Brejo, Campina da Luz, Arroio e Antas.

Fig. 2

Fig. 3

Alguns dos actuais topónimos são garantidamente anteriores à instituição da freguesia, nomeadamente os de Antas⁵ (por vezes deturpado em Andas⁶ ou Ondas⁷), Belmonte⁸ e Arroio,

⁴ Na década de 40 do século XIII, logo após a conquista aos mouros, o rei doou o padroado das igrejas de Tavira à Ordem de Santiago (Cf. Damião Augusto de Brito **VASCONCELOS**, *Notícias Históricas de Tavira - 1242/1840*, 1999, pp. 25 e 26). Porém, em 1270, o monarca vai entregar o padroado das igrejas da freguesia de Santiago ao Bispo de Silves (Cf. Arnaldo Casimiro **ANICA**, *op. cit.*, 1993, pág. 19). Deste modo, ficavam separados os padroados das igrejas (construídas e a construir) do termo de Tavira.

⁵ A mais antiga referência documental ao sítio *das Antas*, remonta à década de 30 do século XIII, data em que o actual território da freguesia estava ainda integrado no termo da Tavira muçulmana. Terá sido um episódio ocorrido no dito sítio *das Antas* a provocar a investida militar que culminou com a conquista de Tavira por parte das hostes cristãs. Segundo a designada *Crónica da conquista do Reino do Algarve* (documento escrito em meados do século XIV, por autor anónimo), por volta do ano de 1239, no mês de Junho, aproveitando as tréguas temporárias estabelecidas com os mouros de Tavira um grupo de seis cavaleiros da Ordem de Santiago, então estacionados na vila de Cacula, ter-se-á deslocado ao sítio *das Antas*, a uma légua de Tavira, para ali tomar “*algum prazer e desenfadamento*”, caçando com “*aves grossas*”, confiantes que a terra estava segura. Entendendo a atitude dos cavaleiros cristãos como uma provocação insolente, os mouros de Tavira lançam-se sobre eles, quebrando as tréguas. Apanhados de surpresa, e em menor número, os cavaleiros cristãos, aos quais se juntara um mercador que por ali passava, resistem como podem. Informado da traição dos mouros, o Mestre da Ordem de Santiago, Paio Peres Correia, parte imediatamente em auxílio dos seus companheiros mas, quando chega ao campo *das Antas*, já os encontra mortos. Na sequência destes acontecimentos a hoste cristã arremete impulsivamente contra a povoação de Tavira que, apanhada de surpresa, capitula. (Damião de Brito **VASCONCELOS**, *op. cit.*, 1999, pp. 18 e 19)

⁶ Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-155, fls. 97v a 99.

⁷ Cf. **Idem**, *Ibidem*, cota 8-5-331, fls. 118v a 120v.

⁸ Em 1384, o mestre de Avis doa a Fernão Dantas, cavaleiro, comendador-mor da Ordem de Santiago, a herdade de Belmonte, situada no termo de Tavira, “*por serviços feitos e a fazer*”. A mencionada herdade pertencera ao almoxarife Vasco Lourenço, de Moncarapacho, e fora confiscada por D. Fernando I (1367-1383). (Luís Filipe **OLIVEIRA**, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores - As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, 2009, pp. 426 e 427)

A dita herdade *de Belmonte*, certamente uma propriedade agrícola de grandes dimensões (como deixa antever a utilização do termo *herdade*) terá dado nome ao sítio ainda hoje conhecido por essa designação.

sendo já referidos em documentação do período medieval. Outros, como por exemplo os de Arroteia⁹, Brejo¹⁰ e Campina¹¹, parecem remeter para a ocupação de terrenos outrora bravios, pelo que também poderão ser contemporâneos do povoamento do território. Curiosamente, ao longo de todo o século XVII, os *sítios* são mencionados através da designação arcaizante de *contios*¹².

Um significativo número de sítios foi designado por topónimos de origem antroponímica, provavelmente por associação com os primitivos proprietários dos terrenos. Refiram-se, a título de exemplo, os sítios da Torre de Aires (Gonçalves)¹³, o de Amaro Gonçalves (corruptela de Mor Gonçalves¹⁴), ou ainda os desaparecidos topónimos de Ramirals¹⁵, Mor Dias¹⁶ e de Cerro de Dona Menga¹⁷. Neste âmbito, sublinhe-se a recorrência dos topónimos de origem antroponímica associáveis ao género feminino.

Também no que respeita aos topónimos hoje caídos em desuso, mas constantemente mencionados pela documentação de Seiscentos e de Setecentos (e que muito provavelmente já

⁹ Diz-se da terra arroteada, isto é, desbravada com vista ao cultivo.

¹⁰ Diz-se de um terreno pantanoso e inculdo.

¹¹ Este sítio está localizado no extremo Norte da freguesia. Originalmente, tratava-se de uma planície sem edificações nem árvores, reservada para pasto do gado, e era um espaço de usufruto público, como comprovam as referências aos “*baldios da campina do Concelho*” (ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-172, fls. 80v a 81v). É também designado como Campina da Luz, por oposição à vizinha Campina de Santiago, que pertence à freguesia de Santiago de Tavira.

No ano de 1531, precisamente no sítio *da Campina*, decorreu um dos episódios mais célebres da história da freguesia de Nossa Senhora da Luz: o combate entre os Melos e os Pessanhas. O dito combate opôs duas facções lideradas pelas mencionadas famílias e terminou com a morte de vários membros da família Melo. (Cf. Damião António de Lemos Faria e CASTRO, *Política, Moral e Civil, Aula da Nobreza Lusitana*, 1751, pág. 565; João Mascarenhas de MELLO, *O combate da Campina entre Melos e Pessanhas - cenas da vida algarvia do século XVI*, 1942)

Provavelmente, a existência de um campo aberto, sem árvores ou edificações, adequado ao combate, terá sido determinante para a realização deste desafio no sítio *da Campina*.

¹² Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-157, fólio s/nº, cota 8-4-183, fólio 29.

¹³ A torre de Aires Gonçalves terá sido assim designada em memória de um indivíduo com esse nome que, em 1592, era proprietário da vizinha fazenda das Andas (Cf. APLT, *Livro de registo de casamentos (1591-1657)*, fólio 216v). Ainda vivia em 1617 (Cf. APLT, *Livro de registo de casamentos (1591-1657)*, fólio 182).

¹⁴ Durante todo o século XVII, e a maior parte da centúria de Setecentos, este sítio aparece designado como de Mor Gonçalves (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-169, fls. 121 e 121v). O actual topónimo de Amaro Gonçalves só vai começar a ser utilizado no último quartel do século XVIII, adopta (Cf. APLT, *Livro de registo de casamento (1784-1802)*, fólio 14), passando por uma fase intermédia em que se designa como de “*Amor Gonçalves*” (APLT, *Livro de registo de casamentos (1711-1784)*, fólio s/nº).

¹⁵ Cf. APLT, *Livro de registo de baptismos (1689-1728)*, fls. 121 e 121v.

Este sítio terá tirado a sua designação de um tal Ramiro Alves da Costa, indivíduo que aí possuiu uma fazenda (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-169, fólio 65), e que ainda vivia em 1633 (Cf. APLT, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólio 92v).

¹⁶ Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-172, fls. 81v a 83v.

¹⁷ Cf. AMT, “Título das noras, fontes e canadas do concelho”, in *Livro Tombo da Câmara Municipal de Tavira*, fls. 150 a 152v (1549?); APLT, *Livro de registo de baptismos (1689-1728)*, fls. 125 e 125v.

existiam em data anterior), valerá a pena referir ainda os sítios de Manjalaera¹⁸, Porto Pinheiro¹⁹, Fura-Casas²⁰ ou Arpa²¹.

1.1.2. A hidrografia

A freguesia da Senhora da Luz foi sempre “*abundante de águas*”²², sendo o seu território atravessado por numerosas linhas de água, algumas de natureza perene, que o percorriam no sentido Norte-Sul. Podem salientar-se, de entre esses cursos de água, os ribeiros do Arroio²³ que, *grosso modo*, constituía a linha divisória com a freguesia de Santiago, o de Dona Menga²⁴, o de Mor Gonçalves²⁵ (hoje designado como dos Mosqueiros) ou ainda o da Senhora da Luz²⁶, que seguia “*de Nossa Senhora da Luz para o mar*”, descendo do sítio da Campina²⁷ e passando por detrás da igreja paroquial. Valerá a pena sublinhar o facto de a paroquial ter sido implantada precisamente junto ao leito de um destes ribeiros.

O território dispunha também de nascentes de água doce²⁸. Em meados do século XVI, existiriam duas fontes, respectivamente designadas como Fonte Coberta e de “*Nossa Senhora da Luz*” (esta provavelmente localizada junto à igreja) e mais duas “*águas*”, uma no sítio de Dona

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

Fig. 4

¹⁸ A mais antiga referência documental ao sítio de Malgalaera, ainda como parte integrante da freguesia de Santiago de Tavira, data do reinado de D. Afonso V (Cf. **ANTT**, *Colecção dos Documentos pertencentes ao Reyno do Algarve*, 1774, fólio 201). O topónimo, de origem incerta, foi sucessivamente modificado, havendo referências documentais ao sítio de Manjalaera (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-173, fls. 16 a 17v), Manchalaera (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-168, fls. 130v) e Manjalaclara (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-225, fls. 7v a 9). Em 1708, por iniciativa do Padre Manuel Viegas Leal, instituidor do morgado de Manja Clara, é construída neste sítio uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Livramento (Cf. José Eduardo Horta **CORREIA**, “Diogo Tavares e a arquitectura de Tavira no século XVIII”, in *V Jornadas de História de Tavira*, 2004, pág. 137). É actualmente designado como sítio do Livramento, por referência à dita ermida dessa invocação, instituída no século XVIII.

¹⁹ Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-171, fls. 11 a 13.

Provavelmente, este topónimo assinalava o local onde existiu o chamado “*Passo do Pinheiro*”, um dos poucos locais em que os navios podiam transpor a ilha barreira que protegia a costa e aportar em terra firme. Este local era vigiado todas as noites por dois homens a cavalo, por ser muito propício ao desembarque de mouros (Henrique Fernandes **SARRÃO**, *História do Reino do Algarve (c.1600)*, citado por Manuel Viegas **GUERREIRO** e Joaquim Romero **MAGALHÃES**, *Duas Descrições do Algarve do século XVI*, 1983, pág. 167). Tudo indica que se trata do sítio actualmente designado como do Rato.

²⁰ Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-163, fls. 109 a 110v.

²¹ Cf. **Idem**, *Ibidem*, cota 8-4-171, fls. 91v a 93.

²² **ANTT**, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1368.

²³ Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-163, fólio 19.

²⁴ Cf. **Idem**, *Ibidem*, cota 8-4-172, fls. 81v a 83v.

²⁵ Cf. **Idem**, *Ibidem*, cota 8-4-169, fólio 5.

²⁶ Cf. **Idem**, *Ibidem*, cota 8-4-163, fls. 91 e 91v.

²⁷ **Idem**, *Ibidem*, cota 8-4-171, fls. 11 a 13.

²⁸ Em 1818, é vendido um “*olheirão e nascente de água doce*”, localizado no sítio da Palmeira (**ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-6-470, fls. 95v a 97).

Menga e outra no de Mor Gonçalves²⁹. Em 1758, o pároco Leal vai assinalar a existência de três fontes: a Fonte Coberta, a “do Rocio” (junto à paroquial) e ainda a designada Fonte Santa, cujas águas teriam propriedades medicinais³⁰.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

Fig. 5

1.1.3. A rede viária

No que respeita à rede viária, a freguesia de Nossa Senhora da Luz era atravessada por uma via principal (no sentido Este-Oeste), ligando as cidades de Tavira e Faro, originalmente denominada como “*estrada pública do concelho*”³¹ e, a partir do 2º quartel de Setecentos, como “*Estrada Real*”³². Foi precisamente junto a esta importante via de circulação que se construiu a igreja paroquial.

Paralelas à dita via principal seguiam duas vias secundárias, uma no extremo sul, que seguia de Tavira para o sítio das Antas³³ e para o Porto Pinheiro³⁴ (e daí para a vizinha praia da Fuzeta³⁵), e outra no extremo norte, que seguia de Tavira para Moncarapacho, passando pelo sítio da Campina³⁶. Existiram ainda numerosos carreiros públicos que atravessavam os campos, as designadas *canadas* do concelho, de entre as quais se podem mencionar as que seguiam “de

Fig. 6

²⁹ Num documento, que se acredita datável de meados do século XVI, são referidas, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, “*uma água que está na de Dona Menga, ao morgado de Afonso de Brito, que é geral, e vai partindo com estrada que sai dela para o mar*”, e a outra “*na estrada de Moncarapacho que é do concelho, que se chama água de Mor Gonçalves, e tem duas serventias e demarcadas para elas*”. Em relação às fontes, é referida “*a fonte coberta, que está no caminho de Nossa Senhora da Luz, no baixo do valado da fazenda de Dona Isabel de Lemos*”, e a “*fonte de Nossa Senhora da Luz que está junta à fazenda de Domingos que é do concelho*”. **AMT**, “Título das noras, fontes e canadas do concelho”, in *Livro Tombo da Câmara Municipal de Tavira*, fls. 150 a 152v, (1549?).

³⁰ **ANTT**, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1369.

Em 1912, Francisco Xavier de Ataíde Oliveira informa que a Fonte Coberta e a Fonte do Rossio tinham sido substituídas por poços públicos. Curiosamente, nessa data, o referido autor é incapaz de localizar vestígios físicos da chamada Fonte Santa, sublinhando os relatos que afirmavam ter existido a dita fonte “*na propriedade de António das Ondas, ao norte e junto à estrada litoral*”, numa localização diferente da apontada pelo padre Vicente Nunes Leal em 1758 (Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *Monografia da Luz de Tavira*, 1991, pág. 124).

³¹ **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-215, fls. 21v a 22v.

³² **Idem**, *Ibidem*, cota 8-5-321, fls. 18 e 18v.

³³ Cf. **Idem**, *Ibidem*, cota 8-4-164, fólho 18v.

³⁴ Cf. **Idem**, *Ibidem*, cota 8-4-157, fólho s/nº.

³⁵ Cf. **Idem**, *Ibidem*, cota 8-5-322, fls. 43 e 43v. Note-se que é sobretudo a partir do 2º quartel do século XVIII que surgem as referências documentais à estrada que seguia para o lugar da Fuzeta, provavelmente como consequência do desenvolvimento dessa povoação.

³⁶ Cf. **Idem**, *Ibidem*, cota 8-4-166, fólho 137.

*Mor Gonçalves para o mar*³⁷ ou *“da Campina para o mar”*³⁸, assim como inúmeras azinhagas e caminhos de serventia às quintas particulares³⁹.

Tanto quanto foi possível apurar, até à 2ª metade do século XIX, nenhuma das referidas vias era pavimentada⁴⁰. Eram simples caminhos de terra batida, por onde não circulavam carros, *“apenas cavalos, facas e sobretudo muares”*⁴¹, transportando mercadorias e pessoas. Para além disso, as estradas que percorriam o território da freguesia cruzavam-se com cursos de água, nomeadamente com os ribeiros do Arroio, de Nossa Senhora da Luz e dos Mosqueiros, pelo que é admissível que tenham existido pontes de madeira em alguns desses pontos. De facto, durante os longos meses de Inverno, as estradas tornar-se-iam praticamente intransitáveis e os ribeiros intransponíveis a vau.⁴²

1.2.A economia agrária

Sobretudo a partir da 2ª metade do século XIII, e durante as centúrias de Trezentos e de Quatrocentos, o território da actual freguesia da Luz de Tavira foi progressivamente desbravado, povoado e cultivado⁴³, o que terá garantido o aumento da população residente e dos lucros

³⁷ **Idem**, *Ibidem*, cota 8-4-170, fls. 141v a 142v.

³⁸ **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-203, fls. 26v a 28.

³⁹ Não foi possível encontrar referências documentais à existência de uma estrada de ligação directa com a vizinha freguesia de Santo Estêvão anteriores a 1802, data em que é transaccionada uma propriedade situada no sítio da igreja, da freguesia de Nossa Senhora da Luz, que confina com a *“canada que vai de Santo Estêvão para o mar”* (**ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-6-418, fls. 149 a 150v). Porém, é admissível que esta canada já existisse em data anterior.

⁴⁰ Terá sido apenas na década de 60 do século XIX que se procedeu à regularização e pavimentação da estrada que ligava as cidades de Faro e Tavira, passando pela freguesia de Nossa Senhora da Luz (Cf. **ADF**, *Processo de construção da estrada...*, 1860-61).

⁴¹ Neste contexto, o termo *faca* designa um cavalo ou uma égua de tamanho mediano (Joaquim Romero **MAGALHÃES**, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, 1970, pág. 187).

⁴² Segundo a descrição de um viajante castelhano, que cruzou o Algarve em Outubro de 1799, a via que ligava a aldeia de Moncarapacho à igreja de Nossa Senhora da Luz seguia por uma planície plantada de oliveiras, alfarrobeiras e figueirais. A partir do lugar de Nossa Senhora da Luz, em direcção a Tavira, o trajecto fazia-se por trilhos escavados e caminhos estreitos, que se abriam entre as duas filas de arbustos que limitavam as herdades de vinhas. (Cf. Juan Manuel **ABASCAL** e Rosario **CÉBRIAN**, *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*, 2007, pág. 584)

⁴³ Entre as medidas que permitiram o desenvolvimento da agricultura no actual território da freguesia da Luz de Tavira, podem referir-se, por exemplo, a doação de uma herdade no sítio *de Belmonte* a um tal Fernão d' Antas, comendador-mor da Ordem de Santiago, em Março de 1384, por parte do mestre de Avis, futuro D. João I (1385-1433), de algum modo testemunhando a vontade de ocupar e rentabilizar os campos (Cf. Luís Filipe **OLIVEIRA**, *op. cit.*, 2009, pp. 426 e 427).

Em 1430, por provisão régia, o mesmo D. João I vai privilegiar os moradores de Tavira, concedendo-lhes permissão para poderem cultivar as *“terras incultas”* do termo. Em 1489, na sequência da anterior provisão, D. João II (1481-1495) vai dispensar *“o povo e lavradores”* do termo de Tavira do pagamento de rendas ou tributos impostos nas *“terras dos matos maninhos que haviam aproveitado”*. (**ANTT**, *Colecção dos Documentos pertencentes ao Reino do Algarve*, 1774, fls. 166 e 169v)

decorrentes da produção agrícola. Deste modo, estavam lançadas as bases de uma economia rural sustentável que, a médio prazo, acabaria por justificar a instituição da freguesia e garantiria o seu desenvolvimento.

Durante os séculos XV e XVI, a principal fonte de riqueza do termo de Tavira terá sido a produção e exportação de vinho, azeite e frutos secos (nomeadamente amêndoa, figo e uvas passas). Dispondo de um território “*povoado de quintas, cheio de hortas e plantado de figueiras, amendoeiras, romeiras, oliveiras e outro arvoredo de toda a sorte*”⁴⁴, e sendo “*o principal porto de embarque*” para as praças norte-africanas⁴⁵, podia até dizer-se que Tavira estava “*fundada sobre fruta e vinhos*”⁴⁶.

Tal como o restante termo taviense, também a freguesia de Nossa Senhora da Luz terá beneficiado do lucrativo comércio de produtos frutícolas, actividade que constituiria “*a grande riqueza do Algarve quinhentista*”⁴⁷. De facto, tudo indica que a freguesia, cujo território estaria coberto por figueirais, amendoais, olivais, vinhas e *terras de pão*, foi instituída nos primeiros anos do século XVI⁴⁸, de algum modo coincidindo com a chamada *Idade de Ouro* de Tavira, elevada à categoria de cidade em 1520⁴⁹.

Sobretudo ao longo da 1ª metade de Quinhentos, os paroquianos da freguesia rural de Nossa Senhora da Luz, terão engrossado substancialmente a sua fazenda, à custa da produção e exportação de frutos secos, vinho e azeite, produtos que constituíram a base da economia do Algarve litoral quinhentista⁵⁰. E não se tratava da pequena lavoura de subsistência, mas de “*uma agricultura comandada por interesses mercantis e pela conjuntura internacional*”⁵¹. A fruta era principalmente um “*produto de exportação*”⁵², do qual se ocupava o “*grande comércio marítimo, o dos mercadores*”⁵³.

⁴⁴ Frei João de **SÃO JOSÉ**, *Corografia do Reino do Algarve* (1577), citado por Manuel Viegas **GUERREIRO** e Joaquim Romero **MAGALHÃES**, *Duas Descrições do Algarve do século XVI*, 1983, pág. 53.

Segundo a designada *Crónica da conquista do Reino do Algarve* (documento escrito em meados do século XIV, por autor anónimo), na 1ª metade do século XIII, o termo de Tavira já estava cultivado com figueiras, oliveiras, terras de pão e vinhas (Cf. Damião de Brito **VASCONCELOS**, *op. cit.*, 1999, pp. 18 e 19).

⁴⁵ Joaquim Romero **MAGALHÃES**, *op. cit.*, 1970, pág. 189.

⁴⁶ Manuela Santos **SILVA**, *O Foral de Tavira de 1504: estudo e transcrição*, 2004, pág. 21.

⁴⁷ **Idem**, *Ibidem*, pág. 21.

⁴⁸ Cf. Arnaldo Casimiro **ANICA**, *op. cit.*, 1993, pág. 20.

⁴⁹ Cf. Damião Augusto de Brito **VASCONCELOS**, *op. cit.*, 1999, pp. 36 e 37.

⁵⁰ Cf. Joaquim Romero **MAGALHÃES**, *op. cit.*, 1970, pág. 147.

⁵¹ **Idem**, *Ibidem*, pág. 38.

⁵² **Idem**, *Ibidem*, pág. 133.

⁵³ **Idem**, *Ibidem*, pág. 136.

Porém, na década de 40, com o abandono de várias praças norte-africanas⁵⁴, o Algarve vê desaparecer uma parte importante do seu principal mercado de exportação. A quebra na actividade comercial terá sido particularmente sentida em Tavira, que era o principal porto de ligação com as praças marroquinas. Não obstante, a Coroa manteve ainda a posse das praças de Mazagão, Ceuta e Tânger e, para além disso, os produtos agrícolas, nomeadamente os frutos secos, o azeite e o vinho, eram também exportados para os principais portos portugueses, para a Flandres e para Inglaterra⁵⁵. Deste modo, a exportação de produtos frutícolas terá continuado a ser uma actividade lucrativa.

O estabelecimento de uma feira na freguesia rural de Nossa Senhora da Luz, em 1558⁵⁶, parece testemunhar a sua prosperidade em meados de Quinhentos. A feira, que coincidia com o dia da Festa do orago da freguesia, registaria uma grande afluência, de *“mercadorias e gente, por ser a oito de Setembro que os mercadores daquela cidade [de Tavira] e seu termo”* vendiam suas novidades. Chegou a ser considerada como uma *“das melhores do Reino”* do Algarve⁵⁷. A sua realização, precisamente no fim da época das colheitas, ajudaria a garantir o escoamento da produção agrícola da freguesia⁵⁸.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 17

Para além disso, o significativo número de romeiros que anualmente visitava a igreja da Senhora da Luz no dia da sua Festa (8 de Setembro) também terá contribuído para mudança da feira para a freguesia. No início do século XVII, os oficiais da Câmara de Tavira garantem que a feira de Nossa Senhora da Luz *“foi uma coisa que se introduziu no campo daquela igreja pela muita gente que a ela vai em romaria, donde a maior parte do que se vende são mantimentos”*⁵⁹. De facto, é sabido que o comércio sempre prosperou à sombra das aglomerações religiosas, e *“quase todas as cartas de feira portuguesas marcam o prazo da feira em relação a uma festa da Igreja”*⁶⁰.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 17

Na verdade, terá sido uma conjugação de circunstâncias excepcionais, nomeadamente a coincidência da Festa do orago da freguesia com o fim da época das colheitas, a determinar o

⁵⁴ Durante a década de 40, com consequência de uma reorientação na política portuguesa para o Norte de África determina-se o abandono das praças de Agadir (1541), Safim e Azamor (1542), Alcácer Ceguer e Arzila (1549) (Cf. Nuno Gonçalo **MONTEIRO**, *História de Portugal*, 2010, pág. 224).

⁵⁵ Cf. Joaquim Romero **MAGALHÃES**, *op. cit.*, 1970, pp. 137 e 139.

⁵⁶ Cf. Damião Augusto de Lemos Faria e **CASTRO**, *op. cit.*, 1751, pág. 567.

⁵⁷ **ADF**, *Livro de Registo de alvarás, provisões, cartas e outros diplomas da Câmara de Faro*, fólio 61.

⁵⁸ Convirá recordar que era precisamente *“entre Santiago e Nossa Senhora de Setembro”* que se colhia o figo, porventura o mais rentável dos frutos da região algarvia (Joaquim Romero **MAGALHÃES**, *op. cit.*, 1970, pág. 127).

⁵⁹ **ADF**, *Livro de Registo de alvarás, provisões, cartas e outros diplomas da Câmara de Faro*, fólio 58v; Arnaldo Casimiro **ANICA**, *“A devoção a Nossa Senhora da Luz de Tavira”*, in *Jornal do Algarve*, edição de 6 de Abril de 1990, pág. 7.

⁶⁰ Mário **MARTINS**, *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, 1951, pág. 7.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 23

estabelecimento da feira na Luz. Seja como for, tudo indica que, no início do mês de Setembro, a freguesia rural seria invadida por uma multidão de romeiros e negociantes, incluindo “*m^{ta} gente daquelle Reino [do Algarve] e do de Castella*”⁶¹.

Porém, ao longo da 2^a metade do século XVI, a actividade comercial do porto de Tavira terá começado a diminuir, desde logo como consequência do já referido abandono das praças norte-africanas, mas sobretudo por culpa do assoreamento da barra (entupida com lamas que desciam da serra), que impedia a atracagem de navios de grande tonelagem⁶². A situação seria agravada pela transferência de um grande número de mercadores e homens de negócio para a Andaluzia, atraídos pelo lucrativo comércio com as Índias espanholas⁶³. Para além disso, convirá não esquecer que, no âmbito do Algarve de Quinhentos, grande parte da actividade comercial continuava nas mãos de cristãos-novos⁶⁴ e que, especialmente a partir da década de 30, as perseguições a essa comunidade aumentaram significativamente⁶⁵, forçando a fuga de muitos mercadores. A cidade de Tavira continuaria a viver do comércio de exportação, mas a sua *Idade de Ouro* terminara.

Não obstante, no início de Seiscentos, Henrique Fernandes Serrão, autor da *História do Reino do Algarve*, vai afirmar que o termo da cidade de Tavira é abundante em “*hortas, pomares, olivais, amendoais e figueirais*”, registando-se até “*grande carregação de figo, azeite e amêndoa para fora*”. Este testemunho comprova que, no início do século XVII, não obstante ocasionais contrariedades, Tavira continuava a exportar os seus produtos frutícolas. Particularmente no que respeita à freguesia de Nossa Senhora da Luz, o referido cronista diz apenas que é “*sítio mui fértil e aprazível*”.⁶⁶

⁶¹ ANTT, “Privilégio ao Prior e Eleitos da igreja de Nossa Senhora da Luz”, in *Chancelaria de Dom Afonso VI*, 1673, fólio 84v.

As fontes castelhanas parecem confirmar a fama da feira que se realizava na freguesia de Nossa Senhora da Luz. De facto, em 1675, na sua *Población General de España*, o cronista Rodrigo Mendes da Silva informa que na cidade de Tavira se realizam anualmente duas feiras, a primeira a “*ocho de septiembre, dia de la Virgen*”, e a segunda em Outubro, por São Francisco (Rodrigo Méndez SYLVA, *Población General de España, sus trofeos, blasones y conquistas heróicas*, Madrid, 1675). Esta feira terá sido divulgada em almanaques e publicações do género, mesmo para lá da península Ibérica (Cf. John STEVENS, *The ancient and present State of Portugal*, 1705, pág. 208).

⁶² Cf. Joaquim Romero MAGALHÃES, *op. cit.*, 1970, pp. 189 e 190; Lívio da Costa GUEDES, *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII - A Descrição de Alexandre Massay (1621)*, 1988, pág. 103.

⁶³ Cf. Frei João de SÃO JOSÉ, *op. cit.*, 1983, pág. 51.

⁶⁴ Miguel Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Para o estudo das elites do Algarve no Antigo Regime. Fidalgos, nobres e demais privilegiados no poder concelhio*, 2003, pág. 91.

⁶⁵ Cf. Joaquim Romero MAGALHÃES, *História de Portugal - No alvorecer da Modernidade*, 1997, pp. 403 a 408.

⁶⁶ Henrique Fernandes SARRÃO, *op. cit.*, 1983, pp. 166 e 167.

A feira de Nossa Senhora da Luz, estabelecida em 1558, acabaria por extinguir-se em meados do século XVII, alegadamente “*em razão das guerras*”⁶⁷. É verdade que as Guerras da Restauração (1640-1668) terão dificultado muito a circulação de pessoas e bens entre os Reinos do Algarve e de Castela, acelerando o declínio da feira, mas seria isso suficiente para provocar a sua extinção? O mais provável é que tenham sido as epidemias de meados de seiscentos⁶⁸ a verdadeira causa do fim da feira. De facto, perante um cenário de epidemia, os portos eram imediatamente fechados e a circulação de pessoas interrompida. Neste contexto, para além de suspensa a realização da feira anual, terá cessado também o fluxo deromeiros que visitavam a igreja da Senhora da Luz.

Em meados do século XVII, a produção agrícola da freguesia de Nossa Senhora da Luz resumia-se quase exclusivamente às culturas de sequeiro, cujo desenvolvimento dispensava a rega, mas existiam também pomares de “*árvores mimosas*” e hortas, quase sempre implantados junto a cursos de água. De facto, como atestam as escrituras de compra e venda seiscentistas (com descrições das propriedades e das espécies agrícolas nelas existentes), nos terrenos da freguesia continuavam a cultivar-se sobretudo amendoeiras, oliveiras, figueiras, vinhas e *terras de pão* (dedicadas à plantação de trigo). Portanto, a produção frutícola, destinada ao mercado de exportação, continuava a ser abundante.

Quanto às “*indústrias*” de transformação, todas intimamente ligadas à produção agrícola, terão existido na freguesia lagares de azeite e vinho⁶⁹, nos quais eram processadas as uvas e as

⁶⁷ ANTT, “Privilégio ao Prior e Eleitos da igreja de Nossa Senhora da Luz”, in *Chancelaria de Dom Afonso VI*, 1673, fólio 84v.

⁶⁸ Entre Julho de 1645 e Novembro de 1646 (durante treze meses) a cidade de Tavira é assolada por um terrível surto de peste, proveniente do norte de África, do qual resultam muitas mortes e o isolamento da cidade. Em 1649-50, novo surto desponta em Lagos, Silves, Faro e Loulé, prolongando a interdição que pairava sobre o Algarve (Cf. Damião António de Lemos Faria e CASTRO, *op. cit.*, 1751, pág. 573; Damião Augusto de Brito VASCONCELOS, *op. cit.*, 1999, pp. 62 a 64; Joaquim Romero MAGALHÃES, *O Algarve económico 1600-1773*, 1993, pp. 50 a 52 e 62).

Perante a violência do foco de contágio de Tavira, “as pessoas do governo devem ter-se instalado em Moncarapacho, não longe mas a cautelosa distância” (Joaquim Romero MAGALHÃES, *op. cit.*, 1993, pág. 49).

⁶⁹ No que diz respeito aos lagares existentes na freguesia de Nossa Senhora da Luz, em meados do século XVII, podem referir-se: o lagar que Dona Felipa de Gusmão, religiosa no mosteiro de São Bernardo, afora a Diogo de Mendonça Côrte-Real, no ano de 1656 (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-168, fólio 115); outro no sítio do Arroio, que a viúva de Sebastião de Sousa da Silva, afora ao Padre Manuel Duarte Bravo, em 1658 (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-170, fls. 38 a 39v), provavelmente o mesmo que é referido alguns anos mais tarde, em 1668, nesse mesmo sítio, como sendo propriedade de Luís Jacinto Bravo (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-183, fólio 37); outro na Quinta da Torre, “*lagar moente e corrente*”, com duas varas, que Pedro de Mendonça Côrte-Real arrenda a Francisco Correia Lopes, em 1668 (ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-183, fólio 35); e um outro nas terras da Mal-Casada, na quinta que fora de Martim Afonso de Brito, que estivera durante algum tempo arrendado a Guilherme Croque e que, em 1668, Duarte Vaz Dorta Osório arrenda ao mercador Matias Gonçalves (Cf.

azeitonas, mas também moinhos de água salgada (implantados nos esteiros da ria)⁷⁰, nos quais se moíam os cereais.

Para além da produção agrícola, a criação de animais fazia também parte das fontes de rendimento dos habitantes da freguesia. Em 1652, quando a chamada *Quinta do Pinheiro* volta a ser arrendada, existiam na propriedade “seis vacas parideiras, de cinco para sete anos, quatro novilhas de ano, quatro novilhos de dois anos e dois de um ano, dois bezerros de seis meses, um macho e uma fêmea, seis bois de arado de cinco até oito anos, que fazem soma todos juntos de vinte e três, e assim mais trinta e três ovelhas, vinte e sete parideiras e seis de soberano e assim mais quatro éguas parideiras, duas poldras que vão a dois anos e duas poldrinhas de seis meses”⁷¹.

Em 1673, atendendo a um requerimento do Prior e eleitos da igreja da Luz, o Príncipe Regente vai autorizar o restabelecimento da antiga feira anual da freguesia, ficando estabelecido que a mesma se realizaria nos dias sete, oito e nove de Setembro, e seria franca durante os primeiros seis anos⁷². Contudo, em 1758, a duração da feira já não excedia as 24 horas, “e com pouca concorrência de gente”⁷³.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 23

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

Em meados do século XVIII, a freguesia produziria sobretudo “azeite e vinhos, havendo também amêndoa, alfarroba, figo e belos pomares de boa nota, com todos os frutos”. Para além disso, o território era “abundante de águas, umas de poços e noras e outras nativas”, as quais se podiam aproveitar para “regar e beneficiar com abundância as plantas e arvoredos dos ditos pomares”⁷⁴. Terá sido ao longo do século XVIII que o regadio começou a equiparar-se à cultura

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

ADF, Notariais de Tavira, cota 8-4-183, fólio 36). Curiosamente, como se pode depreender a partir destes exemplos, os meios técnicos para processar a azeitona estavam sobretudo nas mãos da fidalguia. Em meados do século XVIII, existiriam na freguesia “quatro lagares de fabricar azeitonas” (**ANTT**, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1368).

⁷⁰ Em 1480, muito tempo antes da constituição da freguesia, D. Afonso V (1438-1481) concede a Álvaro da Cunha, e a seus herdeiros, o foro perpétuo de umas terras salgadas, junto a Tavira, situadas entre o mar e a quinta de Malgalaera, propriedade do dito foreiro, para este fazer nelas uns moinhos (Cf. João Mascarenhas de **MELLO**, *op. cit.*, 1942, pág. 44).

No princípio do século XX, ainda existiam quatro destes moinhos no sítio da Arroteia (Cf. Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *Monografia da Luz de Tavira*, 1991, pág. 129).

⁷¹ **ADF**, Notariais de Tavira, cota 8-4-163, fls. 70 a 71v.

Alguns anos depois, em 1671, quando a dita Quinta do Pinheiro volta a ser arrendada, o número de animais então arrolados é mais reduzido, incluindo somente cinco reses, “dezassete éguas velhas, e três poldras, duas de dois anos e uma de um ano, e um cavalo” (**ADF**, Notariais de Tavira, cota 8-4-196, fls. 43v a 45).

⁷² Cf. **ANTT**, “Privilégio ao Prior e Eleitos da igreja de Nossa Senhora da Luz”, in *Chancelaria de Dom Afonso VI*, 1673, fls. 84 e 84v.

⁷³ **ANTT**, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1369.

⁷⁴ **Idem**, *Ibidem* pág. 1368.

de sequeiro, multiplicando-se as hortas e os pomares⁷⁵. Não obstante, as hortaliças e os frutos *mimosos*, não eram facilmente exportáveis, pelo que a produção desses géneros seria reduzida, adaptada a uma economia de subsistência.

No último quartel do século XVIII, como consequência de dois anos de grande estiagem, seguidos por um ano excepcionalmente “*invernoso*”, a economia da freguesia terá entrado em recessão. Numa carta datada de Março de 1784, manuscrita em Tavira, o Desembargador João Leal da Gama e Ataíde dá conta da gravidade da situação afirmando que “*mal rendem as fazendas para as despesas da sua cultura*”.⁷⁶

Perante o colapso da economia agrária, e a incapacidade em “*satisfazer à sustentação do pároco*”, a freguesia de Nossa Senhora da Luz passa a estar interinamente dependente da vizinha matriz de Santo Estêvão. Só em 1851, alegando ter plena capacidade para providenciar o sustento de uma paróquia autónoma, uma comissão de luzenses vai requerer a separação das duas freguesias. A anexação, que durava desde 1790, foi oficialmente revogada em 1855, data em que o Padre José Cláudio Rafael Pinto (já então identificado como Prior da freguesia da Luz) aceita a côngrua proposta pelos fregueses, julgando-a “*suficiente à sua sustentação e dos seus sucessores*”.⁷⁷

Ver. Apên.Doc.
Anexo 49

⁷⁵ Não obstante, durante os séculos XVII e XVIII, as escrituras notariais de compra e venda demonstram que as culturas de sequeiro eram ainda dominantes nas propriedades da freguesia e praticamente todos os terrenos transaccionados incluíam figueiras, amendoeiras, oliveiras, vinhas e *terras de pão*. Porém, esporadicamente, começam a surgir referências documentais à existência de outras espécies arbóreas, nomeadamente “*farrobeiras*” (ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-157, fls. s/nº), boloteiras (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-201, fls. 26v a 28), chaparros, azinheiras (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-390, fls. 116v a 117v), e às designadas “*árvores mimosas e de espinho*” (ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-170, fls. 107v a 109), sobretudo romeiras, ameixeiras, marmeleiros (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-192, fls. 70v. a 73), cidreiras e pereiras (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-321, fls. 62v a 63v).

Com menor frequência, são igualmente referidos os pinheiros (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-383, fls. 42 a 43) e os álamos (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-6-470, fólio 79v), espécies arbóreas cuja madeira era aproveitada na construção. Até os canaviais, que brotavam espontaneamente junto aos cursos de água, eram passíveis de ser aforados e assim rentabilizados (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-327, fólio 42).

De entre os grandes pomares do século XVIII, merecerão particular destaque os da chamada *Horta de Cima*, no sítio da Mor Gonçalves, onde se plantavam sobretudo ameixeiras, albricoqueiros, parreiras e romeiras (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-390, fls. 42v e 43).

⁷⁶ Segundo o Desembargador, só a sua horta de Mor Gonçalves levava “*mais de quinhentos homens de trabalho*”, e “*muitos mais a cultura das vinhas*”, razão pela qual o rendimento das fazendas não cobria as despesas da cultura, de tal modo que se vira obrigado a importar trigo e centeio de Serpa, e a comprar favas, ervilhas e grãos na feira de Silves para poder sustentar “*tanta família, assim de casa como de fora*”. Note-se que, ao referir-se à necessidade de recorrer a “*mais de quinhentos homens de trabalho*”, João Leal da Gama e Ataíde refere-se certamente ao total de jornas contratadas, e não necessariamente ao número de assalariados. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-390, fólio 150v.

⁷⁷ Convirá sublinhar que, apesar de interinamente colocada sob a jurisdição do pároco de Santo Estêvão, a freguesia de Nossa Senhora da Luz nunca chegou a ser efectivamente extinta, no sentido jurídico-canónico (Francisco Xavier de Ataíde OLIVEIRA, *op. cit.*, 1991, pp. 105 a 109).

Em meados do século XIX, a economia da freguesia estava totalmente restabelecida. O seu território, que se encontrava “*bem cultivado*”, continuava a ser constituído por “*fazendas de vinhas, figueiras, oliveiras, alfarrobeiras e amendoeiras, com excelentes terras de pão*”, tal como sempre fora. No início do século XX, “*o principal objecto do comércio*” da freguesia da Senhora da Luz ainda eram os seus produtos agrícolas, nomeadamente o figo, a alfarroba, a amêndoa, o azeite e o vinho⁷⁸.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 48

A freguesia da Senhora da Luz, cuja riqueza esteve sobretudo alicerçada na produção e exportação de frutos secos, vinho e azeite, terá vivido o seu período de maior prosperidade na 1ª metade do século XVI, desde logo justificando a instituição da própria freguesia, a construção da paroquial e o estabelecimento de uma feira anual. Porém, a excessiva dependência da produção agrícola redundaria em alguns períodos de instabilidade económica: o 1º ainda em meados de Quinhentos, com o abandono das praças norte-africanas e a consequente quebra na actividade comercial; o 2º na década de 40 de Seiscentos, com as Guerras da Restauração e os surtos epidémicos que afligiram o termo, impedindo a realização da sua feira anual; e o 3º no derradeiro quartel do século XVIII, na sequência de consecutivos maus anos agrícolas, culminando com a anexação temporária da freguesia.

1.3. A transformação suburbana da freguesia

Do ponto de vista urbanístico, e social, o edifício da igreja paroquial (juntamente com o amplo rossio de terra batida que lhe ficava fronteiro⁷⁹), constituiu sempre o centro da freguesia

Ver. Apên.Doc.
Anexos 1 e 2

De facto, em Julho de 1791, a paróquia de Nossa Senhora da Luz estava já “*encomendada ao Pároco da de Santo Estêvão*” (APLT, *Livro de registo de Visitas (1702-1802)*, fólio s/nº, visitação de 17 de Julho de 1791). A partir de 1810, até as novas entradas no livro de registo de visitas começam a ser averbadas como sendo dadas em Santo Estêvão (Cf. APLT, *Livro de Visitas (1804 a 1824)*, fólio s/nº, visitação de 15 de Agosto de 1810). Em 1841, a freguesia continuava “*incorporada*” com a de Santo Estêvão (João Baptista da Silva LOPES, *Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*, 1988, pág. 375).

⁷⁸ Francisco Xavier de Ataíde OLIVEIRA, *op. cit.*, 1991, pág. 128.

⁷⁹ A partir de 1558, o rossio desta igreja passou a acolher a feira anual da freguesia (Cf. Damião António de Lemos Faria e CASTRO, *op. cit.*, 1751, pág. 567), assumindo-se também como palco privilegiado para as festas em honra da padroeira.

Foi também neste rossio que, em 1573, por ocasião da jornada de D. Sebastião ao Alentejo e ao Algarve, as várias companhias de ordenanças de Tavira aguardaram o monarca e todo o seu séquito, que depois escoltaram até à cidade. Segundo o relato de João Cascão, o cronista que acompanhava a comitiva real, o rei partiu de Faro, em direcção à cidade de Tavira, e percorreu cerca de quatro léguas “*até chegar a uma igreja da invocação de Nossa Senhora da Luz, uma légua de Tavira, onde da cidade o esperavam a gente de cavalo, e seriam 100, muito bem concertados; e muitos deles à mourisca, e todos com suas lanças e adargas, e sete bandeiras de Ordenança, as quais, antes de chegar El-Rei um pedaço, fizeram*

de Nossa Senhora da Luz. Não obstante, para perceber completamente o impacto urbanístico desta igreja, convirá recordar o modo como evoluiu a povoação (designadamente o seu núcleo habitacional) bem com as diferentes tipologias arquitectónicas que, ao longo dos séculos, terão caracterizado a paisagem.

Em 1577, na sua *Corografia do Reino do Algarve*, Frei João de São José afirma que todo o termo de Tavira está “*povoado de quintas*”⁸⁰. Alguns anos depois, por volta de 1600, na *História do Reino do Algarve*, Henrique Fernandes Serrão confirma que, na costa, ao longo do designado “*rio de Santa Luzia*”, “*há muita povoação de moradores contínuos em quintas boas e de grande rendimento*”⁸¹. Portanto, tudo indica que, durante o século XVI, a grande maioria dos fregueses de Nossa Senhora da Luz viveria em quintas e casais espalhados pelo território, tal como acontecia nas demais freguesias rurais do termo.

Com o gradual processo de ruralização do termo de Tavira, que se intensifica a partir da 2ª metade de Quinhentos, uma parte da população taviense vai transferir-se para as freguesias rurais. Particularmente no que diz respeito à freguesia de Nossa Senhora da Luz, e em termos urbanísticos, o acréscimo populacional não se terá traduzido num crescimento do núcleo urbano. De facto, em 1609, por questões de segurança, o visitador vai proibir a exposição permanente do Santíssimo Sacramento na igreja, porquanto, diz ele, “*não há povoação junto à igreja mais que a casa do cura e ermitão*”⁸². Os fregueses continuavam a residir em aglomerados dispersos. O designado *monte* passa a ser morada permanente, e muitos terão sido ampliados e melhorados, “*não só para satisfazer novas necessidades habitacionais mas também devido à intensificação e melhoramento da actividade agrícola*”⁸³.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 12

sua salva muito bem feita” (Francisco de Sales **LOUREIRO**, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*, 1984, pág. 115).

Acerca da passagem de D. Sebastião pela freguesia de Nossa Senhora da Luz, escreveria Frei João de São José: “*O derradeiro de Janeiro de 1573 entrou a primeira vez nesta cidade [de Tavira] el-rei D. Sebastião e saíram-no a receber os moradores, os mais custosos que puderam, a Nossa senhora da Luz, uma légua da cidade, com oito bandeiras da ordenança de pé e de cavalo e os capitães lhe beijaram a mão*” (Frei João de **SÃO JOSÉ**, *op. cit.*, 1983, pág. 54).

Ambos os relatos confirmam que o primeiro contacto entre a população e o rei ocorreu na freguesia de Nossa Senhora da Luz. O cerimonial decorreu no rossio, em frente à igreja, e terá incluído o beija-mão, jogos e até simulações de combates, como sugere a referência ao facto de alguns dos presentes se apresentarem vestidos à mourisca.

⁸⁰ Frei João de **SÃO JOSÉ**, *op. cit.*, 1983, pág. 53.

⁸¹ Henrique Fernandes **SARRÃO**, *op. cit.*, 1983, pág. 167.

⁸² **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 12 de Junho de 1619.

⁸³ João Vieira **CALDAS**, “*Verdade e ficção acerca da casa rural vernácula do Baixo Algarve*”, in *Cidade e Mundos rurais*, 2010, pág. 56.

Curiosamente, só no início do século XIX é que a documentação notarial dá conta da utilização do termo “*monte*”, referindo-se especificamente “*às casas do monte*” (**ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-383, fls. 141 a 142).

De facto, terá sido só a partir das primeiras décadas de Seiscentos que se deu início à construção de novas habitações junto à igreja paroquial⁸⁴. Contudo, continuava a não existir uma povoação propriamente dita. As primeiras referências documentais à existência de uma “*rua da igreja*”⁸⁵, denunciando já a existência de um núcleo urbano minimamente organizado, datam do 1º quartel do século XVIII. Em meados da centúria, o núcleo da freguesia seria constituído por uma “*povoação pequena*”, constando de nove casas⁸⁶.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

Como se pode depreender a partir de um levantamento topográfico elaborado por José de Sande Vasconcelos (provavelmente executado durante a última década do século XVIII), no qual estão representadas a cidade de Tavira e parte do território das freguesias litorais limítrofes, no final da centúria de setecentos, o núcleo urbano da freguesia de Nossa Senhora da Luz era composto por um pequeno conjunto de habitações e estabelecimentos comerciais (as *vendas*), organizado em torno da igreja matriz⁸⁷. Ou seja, começava a constituir-se um pequeno núcleo habitacional, mas a maior parte da população da freguesia da Luz continuava a viver dispersa por quintas e fazendas, tal como no século XVI.

Fig. 7

Fig. 8

Em 1841, na sua *Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*, João Baptista da Silva Lopes classifica a freguesia de Nossa Senhora da Luz como uma “*pequena freguesia com igreja e poucas moradas de casas na estrada que vai de Faro para Tavira*”, em que “*quase todos os fregueses estão espalhados em casais por fazendas de vinhas, figueiras, oliveiras, alfarrobeiras e amendoeiras, com excelentes terras de pão, que andam bem cultivadas*”⁸⁸.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 48

Particularmente no que respeita às tipologias arquitectónicas, os núcleos habitacionais da freguesia de Nossa Senhora da Luz seriam sobretudo constituídos por construções térreas, pequenos aglomerados que incluíam, para além das casas de morada, as estruturas de apoio à

Fig. 9

⁸⁴ Em 1635, o lavrador Afonso Mestre vende uma casa térrea que possuía no rossio da igreja de Nossa Senhora da Luz, “*junto à casa dos nove dias*”, que confrontava com o “*valado*” da quinta de António de Aragão de Sousa e com a estrada do concelho (**ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-157, fls. s/nº).

⁸⁵ **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1689-1728)*, fls. 122V e 123.

⁸⁶ **ANTT**, “*Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)*”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1367.

⁸⁷ As poucas casas que existiam junto à paroquial, e que formavam o núcleo urbano da freguesia, estariam quase exclusivamente dedicadas ao comércio e à residência dos responsáveis pelos ministérios da igreja matriz, como testemunha a legenda do dito desenho esquemático do sítio da Luz, na qual são identificados: a venda, o ribeiro, a fonte, a casa do sacristão, a igreja, a casa do Padre, a venda do vinho, a carreira (provavelmente a que seguia para Mor Gonçalves e para a Aldeia de Moncarapacho) e o caminho para Faro (Cf. Miguel **SOROMENHO**, “*Cidade de Tavira e seus arredores*”, in *Tavira, patrimónios do mar*, 2008, pág. 155).

⁸⁸ João Baptista da Silva **LOPES**, *op. cit.*, 1988, pág. 373.

exploração agrícola⁸⁹. As casas *nobres* também existiam mas, aparentemente, constituíam uma tipologia excepcional⁹⁰. As propriedades agrícolas de maiores dimensões dispunham igualmente de oratórios⁹¹, capelas⁹² e outras construções de natureza utilitária, designadamente adegas, onde se armazenava sobretudo vinho, mas também outro tipo de mantimentos (cereais, azeite e carne salgada)⁹³.

Ainda no que respeita às tipologias arquitectónicas que marcavam a paisagem, refiram-se também “*seis torres feitas à antiga, com muita altura*”, espalhadas pelo território da freguesia. Quase todas caíram como consequência do terramoto de 1755. Em 1758, apenas subsistia a

⁸⁹ Refiram-se, apenas a título de exemplo, as casas da designada quinta da “*Fonte Santa*”, que, em 1633, constavam de “*casa dianteira e câmara e estrebaria e palheiro e casa de hortelão, todas térreas*” (ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-155, fls. 97v a 99; Arnaldo Casimiro ANICA, *op. cit.*, 1990, pág. 7). Ocasionalmente, surgem também referências à existência de *alpendoradas* (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-599, fls. 17 a 18v, cota 8-5-326, fls. 88 a 90).

Algumas propriedades rurais seriam cercadas por valados. Neste âmbito, refiram-se as quintas de Dona Isabel de Lemos (Cf. AMT, “Título das noras, fontes e canadas do concelho”, in *Livro Tombo da Câmara de Tavira*, fólio 152, 1549?) ou a de António de Aragão de Sousa (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-157, fls. s/nº) e, excepcionalmente, o pomar da *Horta de Cima*, do Desembargador João Leal da Gama e Ataíde, que era “*cercado de muralha*” (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-390, fls. 42v e 43). Na maioria, existiriam estruturas de captação, armazenamento e transporte de água, nomeadamente noras, tanques (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-276, fls. 39 e 39v) e levadas (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-6-470, fls. 95v a 97).

⁹⁰ No que diz respeito às casas nobres, refiram-se as que Manuel de Ataíde Sárra tinha na sua Quinta do Pinheiro (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-165, fólio 122v), ou as que António Gonçalves Cordeiro possuía no sítio de Manjalaera (Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-168, fólio 130v). O termo *casas nobres* utiliza-se normalmente para designar edifícios habitacionais com mais do que um piso, por oposição às casas térreas. Não obstante, algumas casas de um só piso também poderiam ser designadas como *nobres*, nomeadamente aqueles cujas fachadas eram alvo de um especial cuidado estético, sobretudo ao nível dos vãos.

Numa relação dos danos estruturais causados pelo terramoto de 1755 no Algarve, de autoria anónima, é referido que na freguesia de Nossa Senhora da Luz, uma légua ao poente de Tavira, existiam “*muitos solares da antiga nobreza*”, acrescentando-se que “*destes se arruinarão três torres*” (Alberto IRIA, “Relação anónima do terramoto de 1 de Novembro de 1755”, in *Fontes setecentistas para a História de Lagos*, 1996, pág. 75). Em 1758, continuavam por reparar “*algumas casas nobres e térreas*” (ANTT, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1370).

Merece particular destaque, no que respeita à arquitectura civil da freguesia, a casa *das Hortas de Baixo*, autêntica quinta de recreio de raiz paladiana (devidamente adornada com a pedra de armas do proprietário), que o reverendo Doutor Henrique Nunes Leal da Gama mandou construir, na década de 50 do século XVIII, no sítio de Mor Gonçalves (Cf. José Eduardo Horta CORREIA, *op. cit.*, 2004, pp. 137 e 138).

⁹¹ Na última década do século XVIII, existia na freguesia de Nossa Senhora da Luz apenas uma ermida, a de Nossa Senhora de Livramento, de que era padroeiro o Desembargador José Bernardo da Gama, e um oratório, que o mesmo tinha na sua Quinta de Mor Gonçalves (Cf. APLT, *Livro de registo de Visitas (1702-1802)*, fólio s/nº, visitação de 17 de Julho de 1791).

⁹² Em 1804, para além da ermida de Nossa Senhora da Livramento, na freguesia de Nossa Senhora da Luz existia também uma capela, “*sita na Quinta da Torre, de Valentim Timóteo da Veiga*” (APLT, *Livro de registo de Visitas (1804-1824)*, fólio s/nº, visitação de 1 de Maio de 1804).

Em Dezembro de 1807, com conveniente licença do Provisor do Bispado, é celebrado um matrimónio na “*ermida ou capela da Torre*” (APLT, *Livro de registo de casamentos (1803-1828)*, fólio 8).

⁹³ Cf. ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-196, fls. 77v a 79.

Fig. 10

Ver. Apên.Doc.
Anexo 45, 47 e
50

Fig. 11

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

designada Torre de Aires Gonçalves, e vestígios das restantes.⁹⁴ Estas torres, de planta circular, faziam parte de um antiquíssimo sistema defensivo que permitia vigiar a costa e, mediante sinais luminosos e de fumo, comunicar rapidamente a toda a população circunvizinha a aproximação do inimigo.

Ou seja, durante séculos (até à 2ª metade do século XIX), a paisagem edificada desta freguesia foi constituída por quase imperceptíveis núcleos habitacionais de construções térreas, dispersos, os denominados *montes* (com casas de morada e estruturas de apoio à actividade agrícola), algumas *casas nobres* e um pequeno conjunto de singulares torres de observação costeira. Neste contexto, o impacto paisagístico da igreja, o único edifício monumental que se levantava sobre o arvoredo envolvente, enquadrado por um desafogado rossio de terra batida, seria avassalador.

1.4.A população e o crescimento demográfico

Para além de traduzir a sua vitalidade, o número de paroquianos de uma determinada freguesia influía nas dimensões e características formais da sua igreja paroquial. Nesse âmbito, importará perceber o modo como evoluiu o número de fregueses da paróquia de Nossa Senhora da Luz, tendo por base os números oferecidos pelos censos oficiais e a análise estatística dos registos paroquiais⁹⁵ da freguesia.

Em 1527, a cidade de Tavira contava com 1567 vizinhos, mais 478 que residiam no seu termo⁹⁶. No entanto, pouco se sabe acerca do número de paroquianos da freguesia de Nossa Senhora da Luz ao longo da centúria de Quinhentos. Não obstante, parece muito provável que a

⁹⁴ ANTT, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pp. 1369 e 1370.

É possível que algumas destas torres tenham estado integradas em casas de quinta. Convirá recordar a “Quinta da Torre” (ADF, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-183, fólio 5), mas sobretudo a Torre de Aires Gonçalves que, segundo alguns autores esteve outrora integrada “numa fortificação ou casa senhorial erguida nos terrenos da cidade deserta de Balsa” (Maria José Nobre de SOUSA, “A defesa islâmica na Ria Formosa”, in *Anais do Município de Faro*, 2003/2004, pp. 133 e 134). Refira-se ainda o morgado da Bolota que terá sido também conhecido como da “Torre da Bolota” (Visconde de Sanches BAENA, *Famílias Nobres do Algarve*, 1992, pág. 27), porventura também por associação com uma dessas torres.

⁹⁵ No Arquivo paroquial da Luz de Tavira (APLT) existem os seguintes registos paroquiais: baptismos relativos aos períodos de 1599-1651, 1651-1689, 1689-1728, 1728-1755 e 1879-1904; casamentos relativos a 1591-1657, 1658-1684, 1684-1699, 1711-1784, 1784-1802, 1803-1828 e 1879-1904; e óbitos relativos a 1625-1640 e 1880-1904.

⁹⁶ Segundo Romero Magalhães, para achar a correspondência de expressões como “vizinho, morador e fogo ao número de habitantes procura-se uma média que se usa como coeficiente multiplicador”. Média que, no âmbito do Algarve quinhentista, corresponderia a 4,5 pessoas. (Joaquim Romero MAGALHÃES, *op. cit.*, 1970, pp. 34, 245 e 246). Ou seja, em 1527, viveriam na cidade de Tavira aproximadamente 7050 indivíduos e no termo uns 2150.

população da freguesia tenha aumentado ao longo da 2ª metade do século, como consequência da já referida ruralização do termo de Tavira⁹⁷.

Já no início do século XVII, por volta de 1600, a freguesia teria cerca de 150 fregueses⁹⁸. Apesar de não ser possível calcular o saldo demográfico da freguesia ao longo da centúria de Seiscentos (porque não existem registos de óbitos), os registos paroquiais de Nossa Senhora da Luz mostram que, ao longo de todo o século, o número total de baptizados aumentou sempre, de um modo constante.

O século XVIII é o que está melhor documentado em termos demográficos. Em 1732, a freguesia contava com aproximadamente 500 residentes, distribuídos por um total de 154 fogos. Cerca de duas décadas mais tarde, em 1756, o número de habitantes fixava-se já nos 469, distribuídos por 147 fogos. No ano de 1758, a freguesia contava com 152 fogos, “*quatrocentas e catorze pessoas maiores de confissão e comunhão; e oitenta e nove pessoas menores de confissão somente e cento e onze impúberes*” (totalizando 614 habitantes).⁹⁹ Portanto, o número de residentes terá aumentado expressivamente entre 1756 e 1758, circunstância que, porém, não se traduziu num grande aumento do número de fogos. Na última década do século, em 1793, são recenseadas na freguesia “*quatrocentas e noventa almas de comunhão*”, distribuídas por um total de 157 fogos¹⁰⁰. Registe-se o assinalável aumento que se verifica em relação aos valores apurados em meados do século, nomeadamente no que diz respeito ao número de fogos e de adultos (pessoas de comunhão).

No início do século XIX, em 1802, residiriam na freguesia 512 pessoas, num total de 132 fogos. De sublinhar a redução no número de fogos em relação aos números apurados em 1793. A partir da década de 30 do século XIX, o número de fregueses e de fogos terá começado a aumentar¹⁰¹. Em 1858, o número de habitantes da freguesia de Nossa Senhora da Luz rondava os 960 habitantes e, em 1864, superava já os 1500¹⁰².

⁹⁷ Cf. João Vieira **CALDAS**, *op. cit.*, 2010, pág. 56.

⁹⁸ Cf. Henrique Fernandes **SARRÃO**, *op. cit.*, 1983, pág. 167.

Henrique Fernandes Sarrão afirma textualmente ser este o número de fregueses, isto é, de indivíduos. Não obstante, é possível que se referisse ao número de vizinhos. Nesse caso, por volta de 1600, a população da freguesia da Senhora da Luz rondaria os 675 habitantes.

⁹⁹ Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *op. cit.*, 1991, pág. 95.

¹⁰⁰ Wyndham **BEAWES**, *A civil, commercial, political and literary history of Spain and Portugal*, volume II, London, 1793, pág. 160.

¹⁰¹ Segundo Silva Lopes, os dados estatísticos recolhidos na câmara eclesiástica comprovavam que, em 1835, a freguesia de Nossa Senhora da Luz contava com quatrocentos e setenta e um habitantes, distribuídos por cento e cinquenta e dois fogos, e, em 1837, o número de habitantes era já de seiscentos e quarenta e um moradores distribuídos por cento e cinquenta e nove fogos (Cf. João Baptista da Silva **LOPES**, *op. cit.*, 1988, pág.).

Ou seja, apesar da falta de dados documentais que permitam avançar com conclusões definitivas, tudo indica que, de um modo geral, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, o número de fogos e de habitantes da freguesia de Nossa Senhora da Luz terá aumentado de um modo constante. Porém, o período de maior crescimento demográfico só se terá verificado a partir de meados do século XIX.

1.5. Caracterização do tecido social (integrado no Termo de Tavira)

Na época em que a freguesia de Nossa Senhora da Luz foi constituída, presumivelmente nos primeiros anos do século XVI, o grosso da população seria composto por lavradores. Porém, a efectiva ocupação do território não podia processar-se apenas através do estabelecimento de camponeses. A proximidade da costa aumentava muito a perigosidade da vida nos campos, pelo que era fundamental promover o estabelecimento de fidalgos, cavaleiros e escudeiros, isto é, de homens capazes de pegar em armas e proteger o território¹⁰³. De facto, a nobreza estabelecida no Algarve manteve-se sempre *“ligada à função militar, fosse em território algarvio, alentejano ou ultramarino”*¹⁰⁴.

Em 1577, Frei João de São José afirma que os moradores do termo de Tavira, nos quais se integravam os fregueses de Nossa Senhora da Luz, *“não menos que os que estão em África, vivem sempre com o olho sobre o ombro e recatados dos inimigos que muitas vezes fazem saídas nesta costa, a qual eles no Verão vigiam de dia e de noite, com o pé na estribeira e lança em punho”*¹⁰⁵.

O termo da cidade de Tavira era povoado *“de toda ou da mais fidalguia do Reino e nela se acham pessoas de todas as gerações nobres de Portugal”*, sobretudo *“Melos, Cunhas, Côrte-Reais, Pessanhas, Barretos, Pantojas, Correias, Ichoas, Viegas e muita gente nobre que nela mora e que está derramada por suas quintas e fazendas”*¹⁰⁶. As pautas de vereação da Câmara (que eram exclusivamente constituídas por fidalgos¹⁰⁷) parecem corroborar a informação de que

Em 1913, Ataíde Oliveira levanta dúvidas em relação à validade dos dados estatísticos apresentados por Silva Lopes, nomeadamente no que diz respeito à freguesia de Nossa Senhora da Luz, afirmando que a estatística foi *“um meio muito usado de enganar”* (Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *op. cit.*, 1988, pp. 121 e 122).

¹⁰² Cf. Arnaldo Casimiro **ANICA**, *op. cit.*, 1993, pp. 27 e 31.

¹⁰³ Cf. Lívio da Costa **GUEDES**, *op. cit.*, 1988, pág. 187.

¹⁰⁴ Miguel Maria Telles Moniz **CÔRTE-REAL**, *op. cit.*, 2003, pág. 96.

¹⁰⁵ Frei João de **SÃO JOSÉ**, *Corografia do Reino do Algarve (1577)*, *op. cit.*, 1983, pág. 53.

¹⁰⁶ **Idem**, *Ibidem*, pág. 53.

¹⁰⁷ Por provisão régia, datada de 1516, D. Manuel I vai estabelecer as condições de acesso aos cargos concelhios de Tavira, determinando que *“só os fidalgos”* poderiam ser vereadores da câmara, e exigindo

muitos fidalgos viveriam nas freguesias rurais, contendo referências explícitas ao facto de alguns dos vereadores viverem “*no termo*”¹⁰⁸.

Alguns destes vereadores/fidalgos viveram em Nossa Senhora da Luz, como se percebe a partir do cruzamento das informações fornecidas pelas ditas pautas e pelos registos paroquiais da freguesia. De facto, em 1558, viveriam na freguesia “*mais de 50 fidalgos*”¹⁰⁹. Na sua *História do Reino do Algarve* (c.1600), Henrique Fernandes Sarrão confirma que Nossa Senhora da Luz é paróquia de cento e cinquenta fregueses, “*e os mais são homens fidalgos que moram por suas quintas*”¹¹⁰. Ou seja, as fontes quinhentistas sublinham a importância do elemento fidalgo no tecido social da freguesia.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 6

É um facto que muitos fidalgos foram paroquianos de Nossa Senhora da Luz, freguesia onde residiram, desempenharam funções na Fábrica, casaram, baptizaram os seus filhos e os seus escravos. Contudo, na sua maioria, os fidalgos tavirenses terão adoptado um sistema de dupla habitação, mantendo, em simultâneo, as propriedades rurais e as casas de morada na cidade. De facto, os “*senhorios*” da freguesia costumavam recolher-se temporariamente “*para a cidade por respeitos particulares*”, mas nunca abandonavam “*o domicílio que seus pais e avós tiveram*”¹¹¹. Para além disso, e particularmente no que respeita às famílias fidalgas, tudo indica que, enquanto os homens passavam a maior parte do tempo na cidade, desempenhando os cargos inerentes à sua condição social (sobretudo ligados à governança da terra), as mulheres permaneceriam nas propriedades rurais, nomeadamente nas quintas da freguesia de Nossa Senhora da Luz¹¹².

Ver. Apên.Doc.
Anexo 13

o estatuto de cavaleiro e de escudeiro para os almotacés e procuradores do concelho. Mesmo após o declínio da “*Tavira fidalga*”, que se intensifica a partir do último terço do século XVI, a obrigatoriedade de entregar os cargos da vereação tavirense unicamente a fidalgos manteve-se, pelo menos, até aos anos 20 da centúria seguinte. (Miguel Maria Telles Moniz **CÔRTE-REAL**, *op. cit.*, 2003, pp. 92 e 93).

¹⁰⁸ Damião António de Lemos Faria e **CASTRO**, *op. cit.*, 1751, pp. 551 a 563.

¹⁰⁹ **Idem**, *Ibidem*, pág. 567.

¹¹⁰ Henrique Fernandes **SARRÃO**, *op. cit.*, 1983, pág. 167).

¹¹¹ O sistema de dupla habitação acabaria por originar algumas desavenças com o clero secular, sobretudo porque, apesar de viverem entre duas freguesias, só podiam ser fregueses de uma delas. Em 1612, na igreja de Nossa Senhora da Luz, o visitador reafirma a obrigação que tem todos os fregueses de contribuir para o prémio do pároco, incluindo aqueles que tinham casa na cidade e não habitavam na freguesia durante todo o ano (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 26 de Julho de 1612; Arnaldo Casimiro **ANICA**, *op. cit.*, 1993, pág. 329).

¹¹² Está prática pode ser corroborada, por exemplo, através de duas escrituras de compra e venda, ambas datadas de Dezembro de 1642, uma na qual intervém Manuel de Vasconcelos, referido como morador em Tavira, em seu nome e de sua mulher, Dona Maria da Cunha, cuja outorga se foi tomar “*à quinta onde vive, na freguesia de Nossa Senhora da Luz*” (**ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-156, fls. 92v a 95), e outra onde intervém Pedro de Mendonça Côrte-Real, manuscrita nas suas casas de morada, na praça de Tavira, em seu nome e de sua mulher, Dona Maria de Mendonça, cuja outorga se foi tomar “*à quinta de Nossa Senhora da Luz*” (**ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-156, fls. 99 a 102v).

Durante a última década do século XVI, e durante toda a 1ª metade de seiscentos, um número significativo de fidalgos continua ainda a viver na freguesia de Nossa Senhora da Luz. A maioria destas famílias descendia da antiga nobreza quatrocentista de Tavira, destacando-se os Côrte-Reais¹¹³, os Melos da Cunha (ou Cunhas de Melo)¹¹⁴, os Mendonças¹¹⁵, os Ichoa¹¹⁶, os

¹¹³ A família Côrte-Real descende de Vasco Anes da Costa, fiel partidário do Mestre de Avis no Algarve, e dos filhos deste, nomeadamente de Vasco Anes Côrte-Real (o primeiro a usar este apelido), fronteiro-mor do Algarve e alcaide-mor de Tavira (Cf. Miguel Maria Telles Moniz **CÔRTE-REAL**, *Fidalgos de Cota de Armas do Algarve*, 2003 (2), pág. 438).

Bernardo de Mendonça Côrte-Real, filho de Diogo de Mendonça e de Isabel de Lemos, foi vereador, assim como seu pai e avós. Casou com Dona Branca de Brito, por volta de 1600, e terá vivido na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde casou e foram baptizados os seus filhos (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos*, fls. 62v, 68, 72v, 77v) e escravos (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos*, fólio 68v). Foi o instituidor do morgado dos Côrte-Reais, que incluía, entre outras propriedades, a quinta chamada de Dom João, sita na freguesia de Nossa Senhora da Luz (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-277, fls. 34 a 36). Faleceu em Outubro de 1637, em Nossa Senhora da Luz (Cf. **APLT**, *Livro de registo de óbitos (1625-1640)*, fólio 239v). Em 1636, faleceu, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, Catarina de Sousa, “Ama do Sr. Bernardo de Mendonça Côrte-Real” (**APLT**, *Livro de registo de óbitos (1625-1640)*, fólio 237v).

Pedro de Mendonça Côrte-Real, filho do atrás referido Bernardo de Mendonça Côrte-Real, casou com Dona Maria de Mendonça e foi proprietário de uma quinta na freguesia de Nossa Senhora da Luz, que “*havia herdado de seus pais e sogros*” (**ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-156, fls. 92v a 95). Em 1644, na igreja de Nossa Senhora da Luz, é baptizada uma filha de Pedro de Mendonça Côrte-Real e de Dona Maria, tendo como padrinho um irmão, de nome Diogo de Mendonça Côrte-Real (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólio 122v).

Refira-se ainda um tal Miguel Côrte-Real que, em 1624, na igreja de Nossa Senhora da Luz, apadrinha um filho de Bernardo de Mendonça Côrte-Real (Cf. **APLT**, *Livro de Registo de Baptismo (1599-1651)*, fólio 68). Teve escravos baptizados em Nossa Senhora da Luz (Cf. **APLT**, *Livro de Registo de Baptismo (1599-1651)*, fólio 66v). É provável que se trate de Miguel Côrte-Real de Abranches, vereador da câmara de Tavira, filho e neto de vereadores, casado com uma tia de Manuel de Melo e de Álvaro da Cunha (Cf. Damião António de Lemos Faria e **CASTRO**, *op. cit.*, 1751, pág. 561). Faleceu em data anterior a 19 de Junho de 1656 (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-168, fólio. 54)

¹¹⁴ Esta família descende de Álvaro da Cunha de Melo, fronteiro-mor do Algarve e alcaide-mor de Tavira no século XV, filho natural, legitimado, de Maria Gonçalves, mulher solteira, e do almirante Rui Afonso de Melo, Senhor de Vila Nova de Portimão, de Mértola e Evoramonte, também alcaide-mor de Tavira, fronteiro-mor do Algarve e, por herança de seu sogro, almirante-mor do Reino. Casou duas vezes, a primeira com Dona Beatriz Pessanha, filha do almirante-mor Carlos Pessanha, e a segunda com Dona Inês Baleeiro, filha de Gonçalo Viegas (Cf. Visconde de Sanches **BAENA**, *op. cit.*, 1992, pp. 83 e 84). Em 1480, mesmo antes da constituição da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Álvaro da Cunha (de Melo) era já dono da quinta de Malgalaera (Cf. João Mascarenhas de **MELLO**, *op. cit.*, 1942, pág. 44).

É na freguesia de Nossa Senhora da Luz que se realizam os casamentos de Manuel de Melo da Cunha e Dona Genebra da Cunha Côrte-Real, em 1598 (Cf. **APLT**, *Livro de registo de casamentos (1591-1657)*, fólio 151), e o de Jorge da Cunha de Melo, filho de António da Cunha e de Dona Isabel (de Briteiros), com Dona Genebra da Cunha, filha de Jorge da Cunha e de Dona Isabel de Lemos (Cf. **APLT**, *Livro de registo de casamentos (1591-1657)*, fólio 163). Jorge da Cunha de Melo, filho de António da Cunha e de Dona Isabel, casou na freguesia de Nossa Senhora da Luz, em 1605, com Dona Genebra de Lemos, filha de Jorge da Cunha e de Dona Isabel de Lemos (Cf. Arnaldo Casimiro **ANICA**, *op. cit.*, 1993, pp. 326 a 328), e aí baptizou os seus filhos (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólio 42v). Em 1628, faleceu, em Nossa Senhora da Luz, Dona Isabel, filha de Jorge da Cunha de Melo (Cf. **APLT**, *Livro de registo de óbitos (1625-1640)*, fólio 233). Jorge da Cunha de Melo teve escravos, também baptizados em Nossa Senhora da Luz (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fls. 80v, 81 e 85v).

Como membro desta família, refira-se ainda Jorge da Cunha de Briteiros, que seria filho de Manuel de Melo da Cunha, *O Velho* (capitão-mor das naus da Índia, em 1580) e de Dona Maria Viegas (Cf. Visconde

Britos Pereira (ou Pereiras de Brito)¹¹⁷ ou ainda os Simões¹¹⁸. De um modo geral, as famílias fidalgas que residem na freguesia de Nossa Senhora da Luz no início do século XVII, todas

de Sanches **BAENA**; *op. cit.*, 1992, pág. 85; Miguel Maria Telles Moniz **CÔRTE-REAL**, *op. cit.*, 2003, pág. 69). Foi capitão-mor de Tavira durante o surto de peste que afectou a cidade em meados dos anos 40 (1645-1646), sendo a sua acção fundamental para a contenção da epidemia (Cf. Joaquim Romero **MAGALHÃES**, *op. cit.*, 1993, pp. 48 e 54). Foi vereador da câmara de Tavira, em 1648 (Cf. Damião António de Lemos Faria e **CASTRO**, *op. cit.*, 1751, pág. 573). Jorge da Cunha de Briteiros, fidalgo da Casa Real, serviu como oficial da Fábrica de Nossa Senhora da Luz e viveu no sítio de Manjalaera (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-173, fls. 4v a 5v). Casou com Dona Isabel de Sequeira (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólio 74). Foi em Nossa Senhora da Luz que baptizou os seus filhos (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fls. 74, 77 e 81v) e também os seus servos (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólio 71v). Em 1646, intervém como madrinha de um baptismo, realizado em Nossa Senhora da Luz, “*Dona Francisca da Cunha, filha bastarda de Jorge da Cunha de Briteiros*” (**APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólio 128v).

¹¹⁵ Casamento de Diogo de Mendonça, filho de Rui Madeira de Mendonça e Joana de Lacerda, com Isabel de Lemos, filha de Jorge Viegas e Isabel da Fonseca. Diogo de Mendonça, fidalgo de pais e avós, foi vereador em 1589, viveu no termo (Cf. Damião António de Lemos Faria e **CASTRO**, *op. cit.*, 1751, pág. 557). Em meados do século XVI, já vivia em Nossa Senhora da Luz uma tal Dona Isabel de Lemos (Cf. **AMT**, “Título das noras, fontes e canadas do concelho”, in *Livro Tombo da Câmara Municipal de Tavira*, fólio 152).

¹¹⁶ Lopo Martins Ichoa é identificado como natural de Tavira, vereador da câmara em 1608 e 1612, filho e neto de vereadores. Viveu no termo, era neto do filho de João Ichoa e primo-irmão de Luís Simões de Brito. Casou com Violante da Costa de Mendonça e, em 1600, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, foi baptizada uma filha de ambos (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólio 22).

¹¹⁷ Em 1587, Francisco Pereira de Brito, filho e neto de vereadores, tinha 60 anos de idade, e assistia no termo. Foi vereador da câmara de Tavira em 1589. (Cf. Damião António de Lemos Faria e **CASTRO**, *op. cit.*, 1751, pág. 556).

Manuel de Brito Pereira, fidalgo, vereador da câmara (1610, 1615 e 1619), filho e neto de vereadores, natural de Tavira, viveu “*no termo*”. Era pai de Lourenço de Brito Pereira, senhor do morgado da Bolota, que também foi vereador (em 1622 e 1630), e tio de Luís Simões de Brito e de Dona Isabel Mascarenhas, mulher de Fernão de Espanha Pacheco (Cf. Damião António de Lemos Faria e **CASTRO**, *op. cit.*, 1751, pág. 560).

Em 1626, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, faleceu Dona Isabel, mãe de Lourenço de Brito Pereira, deixou uma missa pelo seu marido, Manuel de Brito (Cf. **APLT**, *Livro de registo de óbitos (1625-1640)*, fólio 243).

Em 1637, o dito Lourenço de Brito Pereira, paga 2000 réis por um jazigo na igreja paroquial, e manda rezar uma missa pela alma de seu irmão Fernão de Brito (Cf. **APLT**, *Livro de registo de óbitos (1625-1640)*, fls. 238v e 239). Em 1629, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, é baptizado um filho de Lourenço de Brito Pereira e de Dona Antónia Telles (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismo (1599-1651)*, fólio 82). Em 1638, na mesma freguesia, faleceu Dona Sebastiana, menor, filha de Lourenço de Brito Pereira (Cf. **APLT**, *Livro de registo de óbitos (1625-1640)*, fólio 240v).

¹¹⁸ Os Simões de Tavira descendem de Luís Simões, moço de câmara de D. Manuel I e cavaleiro da Ordem de Cristo, filho de Rui de Faro, escrivão da Mouraria de Faro e escudeiro da Casa de D. Afonso V, e de Dona Vicência Simões de Vilhena. Casou, em 1520, com sua prima Dona Leonor Mascarenhas, filha de Rui de Faro Mascarenhas e de Dona Brites Mendes de Sárrea. Serviu nas praças do Norte de África e, em 1555, é referido como residente em Tavira, onde faleceria em 1563 (Cf. Visconde de Sanches **BAENA**, *op. cit.*, 1992, pp. 25 e 26).

Gaspar Simões Mascarenhas, filho de Luís Simões e de Dona Leonor Mascarenhas, serviu em África, foi vereador da Câmara de Tavira em 1570. Casou, em 1587, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, com Dona Isabel de Brito de Mendonça, filha de Lourenço de Brito Pereira, Senhor do morgado da Bolota, e de Dona Brites de Mendonça (Cf. **APLT**, *Livro de registo de casamentos (1599-1657)*, fólio 149v).

Manuel de Sárrea de Brito (neto do atrás referido Gaspar Simões Mascarenhas), filho de Luís Simões de Brito e de Dona Maria de Sárrea, foi várias vezes vereador da Câmara. Casou na freguesia de Nossa

aparentadas entre si, são as mesmas que já viviam no termo de Tavira no século XVI¹¹⁹ e, em alguns casos, até na centúria anterior¹²⁰. Houve, portanto, uma continuidade na ocupação. Há alguns apelidos aparentemente novos, famílias cujos membros terão chegado ao termo nos finais do século XVI. Destes últimos, valerá a pena mencionar os Aragões de Sousa¹²¹, oriundos da vila de Loulé, ou os Noronhas¹²².

Fig. 12

Senhora da Luz, em 1621, com Dona Bárbara de Brito, filha de Lopo Pereira de Brito e de Dona Leonor Ichoa. Faleceu em data anterior a 28 de Maio de 1651, legando à Fábrica de Nossa Senhora da Luz metade de uma fazenda no sítio de Manjalaera (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-173, fls. 34 a 35), da dita freguesia, e a outra metade a Simoa Mascarenhas de Brito, mulher de António da Franca de Alpoim (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-169, fólho 34).

Luís Simões de Sárrea, filho de Gaspar Simões de Brito Sárrea e de Dona Ana Viegas Rosado, sobrinho do atrás referido Manuel de Ataíde Sárrea, casaria na igreja de Nossa Senhora da Luz, a 20 de Janeiro de 1649, com Dona Leonor de Brito Cadaval, natural de Vila Nova de Portimão, filha de António Pires Zarco, administrador do morgado da Bolota por sua mulher, Dona Maria de Brito Pereira (Cf. Visconde de Sanches **BAENA**, *op. cit.*, 1992, pág. 28). Em 1651, Luís Simões de Sárrea, Fidalgo da Casa Real, é referido como morador na freguesia de Nossa Senhora da Luz, “onde chamam o Morgado” (**ADF**, *Notarias de Tavira*, cota 8-4-173, fls. 16 a 17v) e, no mesmo ano, também como eleito da Fábrica da igreja (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-173, fls. 4v a 5v). É igualmente em Nossa Senhora da Luz que são baptizados os seus filhos (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fls. 136 e 139v). Porém, em 1663, é já referido como morador em Vila Nova de Portimão (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-215, fls. 21v a 22v), onde viria a falecer em Fevereiro de 1666 (Cf. Visconde de Sanches **BAENA**, *op. cit.*, 1992, pág. 28).

Gaspar Simões de Sárrea, filho do atrás referido Luís Simões de Sárrea, nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde foi baptizado, em Dezembro de 1649. Serviu no norte de África. Casou com Dona Ana de Mendonça Moniz, de Quelfes, no termo de Faro. Foi capitão da ordenança da dita freguesia de Quelfes, onde faleceu, a 22 de Julho de 1688. (Cf. Visconde de Sanches **BAENA**, *op. cit.*, 1992, pp. 29 e 30)

¹¹⁹ Cf. Frei João de **SÃO JOSÉ**, *op. cit.*, 1983, pág. 53.

¹²⁰ Cf. Miguel Maria Telles Moniz **CÔRTE-REAL**, *op. cit.*, 2003, pág. 56.

¹²¹ Luís de Aragão de Sousa, fidalgo, vereador da câmara de Tavira em 1600 e 1606, é identificado como natural de Loulé (Cf. Damião António de Lemos Faria e **CASTRO**, *Política, Moral e Civil, Aula da Nobreza Lusitana*, 1751, pág. 560). Filho de Rui de Aragão de Sousa, também de Loulé, e de Dona Briolanja Pessanha, de Tavira, casou, em 1593, com Dona Mécia de Gusmão, filha de João Ichoa de Villegas e de Dona Filipa de Azambuja (Cf. Miguel Maria Moniz Telles **CÔRTE-REAL**, *op. cit.*, 2003, pág. 68). Faleceu, em 1634, na freguesia de Nossa Senhora da Luz (Cf. **APLT**, *Livro de registo de óbitos (1625-1640)*, fls. s/nº). É, provavelmente, o mesmo Luís de Aragão que foi proprietário de um pomar no sítio do Porto Pinheiro, na freguesia de Nossa Senhora da Luz (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-171, fls. 11 a 13). De facto, em 1600, Dona Briolanja Pessanha, viúva de Rui de Aragão de Sousa, afora uma sua quinta, que fica na freguesia de Nossa Senhora da Luz, onde chamam o Pinheiro (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-147, fls. 63 a 64).

Em 1635, António de Aragão de Sousa, filho do atrás referido Luís de Aragão de Sousa, era proprietário de uma quinta que confrontava com o rossio da igreja de Nossa Senhora da Luz (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-157, fls. s/nº). O barão de Alvito tratava-o “como parente” (Miguel Maria Moniz Telles **CÔRTE-REAL**, *op. cit.*, 2003, pág. 68).

¹²² Dom João de Noronha, “natural de Tavira”, vereador em 1604, filho e neto de vereadores (Cf. Damião António de Lemos Faria e **CASTRO**, *op. cit.*, 1751, pp. 558 e 559). Foi casado com Dona Isabel Côrte-Real e freguês de Nossa Senhora de Luz (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos*, fls. 25 e 26v), onde baptizou os seus filhos, que, tal como ele, também usufruíram do tratamento de Dom (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólho 45). Viveu em Nossa Senhora da Luz, presumivelmente numa quinta “pegada à estrada que vai para Faro” (**ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-183, fólho 35). O

Ou seja, ao longo do século XVI, e durante as primeiras décadas da centúria seguinte, terá existido na freguesia de Nossa Senhora da Luz uma elite de privilegiados, essencialmente constituída pelos descendentes da fidalguia quatrocentista do termo, cavaleiros e escudeiros, indivíduos cuja riqueza assentava sobretudo na produção agrícola e que assumiam também a protecção do território. Logicamente, a esmagadora maioria da população seria composta por trabalhadores (lavradores, *homens de enxada*, jornaleiros e escravos), que constituíam a base da economia agrária.

Porém, na 1ª metade do século XVII, verifica-se uma transformação do tecido social do termo de Tavira. À decadência económica e gradual ruralização da antiga fidalguia¹²³ (fenómeno que já se verificava desde a 2ª metade de Quinhentos¹²⁴), que leva muitas famílias a trocar o meio urbano pelas freguesias rurais, sucede-se a ascensão social de indivíduos abastados, mas de estatuto inferior. Neste contexto, alguns fidalgos terão abandonado o termo, desfazendo-se das suas propriedades ou simplesmente aforando-as. Seja como for, os registos paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz comprovam que, na 1ª metade de Seiscentos, o número de baptismos de crianças cujos pais são identificáveis como fidalgos vai registar um assinalável decréscimo¹²⁵.

facto de utilizar a prerrogativa de “*Dom*” demonstra que usufruía de uma posição social mais destacada que a generalidade dos fidalgos.

É provável que este Dom João de Noronha estivesse aparentado com os Noronha/Meneses, marqueses de Vila Real, já que, durante os séculos XV e XVI, vários membros dessa família desempenharam funções no governo das praças portuguesas no Norte de África (Cf. A.H. de Oliveira **MARQUES**, *História de Portugal - das origens ao Renascimento*, 2010, pp. 357 a 361), donde facilmente poderiam ter passado ao Algarve.

Um inventário dos bens móveis da igreja de Nossa Senhora da Luz, elaborado em 1592, menciona uma peça ornamental oferecida por “*dom amtone*” (**APLT**, “Inventário dos foros e bens móveis da igreja de Nossa Senhora da Luz (1592-1594)”, in *Livro de registo de Casamentos (1591-1657)*, fólhos adicionados entre os fls. 216v e 218) porventura referindo-se a Dom António de Noronha, vereador da Câmara em 1597 e 1598 (Cf. Damião António de Lemos Faria e **CASTRO**, *op. cit.*, 1751, pág. 570), indivíduo seguramente aparentado com o atrás referido Dom João de Noronha.

¹²³ Cf. Joaquim Romero **MAGALHÃES**, “Uma sociedade cristalizada”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, 1999, pág. 281; Miguel Maria Telles Moniz **CÔRTE-REAL**, *op. cit.*, 2003, pág. 95.

¹²⁴ A decadência da cidade de Tavira, e da sua economia baseada no comércio e exportação de produtos agrícolas, a partir da 2ª metade do século XVI, estará directamente relacionada com o abandono das principais praças norte-africanas, com o assoreamento da barra de Tavira e com a fuga de muitos homens de negócios para a vizinha Andaluzia, onde procuraram beneficiar do lucrativo comércio com as Índias espanholas, reservado aos residentes (Cf. Frei João de **SÃO JOSÉ**, *op. cit.*, 1983, pp. 50 e 51; Joaquim Romero **MAGALHÃES**, *op. cit.*, 1970, pág. 238).

¹²⁵ Na década de 20, entre 1620 e 1629, foram baptizados na freguesia de Nossa Senhora da Luz um total de 160 indivíduos, entre os quais é possível identificar 10 filhos de fidalgos (reapresentando, portanto, 6,25% do total de baptizados na freguesia). Porém, entre 1630 e 1639, de um total de 160 indivíduos baptizados na freguesia, apenas 1 pode ser identificado como sendo filho de um fidalgo (0,6 % do total). Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*.

Em meados do século XVII, a transformação do tecido social da freguesia da Luz estaria consumada, sendo evidente a decadência do outrora importante elemento fidalgo. Veja-se, por exemplo, uma escritura, em que participam todas as “*pessoas principais*” da freguesia, datada de 1654, na qual todos os intervenientes assinam de cruz, quase todos são lavradores, e não há um único fidalgo¹²⁶. É, portanto, uma realidade social radicalmente distinta daquela que as fontes quinhentistas descrevem.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 20

Porém, logo emergiria uma nova elite, pronta a ocupar o papel até então desempenhado pela antiga fidalguia. O processo de ascensão social baseava-se sobretudo no desempenho de cargos camarários menores (almotacé ou procurador), na obtenção de um determinado patamar de riqueza, no exercício de uma profissão liberal ou ainda na obtenção de um qualquer estatuto de dignidade, um grau académico, o hábito de uma Ordem militar ou então uma patente de ordenanças¹²⁷. Particularmente no que respeita à freguesia de Nossa Senhora da Luz, a obtenção da patente de ordenanças parece ter sido a principal via de ascensão social ao longo da 2ª metade do século XVII e durante todo o século XVIII¹²⁸.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 21

De facto, a ascensão social dos militares de ordenanças terá coincidido com o já referido declínio da antiga fidalguia. Como oficiais da ordenança da freguesia vão surgir maioritariamente os Costas, os Correias, os Gonçalves Cordeiro, os Mouratos, os Brito Relego e os Francas, entre outros.¹²⁹ Não se tratam de pequenos lavradores, nem jornaleiros ou *homens de enxada*, são proprietários de média dimensão, indivíduos abastados cuja riqueza reside na posse da terra. Na verdade, para atingir o posto de capitão de ordenanças bastava ser-se “*rico e afazendado*”, ter

¹²⁶ **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 9 de Agosto de 1654.

¹²⁷ Cf. Miguel Maria Telles Moniz **CÔRTE-REAL**, *op. cit.*, 2003, pág. 96.

¹²⁸ Só na década de 60 do século XVII se terá criado uma companhia de ordenanças nesta freguesia, uma vez que as mais antigas referências a oficiais de ordenanças residentes em Nossa Senhora da Luz datam de 1665, dando conta da presença de um alferes (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1651-1689)*, fólio 42). De facto, em 1621, na sua inventariação da “*infantaria existente no Reino do Algarve*”, Alexandre Massay vai recensar as ordenanças das freguesias de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santo Estêvão e Nossa Senhora da Luz em conjunto, registando um total de 124 homens de pé (Cf. Lívio da Costa **GUEDES**, *op. cit.*, 1988, pág. 190). Tudo indica que, nessa data, nenhuma das referidas freguesias teria população suficiente para formar uma companhia de ordenanças autónoma, razão pela qual são arroladas em conjunto.

Em 1668, o visitador confessa-se incomodado ao saber que, quando vinham assistir aos ofícios divinos, os paroquianos de Nossa Senhora da Luz caminhavam “*para a igreja com a espingarda às costas, como quem vai para a caça, e outros com as espadas nuas, como quem de noite passeia as ruas*”, concluindo que a dita igreja, qual “*celeiro*” de instrumentos militares, bem se podia “*chamar Casa de Armas ou Corpo da Guarda*” (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 13 de Julho de 1668). São palavras duras, mas que dão conta de uma sociedade militarizada (acabada de sair das prolongadas Guerras da Restauração), na qual os oficiais de ordenanças assumiriam um papel de grande relevo.

¹²⁹ Cf. **APLT**, *Livros de registo de baptismos (1651-1689) e (1689-1728)*.

cavalo e armas, viver à lei da nobreza¹³⁰. A fidalguia do candidato pouco influía na nomeação. Alguns destes indivíduos teriam ligações familiares (mais ou menos remotas) às antigas famílias fidalgas do termo de Tavira, descendendo da pequena nobreza dos séculos XV e XVI (cavaleiros e escudeiros), entretanto ruralizada, mas a maioria não.

Sobretudo a partir da 2ª metade do século XVII, as elites “*emergentes*” vão consolidar o seu estatuto social (amparadas por um crescente poder económico, alicerçado no comércio de produtos agrícolas) e, esporadicamente, por via do matrimónio, acabam mesmo por aliar-se às antigas famílias fidalgas. De facto, na maior parte dos casos, o casamento era a única via que permitiria ultrapassar o enorme “*fosso que separava estes dois distintos e antagónicos universos económicos, sociais e culturais*”¹³¹.

Em 1751, o cronista Damião António de Lemos Faria e Castro vai resumir a situação das antigas linhagens fidalgas de Tavira nos seguintes termos: “*De todas estas famílias, aquelas que aumentaram com o cabedal o ser da honra, saíram do Algarve, e a maior parte das que ficaram nele se reduziram a tal miséria que vemos por esses campos infinitos homens de trabalho, alimentando a vida com o suor do seu rosto, derramado em exercícios vis, quando lhes circula nas veias tão ilustre sangue; sendo tal a terrível sorte da vida humana, que tem pendente a nobreza da vil estimação do cabedal, que levanta os indignos e abate beneméritos*”¹³². Percebe-se o incómodo do autor (membro de uma família da antiga fidalguia) em relação à transformação social em curso. Mas a mudança era irrevogável.

Ao longo de toda a centúria de Setecentos, a união entre membros das famílias fidalgas, lavradores abastados, oficiais de ordenanças e profissionais liberais vai inclusive dar origem a autênticos “*potentados económicos*”, alguns deles com ligações à freguesia de Nossa Senhora da Luz, como foi o caso dos irmãos Henrique e João Leal da Gama e Ataíde, membros daquilo que se poderia denominar como uma “*nobreza de toga da província*”¹³³. Em meados do século,

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

¹³⁰ ADF, “Carta de patente do capitão Tomé Lopes da Costa, da aldeia de Moncarapacho” (27 de Março de 1685), in *Livro de Registo de alvarás, provisões, cartas e outros diplomas da Câmara de Faro*, fólio 228v.

¹³¹ Miguel Maria Telles Moniz **CÔRTE-REAL**, *op. cit.*, 2003, pág. 91.

¹³² Damião António de Lemos Faria e **CASTRO**, *op. cit.*, 1751, pág. 577.

¹³³ O padre Doutor Henrique Nunes Leal da Gama e Ataíde, Ministro da Ordem Terceira de São Francisco de Tavira, Comissário do Santo Ofício, e administrador de alguns morgados, e o Desembargador João Leal da Gama e Ataíde, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Familiar do Santo Ofício, eram filhos do alferes de ordenanças Vicente Nunes Leal, homem abastado, oriundo de Estói, e de Dona Inês Vaz Farta. Sobrinhos paternos do Padre Manuel Viegas Leal, pároco de Nossa Senhora da Luz e instituidor do morgado de Manja Clara. Depois da morte do irmão e do referido tio, o Desembargador João Leal da Gama herdou também todos os morgados que lhes pertenciam. (José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 2004, pp. 137 a 139)

existiam na freguesia seis morgados (entre eles o dos referidos Leal da Gama), cujos titulares eram identificados como “*pessoas de nobreza conhecida*”¹³⁴.

Ou seja, tal como acontecia no século XVI, também nos séculos XVII e XVIII a freguesia de Nossa Senhora da Luz contou com uma elite de privilegiados (emergentes ou não). Contudo, a esmagadora maioria da população da freguesia continuava a ser constituída por lavradores, jornaleiros e escravos, mas também por alguns grupos profissionais aparentemente minoritários (mercadores e oficiais mecânicos), que se terão mantido à margem de todas as transformações sociais que afectaram o termo. Valerá a pena referir alguns aspectos que dizem respeito a estes grupos populacionais.

A maior parte das grandes Casas agrícolas da freguesia tinha os seus escravos, que se empregavam sobretudo na agricultura, na pesca e na pastorícia, sendo considerados como parte da *família alargada*¹³⁵. Constituíam “*a base de toda a mão-de-obra*”¹³⁶. Ao longo dos séculos, os senhores de escravos foram sobretudo os fidalgos, mas também os lavradores abastados¹³⁷, os membros do clero secular¹³⁸ e os oficiais da ordenança¹³⁹. Curiosamente, o número de escravos

Ver. Apên.Doc.
Anexo 8

Casou com Dona Francisca Bárbara da Silva Pinto e foi pai do também desembargador José Bernardo da Gama e Ataíde. Chegou a ser um dos maiores proprietários do termo de Tavira, com várias propriedades na freguesia de Nossa Senhora da Luz. (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-353, fls. 9v a 11v e 95v a 96v; cota 8-5-367, fls. 172 a 173; cota 8-5-390, fls. 42v e 43).

Sabe-se pouco sobre a carreira profissional do Desembargador João Leal da Gama e Ataíde, mas julga-se que terá começado a sua carreira como Juiz de Fora da cidade de Tavira, cargo que ocupava em 1719 (Cf. **APLT**, *Livro de registo de casamentos*, fólíio) e, na década de 20, terá estado colocado no tribunal da Relação de Salvador da Baía, no Brasil (Cf. **AHU**, *Requerimento do desembargador da Relação da Baía*, AHU_ACL_CU_005,Cx.33,D.2969; *Requerimento do desembargador João Leal*, Cota ACL_CU_005, Cx.36, D. 3267).

¹³⁴ Os titulares destes morgados eram: João Pedro de Mendonça Côrte-Real, João Carlos de Miranda Dorta Osório, Damião António de Lemos Faria e Castro, Eugénio de Barros Montarroio Reimão, Henrique Nunes Leal da Gama e João Lopes da Franca (Cf. **ANTT**, “*Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)*”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1369).

¹³⁵ Em 1599, o visitador instiga os fregueses a que mandem rezar algumas missas por alma dos seus escravos defuntos (Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólíio s/nº, visitação de 1599) e, em 1602, dá instruções para que todos os fregueses “*venham ouvir missa inteira a esta igreja, e tragam consigo, ou mandem, (os seus) filhos e filhas, escravos e mais famílias, ao menos de idade de dez anos para cima, salvo aqueles que necessário forem para guarda e serviço da casa*” (Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólíio s/nº, visitações de 1599 (?) e de 24 de Outubro de 1602).

A documentação comprova que, por vezes, os escravos chegavam mesmo a adoptar os apelidos dos seus senhores. Refiram-se, a título de exemplo, os casos de Antónia de Brito, serva de Manuel de Brito Pereira (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólíio 40v), o de Luzia de Brito, escrava de Lourenço de Brito Pereira (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólíio 101), ou o de Francisca da Cunha, escrava de Manuel da Cunha (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólíio 104v).

¹³⁶ Calcula-se que, no âmbito do Algarve quinhentista, a população escrava rondaria os 10% da população total (Cf. Joaquim Romero **MAGALHÃES**, *op. cit.*, 1970, pp. 230 e 231).

¹³⁷ Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólíio 27v.

¹³⁸ Cf. **Idem**, *Ibidem*, fólíio 74v.

¹³⁹ Cf. **Idem**, *Ibidem*, fólíio 48.

baptizados na freguesia de Nossa Senhora da Luz diminuiu significativamente ao longo de toda a 1ª metade de seiscentos¹⁴⁰, de algum modo acompanhando o decréscimo também verificado no número de batismos de fidalgos.

Quanto aos oficiais mecânicos, os registos paroquiais e notariais são as principais fontes (porventura as únicas) que permitem identificar os ofícios que os fregueses de Nossa Senhora da Luz exerceram. A documentação sugere que os oficiais mecânicos viveram sobretudo junto à igreja paroquial e no sítio de Mor Gonçalves, provavelmente por serem estes os locais onde os aglomerados populacionais eram mais expressivos. Não obstante, a percentagem de fregueses a exercer um ofício terá sido sempre muito reduzida, circunstância explicável por se tratar de uma freguesia rural, relativamente próxima de um importante centro urbano, com uma população dispersa.¹⁴¹

Por último, valerá a pena referir também um grupo social que, apesar de minoritário, terá desempenhado um papel relevante na história da freguesia, principalmente durante a 2ª metade do século XVII: os ditos *estrangeiros*, especialmente cidadãos de origem britânica, com ligações à actividade mercantil.¹⁴²

¹⁴⁰ Note-se, os dados conhecidos dizem respeito ao número de batizados, podendo não traduzir a real evolução da população.

A população escrava terá mantido uma presença assinalável na freguesia até à abolição da escravatura, já no século XVIII. Apenas a título de exemplo, refira-se que, em 1672, num total de 214 fregueses crismados na igreja paroquial, oito são ainda identificados como escravos (Cf. **APLT**, *Livro de Registo de casamentos (1658-1684)*, fólio s/nº).

¹⁴¹ As mais antigas referências documentais a oficiais mecânicos residentes na freguesia datam da 2ª metade do século XVII e dizem respeito a: três alfaiates, um dos quais morador em Mor Gonçalves (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-165, fólio 125v e **APLT**, *Livro de registo de batismos (1651-1689)*, fls. 22v e 72v), um pedreiro (Cf. **APLT**, *Livro de registo de batismos (1651-1689)*, fls. 127v e 128) e um barbeiro, residente junto à igreja (Cf. **APLT**, *Livro de registo de batismos (1651-1689)*, fólio 79). Provavelmente, terão existido outros. Ao longo do século XVIII, é assinalada a presença de oficiais de serralheiro (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-352, fólio 25), de pedreiro, de carpinteiro ou de alfaiate, todos a residir na freguesia, aumentando sobretudo as referências aos barbeiros, também identificados como oficiais de sangradores, quase sempre moradores no sítio da igreja (Cf. **APLT**, *Livro de registo de batismos (1689-1728)*, fls. 57, 73v, 106v, 121v, 169).

A título excepcional, refira-se ainda o oficial de ourives da prata Luís Pereira da Silva, natural de Lisboa, que casou na freguesia de Nossa Senhora da Luz (Cf. **APLT**, *Livro de registo de casamentos (1711-1784)*, fólio s/nº), e aí passou a residir no início da década de 20 de Setecentos (Cf. **APLT**, *Livro de registo de batismos (1689-1728)*, fólio 159v), depois de viver alguns anos na freguesia de Santiago (Cf. **APLT**, *Livro de registo de batismos (1689-1728)*, fólio 137v).

¹⁴² Na década de 60 do século XVII, surgem as primeiras referências a um tal “Tomás Esmite” que, para além de apadrinhar algumas crianças batizadas em Nossa Senhora da Luz (Cf. **APLT**, *Livro de registo de batismos (1651-1689)*, fls. 33, 39v e 45v), foi proprietário de uma fazenda no sítio das Andas (Cf. **ADF**, *Notarias de Tavira*, cota 8-5-301, fls. 33 a 35), apesar de ter as suas “casas de pousada” em Tavira (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-178, fólio 131v). É, provavelmente, o mesmo “Tomás Esmite” que, em 1659, participa num negócio, em parceria com um tal Henrique Jansen, sendo então identificado como mercador inglês e assinando como Thomas Smith (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-171, fólio 104). Em 1678, surgem também referências documentais a um tal Guilherme Esmite, estrangeiro (muito

Ou seja, desde a sua instituição, e pelo menos até ao século XIX, o grosso da população da freguesia de Nossa Senhora da Luz foi constituído por lavradores e trabalhadores agrícolas, incluindo escravos. No entanto, terá existido sempre uma pequena elite dominante, inicialmente apenas composta por descendentes da fidalguia quatrocentista de Tavira e, a partir do século XVIII, também por lavradores endinheirados que, paulatinamente, e aproveitando as mudanças conjunturais de fundo, conseguiram prosperar e fortalecer o seu estatuto social. Não obstante, apenas durante o século XVI e, *grosso modo*, até meados da centúria seguinte, terá residido na freguesia uma elite fidalga com capacidade e conhecimentos para “*desenvolver os mecanismos de aproximação às correntes mais eruditas*”¹⁴³, indivíduos que certamente desempenharam um papel fundamental na concretização do projecto da igreja-salão, que também terão ajudado a financiar.

2. O CULTO DE NOSSA SENHORA DA LUZ

2.1. Em Portugal

A Senhora da Luz é festejada a 8 de Setembro, dia que a Igreja consagrou à celebração da Natividade da Virgem (exactamente nove meses depois da Festa da Imaculada Conceição, a

provavelmente aparentado com o atrás referidos Tomás Esmite), identificado como morador na freguesia (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1651-1689)*, fls. 79v, 81 e 84).

Em 1668, é novamente arrendada a chamada quinta *do Pátio*, com o respectivo lagar, “*tudo o que trazia arrendado Guilherme Croque*” (**ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-183, fl. 36). Este Guilherme Croque, também mercador, de nacionalidade inglesa, estava estabelecido em Faro, cidade a que chegou em 1654 (com 18 anos de idade), para trabalhar na importante casa comercial de Henrique Jansen (Cf. Joaquim Romero **MAGALHÃES**, *op. cit.*, 1993, pág. 383).

A título excepcional refira-se também uma família de origem francesa que viveu na freguesia no final do século XVIII e durante a 1ª década da centúria seguinte. No final do século XVIII, instalam-se na freguesia os Mergoux, uma família de tapeceiros franceses (para saber mais acerca dos motivos que levaram esta família a vir para Portugal e a instalar-se no Algarve veja-se: José Carlos Vilhena **MESQUITA**, *O marquês de Pombal e o Algarve - A Fábrica de tapeçarias de Tavira*, 1999).

Em 1782, o francês Pedro Leonardo Mergoux adquire uma fazenda nesta freguesia, no sítio da igreja, propriedade que confinava pelo nascente com a estrada Real e pela esquerda com o ribeiro e serventia que está junto à igreja de Nossa Senhora da Luz (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-391, fls. 18v a 20).

A 22 de Novembro de 1787, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, casa Madalena de Mergoux, natural do Reino de França, moradora no sítio da igreja, filha de Leonardo Mergoux e de Maria Corneli, neta paterna de Pedro de Mergoux e de Antónia Goribet e materna de Francisco Corneli e de Joana Chariere, da freguesia de Santa Cruz, bispado de Limoges (Cf. **APLT**, *Livro de registo de casamentos (1784-1802)*, fólho 7v) Em 1802, Leonardo Mergoux, familiar do referido Pedro Leonardo, vende a sua fazenda do sítio da igreja, da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-6-418, fls. 149 a 150v).

¹⁴³ Maria de Lurdes **CRAVEIRO**, *A arquitectura “ao romano”*, 2009, pág. 128.

8 de Dezembro)¹⁴⁴. A Festa seria oficialmente instituída em 1245, pelo Papa Inocêncio IV (1243-1254)¹⁴⁵.

Em Portugal, o desenvolvimento do culto de Nossa Senhora da Luz estará directamente relacionado com a fundação de uma pequena ermida dessa invocação nos arredores de Lisboa, em Carnide, na década de 60 do século XV. Consta que a dita ermida foi fundada por devoção de um tal Pedro Martins, milagrosamente resgatado do cativo norte-africano por obra e graça da Senhora da Luz¹⁴⁶.

Ao longo do último quartel do século XV, a ermida de Nossa Senhora da Luz de Carnide vai assumir-se como um dos mais importantes focos do culto mariano em território português¹⁴⁷.

¹⁴⁴ Padre Pedro de **RIBADANEIRA**, *Flos Sanctorum, de las vidas de los Santos*, 1761, pp. 22 a 26. Nas palavras do padre António Vieira, a Natividade da Virgem antecede o nascimento de Jesus Cristo do mesmo modo que as primeiras luzes da manhã antecedem o nascer do Sol (Cf. Padre António **VIEIRA**, “Sermão do Nascimento da Virgem Maria”, in *Sermões*, 1679, pp. 229 a 298).

¹⁴⁵ Cf. Roberto **MONGE**, *Dois mil anos de Papas*, 2005, pág. 362.

¹⁴⁶ Dizem as crónicas que Pedro (ou Pêro) Martins nasceu em Carnide, e aí viveu até ter idade de sair a buscar fortuna. Ainda jovem partiu para o Algarve, onde casou com uma mulher de nome Inês Anes (Cf. Jorge **CARDOSO**, *Agiolégio Lusitano dos Sanctos e Varoens Illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas*, 1657, pág. 175). Depois, em data que não é possível determinar (pensa-se que por volta de 1459), Pedro Martins foi capturado pelos mouros e levado como cativo (Cf. Hilda Moreira de **FRIAS**, *A arquitectura régia em Carnide/Luz*, 1994, pág. 23). Padecendo muito tempo nas “*infernais masmorras de África*”, onde suportou todo o tipo de vexações, Pedro Martins nunca terá deixado de invocar a protecção da Virgem Maria. Reza a tradição que Nossa Senhora lhe apareceu várias vezes no cárcere, e que numa ocasião lhe terá dito: “*Filho, consola-te que eu te livrarei deste cativo, contanto que, vendo-te em tua liberdade, me faças no lugar de Carnide, em que nasceste, sobre a fonte do Machado, uma ermida, conforme as tuas posses, da invocação de Nossa Senhora da Luz*” (Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *Santuário Mariano e História das Imagens milagrosas de Nossa Senhora*, 1707, pág. 100). Assegurou-lhe ainda a Senhora que, uma vez em Carnide, o guiaria, por uma luminosidade sobrenatural, ao local onde se escondia uma imagem à qual devia consagrar a dita ermida. Tudo prometeu Pedro Martins e, correndo o ano de 1463, logo se viu miraculosa e instantaneamente restituído à sua terra natal, carregando ainda as mesmas correntes e grilhões que o aprisionavam (Cf. Jorge **CARDOSO**, *op. cit.*, 1657, pág. 175).

Já em Carnide, Pedro Martins dirigiu-se à fonte e, guiado por uma “*miraculosa luz*”, aí descobriu uma imagem da Virgem, que reconheceu ser a mesma que lhe havia aparecido no cárcere, e que intitulou *da Luz*. Divulgada a notícia, e improvisado um altar, logo começou a acudir o povo a venerá-la. Entrementes, Pedro Martins ter-se-á deslocado ao Algarve, a vender uma pequena propriedade que recebera em dote de casamento, e assim reuniu o dinheiro para erigir uma ermida dedicada à Senhora. (Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *op. cit.*, 1707, pp. 101 e 102)

Obtida a quantia necessária, e a licença do então bispo da diocese de Lisboa, D. Afonso Nogueira, que se prontificou a colocar a primeira pedra da construção, a ermida foi erigida sobre a própria fonte da Machada (Cf. Hilda Moreira de **FRIAS**, *op. cit.*, 1994, pág. 25).

À medida que aumentava a fama da milagrosa fonte aumentava também o número de devotos, sobretudo entre o povo, mas também na Corte. Uma vez concluída a construção da ermida, logo se constituiu uma confraria para cuidar da sua administração, e nela se arrolaram como Irmãos o próprio monarca, D. Afonso V, D. Afonso Nogueira e toda a fidalguia e nobreza. (Jorge **CARDOSO**, *op. cit.*, 1657, pp. 175 e 176)

¹⁴⁷ Cf. Frei Roque do **SOVERAL**, *História do insigne aparecimento de Nossa Senhora da Luz e suas obras*, 1610.

Neste contexto, vai consolidar-se e propagar-se a devoção da dita Senhora¹⁴⁸. Fundam-se várias Casas religiosas sob essa invocação¹⁴⁹ e, por todo o território, em mosteiros, conventos e igrejas paroquiais, multiplicam-se os altares que lhe são dedicados.

Para a afirmação e divulgação deste culto muito terá igualmente contribuído a acção mecenática da infanta Dona Maria (1521-1577), filha de D. Manuel I e da rainha Dona Leonor, que, a partir de 1575, vai custear a ampliação da primitiva ermida da Senhora da Luz de Carnide, bem como a construção do vizinho Hospital da Luz, originalmente destinado a tratar os romeiros enfermos, garantindo assim a valorização arquitectónica do antigo santuário e criando condições propícias ao acolhimento de um cada vez maior número de fiéis¹⁵⁰.

Com a difusão do culto da Virgem da Luz, multiplicam-se também os mitos em torno das suas imagens. Nesse âmbito, a imagem mais venerada é a “*miraculosamente aparecida*”, à qual se atribui um valor intrínseco de relíquia, desde logo justificado pela sua “*antiguidade apostólica ou imemorial, ou por ter sido feita pelos anjos*”, ou “*por ter aparecido, milagrosamente, por meio de revelação celeste.*” A descoberta das imagens milagrosas ocorre, de um modo geral, em locais isolados, afastados da vivência quotidiana, “*dentro de grutas, de lapas e de troncos velhos de árvores ou entre silvas*”, e é usualmente determinada por uma qualquer revelação de carácter sobrenatural, sobretudo através de “*luzes, mais ou menos resplandecentes, toque de sinos, suaves odores e celestial música*”.¹⁵¹

Particularmente no que respeita às imagens de Nossa Senhora da Luz, e às tradições que envolvem os respectivos achamentos, parece existir uma recorrente relação com o elemento água, uma vez que, de um modo geral, as imagens desta invocação (nomeadamente aquelas às

¹⁴⁸ Um documento, datado de 1489, fala-nos de um tal Diogo Fernandes que prometeu “*fazer um pé de cera*” e levá-lo a Nossa Senhora da Luz. “*O homem era de Torres Vedras e andava por Castela. Isto dá-nos uma ideia da fama desta Senhora.*” (Mário **MARTINS**, *op. cit.*, 1951, pág. 67.

¹⁴⁹ Entre a década de 60 do século XV e o último quartel do século XVI, foram fundadas, em Portugal, três Casas religiosas sob a invocação de Nossa Senhora da Luz, a saber: o mosteiro de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros, com origem num eremitério fundado em 1407, reconstruído e renomeado em 1564 ou 1574; o convento de Nossa Senhora da Luz da Praia da Vitória, na ilha Terceira, instituído em 1512, substituindo o recolhimento de beatas que o capitão Antão Martins fundara, em 1483, junto a uma capela dedicada à Senhora da Luz; e o convento de Nossa Senhora da Luz de Pedrógão Grande, no distrito de Leiria, presumivelmente fundado entre 1460 e 1464, junto a uma ermida dedicada à Senhora da Luz (Cf. Bernardo Vasconcelos e **SOUSA** (dir.), *Ordens religiosas em Portugal - Das origens a Trento - Guia histórico*, 2006, pp. 328, 388 e 144.

¹⁵⁰ Note-se, nesta campanha de obras estiveram envolvidos alguns dos principais arquitectos da época, atribuindo-se a traça da igreja a Jerónimo de Ruão e o projecto do hospital ao arquitecto régio Baltazar Álvares (Cf. Hilda Moreira de **FRIAS**, *op. cit.*, 1994).

¹⁵¹ Como afirma Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “*a razão do achamento e da antiguidade destas estátuas é, sistematicamente, explicada pela ocupação árabe, em virtude da qual as imagens foram escondidas aos inimigos da fé na altura da fuga dos cristãos, reaparecendo e manifestando-se depois da reconquista.*” (Carlos Alberto Ferreira de **ALMEIDA**, “O culto a Nossa Senhora, no Porto, na Época Moderna”, in *Actas do Colóquio O Porto na Época Moderna*, 1979, pág. 161).

quais se atribui uma origem miraculosa) são quase sempre descobertas em fontes¹⁵² ou então em poços¹⁵³. Há exceções, é verdade, mas quase todas de época mais tardia¹⁵⁴. Não obstante, é preciso ter em conta que essa circunstância poderá decorrer de uma tentativa de associação à lenda de fundação da primitiva ermida de Carnide (precisamente relacionada com uma fonte) e, conseqüentemente, com o início do culto em território português. Curiosamente, a maior parte dessas lendas terão sido difundidas no século XVIII, numa conjuntura em que se multiplicam os escritos de natureza narrativa (memórias e crónicas), normalmente da autoria de eclesiásticos e religiosos.

Convirá também lembrar as razões pelas quais a Virgem da Luz foi invocada. Conforme já foi referido, a génese do culto de Nossa Senhora da Luz em Portugal, na 2ª metade do século XV, está directamente relacionada com um miraculoso resgate do cativo norte-africano. Deste modo, parece admissível que, pelo menos num primeiro momento, se tenha estabelecido um vínculo entre o culto da Senhora da Luz e o resgate dos cativos¹⁵⁵. Refira-se, apenas a título de exemplo, o paradigmático caso da freguesia litoral de Nossa Senhora da Luz (Lagos), na região

¹⁵² A tradição certifica que a imagem do convento de Nossa Senhora da Luz de Pedrógão Grande foi “*achada debaixo de umas pedras, onde estivera tantos centos de anos escondida*”, mais precisamente junto a uma fonte que existiu onde depois esteve a porta do dito convento (Miguel Leitão de **ANDRADA**, *Miscelânea do sítio de Nossa Senhora da Luz do Pedrógão Grande*, 1629, pp. 81 e 82).

A lenda da imagem de Nossa Senhora da Luz do convento de São Paulo de Setúbal, também relatada no *Santuário Mariano*, está igualmente relacionada com uma fonte, situada em plena cerca conventual, e com as propriedades milagrosas da sua água (Cf. Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *op. cit.*, 1707, pp. 429 e 430).

¹⁵³ Referindo-se às origens do convento de Nossa Senhora da Carmo de Moura, Frei José Pereira de Santa Ana, autor da *Crónica dos Carmelitas*, afirma que o dito cenóbio foi construído no local onde antes existira uma ermida de grande romaria, dedicada a Nossa Senhora da Luz, na qual se venerava uma imagem da dita Senhora que, também segundo o referido autor, fora milagrosamente descoberta no fundo de um poço (Cf. Frei José Pereira de **SANTA ANA**, *Chronica dos Carmelitas da antiga e regular observância*, 1745, pp. 140 a 143).

¹⁵⁴ Na Casa do Capítulo das Trinas do Mocambo, em Lisboa, existiu uma “*prodigiosa*” imagem de Nossa Senhora da Luz. Reza a lenda que, em certa ocasião, saindo as ditas religiosas a “*recrear-se na cerca, repararam que entre a rama verde de uma frondosa árvore se achava uma brilhante luz e, querendo com alguma curiosidade examinar mais de perto o que viam, acharam que, no meio do resplendor que admiravam, se descobria uma formosíssima imagem da Soberana Virgem que, sendo Sol, quis nesta ocasião aparecer como estrela*”, a qual “*conduziram em procissão para o seu convento, venerando-a com o soberano título da Luz*” (Frei Jerónimo de **SAN JOSÉ**, *História Chronológica da esclarecida Ordem da SS. Trindade*, 1794, pp. 210 a 214).

Acerca da imagem da Senhora da Luz da Carvoeira, em Torres Vedras, escreve o respectivo pároco, em 1758: é “*imagem antiga e excelente, feita de pedra, e há tradição que fora achada em uma charneca junto do mesmo sítio em que se acha a igreja*” (**ANTT**, “*Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Carvoeira (Torres Vedras)*”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, fólho 1155).

¹⁵⁵ Daniel **SANTANA**, “*Nossa Senhora da Luz*”, in *Cidade e Mundos rurais - Tavira e as sociedades agrárias* (catálogo de exposição), 2010, pág. 230.

Na sua *Miscelânea do sítio de Nossa Senhora da Luz de Pedrógão Grande*, de 1629, obra composta sob a forma de diálogo entre personagens fictícias (mas manifestamente autobiográfica), Miguel Leitão de Andrada atribui aos favores da Senhora da Luz os vários sucessos que permitiram ao personagem principal fugir do cativo norte-africano (Cf. Miguel Leitão de **ANDRADA**, *op. cit.*, 1629, pp. 174 a 185).

algarvia, onde por duas vezes a imagem do orago foi cativada pelos mouros, sendo recuperada apenas na primeira dessas ocasiões, e depois de negociado o seu resgate¹⁵⁶. Não obstante, são raros os testemunhos documentais que pareçam sustentar a existência de uma associação entre o culto da dita Senhora e o resgate do cativo.

Por outro lado, ao longo de toda a centúria de Quinhentos, sucedem-se os relatos que associam o culto de Nossa Senhora da Luz à protecção contra os perigos do mar¹⁵⁷, sendo esta “*uma das grandes devoções dos marinheiros*”¹⁵⁸. Os mareantes encomendavam-se à Senhora da Luz para procurar garantir o “*bom sucesso de suas navegações*” e para que esta os livrasse “*dos muitos e grandes perigos que nelas se encontram*.”¹⁵⁹ Vulgariza-se igualmente o hábito de denominar as naus e caravelas com invocações marianas, nomeadamente com o título de Nossa Senhora da Luz, e chegam a prometer-se percentagens dos lucros das viagens comerciais, como forma de “*comprometer a advogada protectora*”¹⁶⁰. Ou seja, tudo indica que, ao longo do século XVI, o culto da Senhora da Luz terá estado intimamente ligado às actividades marítimas e aos perigos da vida no mar.

Tal como aconteceu com outras devoções marianas ligadas às actividades marítimas (por exemplo, Nossa Senhora da Ajuda ou da Boa Viagem), o culto da Senhora da Luz vai difundir-se também pelos territórios ultramarinos sob domínio da Coroa portuguesa, afirmando-

¹⁵⁶ Em 1758, o pároco da freguesia relata: “...os mouros costumavam antigamente fazer nesta dita praia desembarque em lanchas. Consta que por duas vezes arrombaram as portas da igreja, as quais se conservam ainda para memória com os golpes de machados, e levaram a Senhora; é tradição que em a primeira vez foi resgatada com o ajuste do que pesasse a dinheiro, e que só uma pataca de prata pesara; porém que na segunda vez se não resgatou por pedirem grande soma de dinheiro. E a imagem que hoje existe é moderna.” (ANTT, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Lagos)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, fls. 1363 a 1366.

¹⁵⁷ Por exemplo, na tragicomédia *Triunfo do Inverno*, de Gil Vicente, dada à estampa em 1529, a “*Virgem da Luz*” é invocada como protectora contra os perigos do mar, juntamente com São Jorge e São Nicolau (Gil VICENTE, *Obras Completas*, 1963, pág. 299).

Reza a tradição que, em Maio de 1568, junto ao cabo da Boa Esperança, a armada que transportava o vice-rei D. Luís de Ataíde para Goa foi colhida por uma terrível tempestade, que rasgou velas, quebrou mastros e arrancou lemes. Nestas circunstâncias, Damião de Sousa Falcão, capitão de uma das naus, terá tirado um círio consagrado a Nossa Senhora da Luz, que trouxera da Índia, e em torno dele se congregaram os mareantes e passageiros, invocando o auxílio da Senhora da Luz. Logo lhes acudiu a dita Senhora, “*com um raio luminoso que sopeou a fúria do vento e abateu a soberba das ondas*”. Já em Goa, em acção de graças por tão extraordinário sucesso, juntaram-se mais de cem mil réis de esmola, indo “*a gente do mar em procissão à igreja da Luz com uma cruz de pau diante, e com muita cera, que ofertaram à Imperatriz das luzes*”. (Padre Francisco de SOUSA, *Oriente conquistado a Jesus Christo pelos Padres da Companhia de Jesus da província de Goa*, 1710, pp. 34 e 35)

Cf. Bernardo Gomes de BRITO, *História trágico-marítima*, 1736, pp. 25 e 34.

¹⁵⁸ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *op. cit.*, 1979, pág. 172.

¹⁵⁹ Frei Agostinho de SANTA MARIA, *Santuário Mariano e História das imagens milagrosas de Nossa Senhora*, 1720, pág. 180.

¹⁶⁰ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, *op. cit.*, 1979, pág. 171.

se como verdadeiro “*signo de portugalidade*”¹⁶¹. Nas primeiras décadas do século XVI, o culto chega ao chamado Algarve de além-mar (norte de África) ao Oriente e ao continente americano, fundando-se igrejas ou ermidas desta invocação na praça de Mazagão¹⁶², na cidade de Goa¹⁶³ e em várias povoações brasileiras¹⁶⁴.

Porém, a partir de meados do século XVII, e sobretudo durante a centúria seguinte, a afinidade que existia entre o culto da Virgem da Luz e o mar parece ter-se esbatido, porventura em benefício de outras invocações¹⁶⁵. Na literatura da época, a dita Senhora é identificada como protectora dos “*desencaminhados*”¹⁶⁶, mas são-lhe igualmente atribuídos milagres de natureza diversa, nomeadamente questões relacionadas com as dores do parto (dar à luz) ou com os problemas de visão¹⁶⁷, invocações que parecem resultar de uma interpretação metafórica do seu epíteto de Senhora “*da Luz*”.

Actualmente, existem no território português dezanove freguesias que têm como orago a Senhora da Luz. No que diz respeito à sua distribuição geográfica, verifica-se que quase todas estão situadas no litoral, apesar de existirem também algumas no interior profundo, e até junto à fronteira espanhola. Seis destas freguesias (31,5% do total) estão localizadas nos arquipélagos atlânticos (quatro nos Açores e duas na Madeira).¹⁶⁸ Provavelmente, implícita à prevalência do

Fig. 13

¹⁶¹ **Idem**, *Ibidem*, pág. 172.

¹⁶² A igreja de Nossa Senhora da Luz, que chegou a ser sede de freguesia, situava-se no canto sul da praça, junto ao chamado baluarte do Serrão e, no início do século XVII, era uma das quatro igrejas que existiam em Mazagão (Cf. Augusto Ferreira do **AMARAL**, *História de Mazagão*, 1989, pág. 32; Pedro **DIAS**, *Arte de Portugal no Mundo - Norte de África*, 2008, pág. 90)

¹⁶³ Desconhece-se a data de fundação desta igreja, que já existia no ano de 1541 (Cf. Pedro **DIAS**, *Arte de Portugal no Mundo - Índia (arquitectura civil e religiosa)*, 2008, pág. 25).

¹⁶⁴ Refiram-se, apenas a título de exemplo: a ermida de Nossa Senhora da Luz da praia de Itaóca, junto ao Rio de Janeiro, fundada por devoção do capitão Francisco Dias da Luz, que nasceu na igreja de Nossa Senhora da Luz, do termo de Tavira, no Algarve, quando a sua mãe foi visitar a dita Senhora, andando pejada dele, e foi um dos primeiros povoadores de São Sebastião do Rio de Janeiro, no tempo do governador Mem de Sá (1504-1572) (Cf. Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *Santuário Mariano e História das Imagens milagrosas de Nossa Senhora*, 1716, pág. 419, e José de Sousa A.P. **ARAÚJO**, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 1820, pp. 21 e 228); ou a capela de Nossa Senhora da Luz, no Bairro do Ipiranga, em São Paulo, fundada em 1579, pelo português Domingos Luís, de alcunha o *Carvoeiro*, depois transferida para o sítio do Guarepe, no Bairro da Luz, e daí para o local onde depois se edificaria o Recolhimento da Luz (Edith **PORCHAT**, *Informações históricas sobre São Paulo no século da sua fundação*, 1993, pp. 95 e 96).

¹⁶⁵ Referindo-se à popularidade das invocações marianas ligadas às actividades marítimas, na zona do Porto, ao longo dos séculos XVII e XVIII, Carlos Alberto Ferreira de Almeida vai afirmar: “*Os mareantes mantinham, ainda nos meados do século XVIII, grande devoção a N.ª Senhora da Ajuda e a N.ª Senhora da Boa-Viagem, como as Informações Paroquiais de 1758 dizem. Mas já a ermida de N.ª Senhora da Luz, na Foz, dantes muito visitada por homens ligados ao mar desde Leixões a Vila do Conde e a Fão, caíra no esquecimento.*” (Cf. Carlos Alberto Ferreira de **ALMEIDA**, *op. cit.*, 1979, pág. 172)

¹⁶⁶ Padre António **VIEIRA**, *Sermões do Padre António Vieira*, 1855, pág. 316.

¹⁶⁷ Cf. Frei Luís de **SOUSA**, *Segunda parte da História de S. Domingos*, 1767, pp. 389 e 390.

¹⁶⁸ Cf. **ANTT**, *Codificação do nome dos municípios e das freguesias*, 2006.

culto junto de comunidades litorais estará a original associação entre o culto da Senhora da Luz e as actividades marítimas.

2.2.No Termo de Tavira

O culto de Nossa Senhora da Luz no termo da cidade de Tavira só está documentado a partir da Idade Moderna¹⁶⁹. Não obstante, é possível que essa devoção possa ter chegado ao Algarve ainda durante a década de 60 do século XV. De facto, sabe-se que Pedro Martins, cujo milagroso resgate do cativo norte-africano estará na génese do culto da Senhora da Luz em Portugal, tinha ligações familiares à região algarvia, onde se deslocou (já depois de ocorrido o dito milagre) para vender uma quinta que aí possuía e que recebera em dote, para com a quantia obtida poder construir uma ermida no lugar de Carnide¹⁷⁰. É fácil de imaginar o impacto que terá tido no Algarve litoral, uma região cujos habitantes viviam sob a constante ameaça do cativo, o relato do milagre ocorrido a Pedro Martins.

De facto, tudo indica que os habitantes de Tavira tiveram grande veneração por Nossa Senhora da Luz¹⁷¹, como testemunha a instituição de uma freguesia sob a invocação desse orago no seu termo, logo nos primeiros anos de Quinhentos (ou talvez ainda no final da centúria anterior)¹⁷². A escolha do orago da nova freguesia terá sido ponderada e, chegado o momento, ter-se-á optado por uma invocação em voga, mas sobretudo por uma com a qual a população local se pudesse identificar. Por se tratar de uma freguesia litoral, cujos habitantes viviam sob

¹⁶⁹ Porém, como propõe Vasco Gil Mantas, é possível que as origens desse culto remontem à Antiguidade e estejam relacionadas com a presumível existência de um santuário dedicado a *Lux Dubia*, divindade oriental protectora dos navegantes, no Golfo de Cádiz (Sanlúcar de Barrameda). De facto, esta hipótese é reforçada pela presença, no antigo termo da cidade luso-romana de Balsa, de duas localidades litorais com um topónimo em que o elemento *Luz* é preponderante, Luz de Tavira e Santa Luzia (Cf. Vasco Gil **MANTAS**, “A cidade de Balsa”, in *Tavira, Território e Poder*, 2002, pág. 87). Nesse âmbito, parece até admissível que, aquando da instituição da freguesia, se tenha aproveitado uma antiga ermida-santuário pré-existente.

¹⁷⁰ Cf. Jorge **CARDOSO**, *op. cit.*, 1657, pp. 175 e 176); Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *op. cit.*, 1707, pp. 98 a 108).

¹⁷¹ Não obstante, no núcleo urbano propriamente dito, as referências a este culto parecem ser escassas. De facto, durante o século XVII, apenas há notícia da existência de um “*oratório da Virgem da Luz*” (**ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-171, fólio 21v), junto aos muros do castelo e próximo à cadeia (antiga Casa da Câmara), e de uma capela dessa invocação na igreja do extinto convento de São Francisco (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-204, fls. 52v e 76v; Damião Augusto de Brito **VASCONCELOS**, *op. cit.*, 1999, pág. 210).

¹⁷² No âmbito do Algarve quinhentista, apenas duas freguesias tiveram como orago Nossa Senhora da Luz, uma no concelho de Tavira e a outra no de Lagos. Destaque-se o facto de serem ambas freguesias litorais implantadas nas proximidades dos mais importantes núcleos urbanos e portos de mar da região. Mais tarde, já no século XVIII, foi criada a freguesia de Lagoa, que também adoptaria como orago Nossa Senhora da Luz.

constante ameaça do cativo norte-africano¹⁷³, e cujos rendimentos advinham sobretudo da exportação (por via marítima) de produtos agrícolas, tudo indica que a escolha do referido orago possa ter sido determinada pela associação entre a Senhora da Luz e a protecção contra os perigos do mar e do cativo.

No início do século XVIII, em 1716, Frei Agostinho de Santa Maria, autor do *Santuário Mariano* vai associar a origem do culto da Senhora da Luz no termo da cidade de Tavira com um alegado aparecimento da dita Senhora na designada *Fonte Santa*¹⁷⁴ (localizada na freguesia de Nossa Senhora da Luz), cujas águas teriam grandes poderes curativos. No entanto, a hipótese não é corroborada pelo padre Leal (pároco da freguesia) que, apesar de reconhecer a natureza medicinal das ditas águas, não estabelece qualquer relação entre o culto da Senhora da Luz e a dita Fonte¹⁷⁵. Provavelmente, o cronista graciano terá construído a alegada lenda por associação com o milagre da Senhora da Luz de Carnide.¹⁷⁶

Ver. Apên.Doc.
Anexo 36

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

¹⁷³ Para os algarvios, o perigo do cativo pairava constantemente, desde logo para os que viviam junto à costa, e podiam ser capturados numa das frequentes surtidas que os mouros faziam durante os meses de Verão, mas também para os que voluntariamente passavam para o Algarve de Além-mar, a servir nas praças norte-africanas, e aí podiam ser capturados.

Refira-se, apenas a título de exemplo, o caso de Manuel Góis, acusado pelo Tribunal do Santo Ofício de maometismo. Em Setembro de 1586, o réu, natural da cidade de Tavira, baptizado na igreja de Nossa Senhora da Luz, a uma légua da dita cidade, filho de Gaspar de Góis e de Inês Rodrigues, declarou que, doze anos antes, pouco mais ou menos, fora capturado pelos mouros quando seguia de Ceuta para Tânger, sendo posteriormente levado para o interior, para as terras da Berbéria, onde foi mantido como cativo. Depois de seis ou sete anos no cativo, duvidando da possibilidade de ser resgatado, por ser pobre, o dito Manuel de Góis aceitou converter-se à religião muçulmana. Durante cerca de seis anos viveu como mouro, deixou de usar o seu nome de baptismo, seguiu os preceitos da religião muçulmana, usou camisa e touca de mouro. Depois de algumas tentativas frustradas, conseguiu finalmente fugir de Fez e chegar a Alcácer Quibir, onde aguardou por uma oportunidade de chegar a terra de cristãos. Três meses depois, conseguiu chegar a Arzila, onde relatou o sucedido às autoridades da praça. (Cf. **ANTT**, *Processo de Manuel de Góis*, 1586, PT/TT/TSO-IL/028/01852)

¹⁷⁴ Cf. Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *op. cit.*, 1716, pág. 417.

¹⁷⁵ **ANTT**, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, *in Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1368.

¹⁷⁶ A existência do topónimo *Fonte Santa* na freguesia de Nossa Senhora da Luz parece sustentar a lenda difundida pelo cronista graciano. Não obstante, é preciso ter em conta que o topónimo é bastante comum, e encontra-se em outros pontos da região algarvia. No Algarve, o topónimo *Fonte Santa* é actualmente utilizado para designar sítios nas localidades de Quarteira (Loulé), Moncarapacho (Olhão) e Vila Nova de Cacela (Vila Real de Santo António).

Para além disso, note-se, a mais antiga referência documental ao topónimo *Fonte Santa* data de 1633 (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-4-155, fls. 97v a 99) e, num documento inscrito no Livro-Tombo da Câmara de Tavira, intitulado *Título das noras, fontes e canadas do concelho* (datável de meados do século XVI), não se encontram quaisquer referências à dita Fonte Santa mas sim a uma “*fonte de Nossa Senhora da Luz*” (**AMT**, “Título das noras, fontes e canadas do concelho”, *in Livro Tombo da Câmara Municipal de Tavira*, fls. 150 a 152v). O mais provável é que a denominada “*fonte de Nossa Senhora da Luz*” se situasse no sítio dessa mesma designação, ou seja, precisamente no local onde actualmente se encontra a igreja paroquial da freguesia. De facto, se a *Fonte Santa* estava relacionada com o culto da Senhora da Luz, porque motivo não se construiu a igreja nesse sítio? O mais óbvio seria levantar o edifício de culto no local do alegado milagre. Frei Agostinho de Santa Maria diz que a igreja começou a

No entanto, ao referir-se à paroquial de Nossa Senhora da Luz, a maior parte das fontes documentais vai sublinhar o carácter extraordinário da “*milagrosa*”¹⁷⁷ imagem do orago da Casa, que, alegadamente, foi de “*muitos milagres*”¹⁷⁸. De facto, terá sido a fama de milagrosa da dita imagem que começou a atrair cada vez mais romeiros a este templo, determinando a realização de uma grande Festa¹⁷⁹ em sua honra no dia 8 de Setembro de cada ano.

ser construída no dito sítio da *Fonte Santa*, mas que se desistiu dele “*porque não dava lugar a uma tão grande fábrica e tão dilatada*” (Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *op. cit.*, 1716, pág. 417). Porém, tanto quanto foi possível averiguar, no sítio da *Fonte Santa* não existem (nem nunca terão existido) quaisquer obstáculos topográficos ou pré-construções que impedissem a edificação de uma igreja no local

Como testemunho dos poderes curativos da água da “*fonte da Senhora*”, Frei Agostinho de Santa Maria vai evocar um caso, ocorrido por volta de 1691, em que um tal Pedro Coutinho Cansado, Prior de Tavira, após lavar-se na dita fonte se vira livre da lepra que o afligia e, em acção de graças pela prodigiosa cura, ofertara à Virgem da Luz uma “*muito grande festa em seu dia oito de Setembro*”, acompanhada pelo competente sermão, que ele mesmo fez, e no qual referiu a mercê alcançada (Cf. Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *op. cit.*, 1716, pág. 419). Curiosamente, em 22 de Fevereiro de 1690, o licenciado Pedro Coutinho, Prior da matriz de Santa Maria de Tavira estava efectivamente na igreja de Nossa Senhora da Luz, onde intervém como padrinho de baptismo de uma criança (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1689-1728)*, fólio 3).

Em 1758, referindo-se à mencionada Fonte Santa, o padre Leal vai escrever: “*Também existe nesta freguesia uma fonte, chamada Fonte Santa, situada na fazenda de que é senhorio o reverendo Bernardo Pereira Falcão e Berredo, morador em Tavira, a qual tem virtude especial em suas águas para os leprosos que, lavando-se nelas, alguns se curam da enfermidade*” (**ANTT**, “*Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)*”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1369). Reconhecem-se, portanto, as qualidades medicinais da água da Fonte Santa, mas nem uma palavra a respeito da existência de qualquer relação entre essa fonte e o culto de Nossa Senhora da Luz.

Tudo indica que a história da Senhora da Luz divulgada por Frei Agostinho de Santa Maria, na qual se estabelecia uma relação directa entre o culto dessa divindade e o sítio da Fonte Santa, não faria parte da tradição oral da freguesia de Nossa Senhora da Luz.

Não obstante, convirá recordar que junto à igreja paroquial existe uma fonte, designada como do Rossio (assim referida em 1758), que pode ser a “*fonte de Nossa Senhora da Luz*” que os documentos referem em meados do século XVI e, nesse sentido, estar relacionada com o início do culto na freguesia.

¹⁷⁷ **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 23 de Novembro de 1651.

¹⁷⁸ Curiosamente, raramente se especifica a natureza dos alegados milagres efectuados por esta imagem de Nossa Senhora da Luz. Os cronistas setecentistas referem, vagamente, o facto de ter “*dado a muitos cegos vista*”, de ter devolvido os movimentos a mancos e aleijados (Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *op. cit.*, 1716, pág. 418) bem como os muitos devotos que procuravam a Senhora na esperança de se curarem e soldarem das suas fracturas (Cf. **ANTT**, “*Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)*”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1368).

¹⁷⁹ A Festa anual incluiria, para além do habitual ofício, missa cantada e pregação. Em 1612, o visitador levanta dúvidas em relação às contas da Festa da igreja, “*porque é um ano a despesa muito maior que a do outro*”, criticando alguns gastos desnecessários que se faziam por ocasião da Festa do orago e lembrando que os rendimentos da Fábrica “*são bens da Senhora, e não convém que se gastem em banquetes demasiados*” (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 26 de Julho de 1612). Em 1614, são novamente criticados os “*excessivos gastos*” e “*banquetes*” que se faziam com os Padres que vinham cantar a esta igreja (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 24 de Fevereiro de 1614). Finalmente, em 1621, perante os “*muitos gastos*” que se continuavam a fazer por ocasião das Festas, o visitador proíbe terminantemente que se dê de comer aos sacerdotes que participam nas ditas festas, com excepção do pregador (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 1 de Abril de 1621).

Cerca de 1600, na sua *História do Reino do Algarve*, Henrique Fernandes Serrão afirma, referindo-se ao termo de Tavira, que “da cidade uma légua para o ocidente está uma igreja de Nossa Senhora da Luz, de muita romagem, que fez já muitos milagres”¹⁸⁰. E, efectivamente, tudo indica que esta foi “casa de m.^{ta} devoção”¹⁸¹, sobretudo no Verão, quando a ela concorria “infinita gente” de todo o Reino do Algarve, sendo tal a multidão que, no dia da Festa, aí se ajuntavam “mais de oito mil almas”¹⁸². Para além disso, nesta igreja celebravam-se constantemente missas, por estar situada “em huma estrada pública, e mui frequentada”¹⁸³.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 23

Ver. Apên.Doc.
Anexo 36

Ver. Apên.Doc.
Anexo 39

Por ser uma importante igreja de romaria, onde muitos fiéis se deslocavam para pagar as promessas feitas à Senhora, a paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Luz receberia um significativo número de esmolos. De facto, os donativos dos romeiros, que incluíam as “ofertas de dinheiro”¹⁸⁴ e as “esmolas do peso”¹⁸⁵ (que geralmente se calculavam em “pesos de trigo”¹⁸⁶) constituiriam a principal fonte de rendimento da Fábrica. Frei Agostinho de Santa Maria lembra mesmo que “das muytas esmolos que se recolhião, dispuzerão os seus devotos o fabricar-lhe aquelle magnifico Templo”¹⁸⁷.

Ver. Apên.Doc.
Anexos 3 e 7

Ver. Apên.Doc.
Anexos 9, 13 e
36

Ver. Apên.Doc.
Anexo 36

Não se sabe ao certo quando teve início a romagem à igreja de Nossa Senhora da Luz, mas tudo indica que o seu estatuto de santuário de romaria começou a afirmar-se ainda durante

¹⁸⁰ Note-se, este cronista vai ser o primeiro a identificar esta igreja como um lugar de muita romagem. De facto, nem João Cascão nem Frei João de São José, que na década de 70 do século XVI dedicam algumas linhas a esta igreja, fazem qualquer referência à sua condição de local de romaria, limitando-se a mencioná-la como o sítio onde o rei D. Sebastião foi recebido pelas companhias de Ordenanças da cidade de Tavira. Se a suposta omissão parece admissível no caso de João Cascão, que terá enfatizado sobretudo os aspectos políticos da jornada de D. Sebastião, não o é tanto no caso de Frei João de São José, que chegou a ser reitor do convento taviense de Nossa Senhora da Graça. (Cf. Manuel Viegas **GUERREIRO**, Joaquim Romero **MAGALHÃES**, *Duas descrições do Algarve do século XVI*, 1983, pp. 54 e 167; Francisco de Sales **LOUREIRO**, *op. cit.*, 1984, pág. 115)

¹⁸¹ **ANTT**, “Privilégio ao Prior e Eleitos da igreja de Nossa Senhora da Luz”, in *Chancelaria de D. Afonso VI*, 1673, fólho 84v.

¹⁸² Cf. Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *op. cit.*, 1716, pp. 418 e 419.

¹⁸³ **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1702 a 1802)*, fólho s/nº, visitação de 21 de Dezembro de 1738.

¹⁸⁴ Cf. **Idem**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólho s/nº, visitação de 9 de Outubro de 1600.

No final do século XVI, em 1592, os bens da igreja de Nossa Senhora da Luz incluíam quarenta e seis peças de prata ofertadas à dita Senhora (Cf. **APLT**, “Inventário dos foros e bens móveis da igreja de Nossa Senhora da Luz (1592-1594)”, in *Livro de registo de Casamentos (1591-1657)* (fólios adicionados entre os fls. 216v e 218).

¹⁸⁵ **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólho s/nº, visitação de 26 de Julho de 1612.

Em 1758, ainda existiam na igreja as balanças em que se faziam pesar, “a trigo e telha”, as ofertas dos devotos que pretendiam obter alguma mercê da Senhora da Luz (Cf. **ANTT**, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1368).

¹⁸⁶ Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *op. cit.*, 1716, pág. 418.

¹⁸⁷ **Idem**, *Ibidem*, pág. 418.

Para além disso, em 1673, são também referidas as “grandes esmolos” que a igreja de Nossa Senhora da Luz recebia por ocasião da sua Festa, “com as quais se agumentava tanto aquelle Templo que chegara a ser hum dos mais sumptuosos” (**ANTT**, “Privilégio ao Prior e Eleitos da igreja de Nossa Senhora da Luz”, in *Chancelaria de Dom Afonso VI*, 1673, fólho 84v).

a 1ª metade do século XVI. De facto, as fontes documentais sugerem que o estabelecimento de uma feira na freguesia, em 1558, terá sido determinado pelo grande número de romeiros que já então afluía à igreja da Senhora da Luz no dia da sua Festa. Segundo declarações prestadas pelos oficiais da Câmara de Tavira (no início da década de 20 do século XVII), a referida feira da Senhora da Luz “foi uma coisa que se introduziu no campo daquela igreja pela muita gente que a ela vai em romaria”¹⁸⁸.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 17

Para além da igreja, e das casas do pároco e do ermitão, existiram na freguesia outros equipamentos de apoio ao culto, nomeadamente as chamadas *casas dos nove dias*¹⁸⁹. Também designadas como “*casas de novenas*”¹⁹⁰, estas estruturas destinavam-se a albergar os romeiros que visitassem a igreja para cumprir promessas¹⁹¹. Como o próprio nome indica, estas casas

Ver. Apên.Doc.
Anexos 4, 10,
14, 16.

¹⁸⁸ **ADF**, *Livro de Registo de alvarás, provisões, cartas e outros diplomas* da Câmara de Faro, fólio 58v.

¹⁸⁹ **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 1599 (?).

No ano de 1604, referindo-se às “*casas de novenas*” o visitador dá instruções para que os mordomos da Fábrica mandem “*tapar dentro de dois meses o buraco que vai de uma casa para a outra, e consertem as portas assim dos altos como dos baixos com chaves e fechaduras*” (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 2 de Dezembro de 1604). Através desta descrição, é possível perceber que as mencionadas casas dos nove dias eram constituídas por *altos* e *baixos*, com câmaras intercomunicantes.

Quando o número de romeiros excedia a capacidade das *casas dos nove dias*, nomeadamente por ocasião da Festa anual, muitos deles pernoitariam no interior do próprio templo. De facto, em 1621, o visitador vai proibir terminantemente o costume de manter “*as portas da igreja de noite abertas, consentindo-se nela dormir algumas pessoas*”, recomendando que as “*casas dos romeiros*” estivessem sempre desimpedidas, para nelas se acolherem os ditos romeiros. Nessa ocasião, procurando prevenir os excessos dos romeiros, que tratavam a igreja como se fosse “*casa secular*” (chegando ao cúmulo de comer no seu interior), o visitador vai proibi-los também de passar das grades da capela-mor para dentro (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1628)*, fólio s/nº, visitação de 1 de Abril de 1621).

¹⁹⁰ **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599 -1698)*, fólio s/nº, visitação de 2 de Dezembro de 1604.

¹⁹¹ Na última década do século XVI, as chamadas *casas dos nove dias* eram habitadas por “*vendeiros*” (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 1599?), situação que não deixou de escandalizar o visitador. Porém, esses vendeiros, isto é, donos de vendas e tabernas, desempenhariam um papel relevante no apoio logístico ao culto religioso, na medida em que abasteciam de víveres os peregrinos que visitavam a igreja. Não obstante, o dito visitador proíbe a estadia dos negociantes nas casas destinadas aos romeiros, ordenando que as mesmas se entregassem “*todas aos forasteiros*” e sobretudo “*às pessoas de mais longe*” (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 1599?). Mesmo depois de serem obrigados a abandonar as chamadas casas dos nove dias, os vendeiros terão continuado a comerciar nas proximidades da igreja, sobretudo nos Domingos e dias de festa, mas não se terão estabelecido aí de modo permanente, uma vez que, em 1609, não havia “*povoação junto à igreja mais que a casa do cura e ermitão*” (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 12 de Junho de 1609).

Em 1604, as casas de novenas encontravam-se muito danificadas, sobretudo porque se entregavam a todos os que aí queriam pernoitar, razão pela qual o visitador ordena que, daí por diante, as ditas casas se entregassem somente a “*fidalgos, sacerdotes e julgadores*” (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 2 de Dezembro de 1604; Arnaldo Casimiro **ANICA**, *op. cit.*, 1990, pág. 7). Alguns anos mais tarde, as casas de nove dias, “*em que se gastaram muitos cruzados, mui empregados para as pessoas que vêm em romaria a Nossa Senhora*”, passam a estar à disposição de “*todas as pessoas*”, nomeadamente dos “*peregrinos que forem passando, sendo religiosos ou pessoas de respeito*” (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 1614-15?).

destinar-se-iam sobretudo a peregrinos que pretendessem executar novenas, isto é, exercícios devocionais que se prolongavam por nove dias consecutivos. Estruturas semelhantes, e com idênticas funções de apoio ao culto, existiram junto a outros santuários de romaria espalhadas pelo país¹⁹². Ou seja, a existência das casas dos nove dias constitui mais um testemunho de que esta igreja foi, de facto, um importante local de romagem.

Porém, tudo indica que o número de romeiros terá diminuído radicalmente a partir de meados do século XVII, em parte como consequência das Guerras da Restauração (1640-1668), mas sobretudo por causa dos surtos epidémicos que afligiram a cidade de Tavira na década de 40, circunstâncias que, no seu conjunto, terão estrangido a circulação de pessoas e dificultado a realização de grandes ajuntamentos de cariz religioso. Seja como for, a verdade é que, no final da centúria de Seiscentos, em 1684, as “casas da romagem” encontravam-se ao abandono, com “as paredes ameaçando ruína”, porque “há mais de quarenta anos” não eram aproveitadas pelos romeiros¹⁹³.

Em resumo, parece lícito afirmar-se que o culto da Senhora da Luz no termo de Tavira (cujas origens remontarão aos primeiros anos do século XVI, ou talvez ao derradeiro quartel de Quatrocentos) teve o seu grande pólo difusor na igreja paroquial da freguesia rural de Nossa Senhora da Luz, que se assumiria como um proeminente local de romaria, porventura o mais importante de quantos existiram na região algarvia. De facto, pelo menos até à década de 40 de Seiscentos, a fama de milagrosa da imagem do orago, e a grande Festa anual que se realizava em sua honra, terão atraído à freguesia milhares de fiéis que, com as suas esmolas, ajudaram a encher os cofres da Fábrica, contribuindo para financiar as obras de construção e ornamento da igreja paroquial.

Ver. Apên.Doc.
Anexos 27, 28
e 29

A construção deste tipo de estrutura estará relacionada com inexistência de um núcleo habitacional consolidado, capaz de providenciar apoio logístico permanente, e perante a impraticabilidade de obrigar os romeiros a deslocar-se todos os dias para Tavira.

¹⁹² No Norte de Portugal, junto a igrejas de maior devoção, há notícia de terem existido “casas de abrigo, ditas quartéis”, que se destinavam a albergar “os devotos que aí faziam obrigatoriamente a estância de nove dias - a novena” (Cf. Carlos Alberto Ferreira de **ALMEIDA**, *op. cit.*, 1979, pág. 166.).

¹⁹³ Perante o estado de abandono das casas dos romeiros, o visitador dá instruções para que se trate de reparar ou aforar as ditas casas (para que rendessem alguma coisa e não se arruinassem de todo (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólho s/nº, visitação de 4 de Maio de 1684).

Porém, em 1688, as antigas casas dos nove dias continuavam ao abandono (Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólho s/nº, visitação de 2 de Dezembro de 1688) e, em 1691, o bispo vai autorizar a realização de uma finta para financiar o seu reparo (Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólho s/nº, visitação de 8 de Outubro de 1691). Não se sabe se a pretendida finta chegou a realizar-se ou não, mas a verdade é que as casas dos romeiros nunca mais voltam a ser referidas na documentação.

CAPÍTULO II: A IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA LUZ

1. PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO

Sabe-se pouco acerca da história deste edifício. No entanto, muito se tem escrito acerca do seu magnífico portal lateral manuelino, a respeito da possibilidade de se tratar da mais antiga das igrejas-salão renascentistas ou sobre a originalidade do seu projecto no âmbito do Algarve quinhentista. Porém, como se pode explicar a presença de elementos arquitectónicos de fábrica manuelina num projecto que é manifestamente renascentista? Na maior parte dos estudos, os investigadores “contornaram” esta questão fundamental, optando por examinar, isoladamente, o portal manuelino e o projecto da igreja-salão, sem procurar perceber o modo como se poderiam ter articulado estas realidades.

Uma das hipóteses avançadas para explicar a coexistência de elementos arquitectónicos característicos de diferentes conjunturas artísticas foi a de estarmos perante uma obra que se terá prolongado no tempo¹⁹⁴, abarcando o “*período de transição*” entre a vigência do manuelino e o Primeiro Renascimento¹⁹⁵. Porém, esta conjectura não é sustentada pela realidade material do edifício. De facto, para além da coerência estrutural do projecto, que não parece resultar de uma campanha de obras demorada, é preciso sublinhar que os elementos manuelinos que existem na actual paroquial são meramente decorativos, nenhum desempenha funções estruturais. Ou seja, não parece haver fundamento na hipótese de estarmos perante uma igreja cuja edificação teve início ainda no período manuelino, prolongando-se pela conjuntura artística seguinte. De facto, a actual paroquial de Nossa Senhora da Luz é, tanto do ponto de vista espacial como estrutural, uma construção renascentista. Portanto, o mais provável é que os elementos arquitectónicos de fábrica manuelina integrados na paroquial renascentista sejam provenientes de uma construção anterior, provavelmente a primitiva paroquial da freguesia, entretanto substituída pelo actual edifício. De resto, esta hipótese é sustentada pela cronologia de fundação da freguesia, que já existiria em 1514¹⁹⁶.

Ou seja, tudo indica que a actual igreja, renascentista, substituiu uma primitiva paroquial manuelina. A teoria não é completamente nova. Na década de 90 do século XX, José António Pinheiro e Rosa terá sido o primeiro a levantar a hipótese de ter existido uma primitiva paroquial

¹⁹⁴ Cf. Francisco LAMEIRA, *A igreja matriz de Nossa Senhora da Luz*, 2001 (desdobrável).

¹⁹⁵ Manuel Francisco Castelo RAMOS, *Vãos arquitectónicos do tardo-gótico algarvio*, 1986, pág. 92.

¹⁹⁶ Cf. Arnaldo Casimiro ANICA, *op. cit.*, 1993, pág. 20.

quando, ao referir-se ao portal lateral manuelino desta igreja, sugere poder tratar-se da “*porta do templo que antecederia o actual*”¹⁹⁷.

Porém, a verdade é que nenhum dos citados autores, nem mesmo os que admitiram a possibilidade de ter existido uma outra paroquial, vai apresentar um modelo explicativo que permita clarificar a “biografia” do edifício actual, uma construção renascentista, mas que integra elementos arquitectónicos de fábrica manuelina. No âmbito deste estudo monográfico, caberá encetar uma primeira tentativa de síntese a esse respeito, procurando assim compreender o modo como o edifício poderá ter evoluído, e que transformações sofreu, desde a fundação até à actualidade.

1.1.A ermida tardo-medieval

Frei Agostinho de Santa Maria, autor do *Santuário Mariano* (1716), vai ser o primeiro a sugerir a hipótese de ter existido, no sítio da Fonte Santa (cerca de 500 metros a Este da actual igreja, e também junto à estrada), uma ermida que precedeu a paroquial de Nossa Senhora da Luz. De facto, e apesar de admitir que “*não consta*” ter existido tal ermida, o cronista graciano conclui que isso é algo que “*se infere*” e que, naturalmente, “*logo em o tempo que a Senhora da Luz apareceu se lhe fez alguma Ermida pequena até que o tempo desse lugar para lhe edificar casa maior*”.¹⁹⁸

Ver. Apên.Doc.
Anexo 36

A hipótese levantada por Frei Agostinho poderá ter algum fundamento. De facto, desde a Idade Média, multiplicam-se as pequenas ermidas localizadas na periferia dos núcleos urbanos, sobretudo junto às estradas ou nas encruzilhadas dos caminhos¹⁹⁹. Para além disso, como já foi proposto, é admissível que o culto da Senhora da Luz tenha chegado à região do Algarve ainda na década de 60 do século XV e, assim sendo, tampouco parece de estranhar a fundação de uma ermida tardo-medieval dessa invocação. Em todo o caso, tratar-se-ia de uma modesta capela rural, provavelmente uma construção de alvenaria com cobertura de madeira, somente equipada com um pequeno altar.

Porém, no que respeito à localização, e ao contrário do que afirma o referido cronista, a primitiva ermida da Senhora da Luz (se existiu) não estaria situada no sítio da Fonte Santa mas

¹⁹⁷ José António Pinheiro e ROSA, *Tesouros artísticos do Algarve*, 1990, pág. 59.

¹⁹⁸ Em 1716, Frei Agostinho de Santa Maria afirma que “*haverá mais de quatrocentos anos que a Senhora da Luz fora colocada naquele seu Templo*”. Ou seja, segundo o referido cronista, a primitiva ermida teria sido fundada no início do século XIV (c. 1316). Frei Agostinho de SANTA MARIA, *op. cit.*, 1716, pp. 417 e 418.

¹⁹⁹ José MATTOSO, *História de Portugal - A Monarquia feudal*, 1997, pp. 156 e 157.

sim no local da actual paroquial²⁰⁰. De facto, apesar de Frei Agostinho de Santa Maria garantir que a igreja não foi edificada junto à hipotética ermida da Fonte Santa porque o dito sítio “*não dava lugar a uma tão grande fábrica*”²⁰¹, a verdade é que, tanto quanto foi possível apurar, não existiriam nesse local quaisquer obstáculos topográficos ou pré-existências arquitectónicas que impedissem a construção de uma igreja. Para além disso, é preciso ter em conta que, do ponto de vista simbólico, a igreja teria de ser construída no local onde existisse a ermida, desde logo garantindo a manutenção do espaço sagrado²⁰².

Deste modo, apesar de não existirem quaisquer documentos ou vestígios materiais que o comprovem, parece admissível que tenha existido uma ermida tardo-medieval, já dedicada à Senhora da Luz, que antecedeu a construção da paroquial da freguesia. Não obstante, e pelos motivos acima indicados, parece menos provável que a presumível ermida estivesse localizada no sítio da Fonte Santa, tal como propõe Frei Agostinho de Santa Maria. Muito provavelmente, a ter existido, a dita ermida tardo-medieval estaria localizada no espaço onde depois se edificou a igreja paroquial.

1.2. A paroquial manuelina

A construção desta igreja estará intimamente ligada à instituição da freguesia. Por isso, e tendo em conta que a freguesia de Nossa Senhora da Luz terá sido instituída nos primeiros anos do século XVI²⁰³, em termos cronológicos não parece viável que a actual igreja, bastante mais tardia, possa ser a primeira paroquial. De facto, se existia freguesia, tinha necessariamente de existir também uma igreja onde se pudessem administrar os Sacramentos aos fregueses e realizar os ofícios divinos.

A hipótese de ter existido uma igreja manuelina é também corroborada pela existência de vários elementos arquitectónicos reaproveitados (executados segundo o formulário artístico manuelino) na actual igreja paroquial. Efectivamente, é possível identificar todos os elementos que suportam a hipótese de ter existido um anterior templo manuelino, nomeadamente o portal axial (actualmente em posição lateral), dois portais de comunicação (nas paredes laterais da capela-mor) a pia baptismal e até uma pia de água benta, todos de fábrica manuelina. Para além

Fig. 14

Fig. 15

²⁰⁰ Francisco LAMEIRA, *op. cit.*, 2001 (desdobrável).

²⁰¹ Frei Agostinho de SANTA MARIA, *op. cit.*, 1716, pág. 417.

²⁰² A importância de salvaguardar o espaço sagrado associado a um milagre está bem patente no caso do santuário de Nossa Senhora da Luz de Carnide, construído sobre a própria Fonte da Machada, no preciso local em que terá ocorrido a aparição da Virgem (Cf. Hilda Moreira de FRIAS, *op. cit.*, 1994).

²⁰³ Cf. Arnaldo Casimiro ANICA, *op. cit.*, 1993, pág. 20.

disso, há outros elementos reaproveitados dispersos que poderão igualmente ter feito parte da dita paroquial, nomeadamente três blocos de cantaria com vestígios de colunelos adossados na aresta, presentemente integrados no cunhal da antiga sacristia, que poderão ter constituído a moldura de um vão, ou ainda quatro elementos pétreos embutidos no exterior da parede testeira da capela-mor que, pelo seu formato e decoração associada, poderão bem ser as antigas pedras de fecho da abóbada que decerto cobriu a capela-mor da conjecturável construção manuelina.

Fig. 16

Para além dos aspectos económicos, e do óbvio reconhecimento da qualidade artística das peças, também a legislação eclesiástica do bispado terá contribuído para a preservação e reaproveitamento de alguns elementos arquitectónicos provenientes da antiga igreja manuelina no actual templo. De facto, as *Constituições do Bispado do Algarve*, de 1554, determinavam: “se alguma madeira, pedra ou telha se tirar de alguma ygreja ã seja dada ou vedida pa outro uso secular se nam pera ygreja ou oratorio”²⁰⁴.

Fig. 17

Perante estes argumentos, não parecem restar quaisquer dúvidas em relação ao facto de efectivamente ter existido uma primitiva paroquial manuelina, mais tarde substituída pelo actual templo. A hipótese, desde logo fundamentada por aspectos históricos relacionados com a cronologia de fundação da freguesia, é também sustentada pela existência de vários elementos arquitectónicos de fábrica manuelina actualmente integrados na estrutura da igreja renascentista. Como factor adicional, refira-se ainda a cronologia atribuída à imagem de vulto perfeito do orago da freguesia, formalmente datável de inícios do século XVI (ou talvez ainda dos finais do século XV²⁰⁵).

Mas como seria essa primitiva paroquial de Nossa Senhora da Luz? Do ponto de vista arquitectónico, e tendo em conta o modelo mais utilizado na edificação de paroquiais durante 1º quartel de Quinhentos, é bastante provável que se tratasse de um edifício de nave única, com cobertura de madeira (com telhado de duas águas), e capela-mor de formato quadrangular, provavelmente abobadada²⁰⁶. Para além disso, o templo disporia também de uma torre sineira ou, no mínimo, um campanário.

Fig. 18

²⁰⁴ Cf. D. João de **MELLO**, *Constituições do Bispado do Algarve*, 1554, fólio 64v.

²⁰⁵ Cf. Daniel **SANTANA**, “Nossa Senhora da Luz”, in *Cidade e Mundos Rurais - Tavira e as sociedades agrárias*, 2010, pp. 230 e 231.

²⁰⁶ Cf. Pedro **DIAS**, *A arquitectura manuelina*, 1988, pp. 43 a 50.

Baseando-se nas medidas facultadas pelas Visitações da Ordem de Santiago às igrejas algarvias de 1554, Isa Mateus identificou, para as freguesias rurais do vizinho termo de Faro, uma tipologia de igrejas paroquiais quinhentistas de nave única, com cobertura de madeira, e capela-mor quadrada, com cerca de 20 palmos de lado, coberta por abóbada de nervuras (Cf. Isa **MATEUS**, “A igreja de São Sebastião de Quelfes”, in *Anais do Município de Faro*, 1997/1998, pág. 236). Muito provavelmente, os fregueses de Nossa Senhora da Luz terão optado por uma solução arquitectónica semelhante na altura de construir a sua primeira paroquial. De facto, não há razões para supor que as soluções adoptadas no termo de Faro

A construção da paroquial manuelina terá sido maioritariamente custeada pelas famílias que habitavam no território da futura freguesia, não sendo de descartar a hipótese de se ter lançado uma finta para custear as obras. Para além disso, é possível que o bispo de Silves, D. Fernando Coutinho (1502-1538) também tenha concorrido com alguma verba para a construção da igreja. De facto, no que dizia respeito à construção das paroquiais das freguesias, caberia ao patrono da igreja (que no caso de Nossa Senhora da Luz era o bispo) custear a edificação da capela-mor, da sacristia e da casa do pároco, correndo por conta dos fregueses todos os custos relativos à construção da nave²⁰⁷.

Tudo indica que a campanha de obras terá decorrido ao longo da 1ª década do século XVI, e estaria concluída aproximadamente por volta de 1510, data em que se terá executado o portal axial²⁰⁸. Quanto à autoria (e com as reservas que se impõem pelo facto de o edifício já não existir), a singeleza da maior parte dos elementos de fábrica manuelina (particularmente evidente no tratamento da base da pia baptismal) parece sugerir que a obra terá sido levada a cabo por uma oficina local, com excepção do portal axial que, pela sua qualidade artística ímpar, poderá ter sido executado por um artista mais conceituado.

O que poderá ter motivado a substituição da antiga paroquial manuelina? Na maior parte dos casos, a necessidade de ampliar os edifícios de culto era determinada por razões de ordem prática, quase sempre decorrendo do aumento da população da freguesia. Não obstante, no caso específico da igreja de Nossa Senhora da Luz, é possível que outras circunstâncias, para além do rotineiro crescimento demográfico, tenham concorrido para tornar inevitável a ampliação do templo manuelino. De facto, a documentação actualmente conhecida sugere que, em meados do século XVI, esta era uma importante igreja de romaria, e que o estabelecimento de uma feira anual no rossio da igreja, em 1558, foi precisamente determinado pela necessidade de fornecer mantimentos aos muitos romeiros que acudiam à freguesia por ocasião da Festa do orago. Portanto, parece admissível que o número de romeiros tenha aumentado em meados da centúria de Quinhentos, de algum modo contribuindo para transcender a capacidade da antiga paroquial manuelina.

fossem significativamente diferentes das utilizadas no termo de Tavira, sobretudo no que concerne às freguesias rurais.

²⁰⁷ Cf. Pedro **DIAS**, *op. cit.*, 1988, pág. 43.

Secundando esta hipótese, a documentação comprova que, em 1546, o então bispo de Silves, D. João de Melo e Castro (1545-1557) terá mandado demolir a antiga igreja paroquial de Alcoutim, que ameaçava ruína, custeando ele próprio a reconstrução da capela-mor e “*deixando o corpo da igreja à despesa do povo*” (Daniela **PEREIRA**, *Alcoutim: Terra de Fronteira*, 2010, pág. 34).

²⁰⁸ Cf. Pedro **DIAS**, *op. cit.*, 2009, pág. 135

No âmbito do Algarve, há vários casos de ampliação de paroquiais manuelinas, datados de meados do século XVI, nas quais se optou por manter as capelas-mores e acrescentar duas naves laterais às até então naves únicas. Para além de eficaz, este processo de ampliação era também económico, na medida em que permitia aumentar exponencialmente a capacidade da igreja mantendo toda a estrutura da antiga capela-mor. Contudo, este não terá sido o processo utilizado na transformação da paroquial manuelina de Nossa Senhora da Luz. De facto, a fábrica da capela-mor parece ser, tanto do ponto de vista estrutural como decorativo, perfeitamente consentânea com a da nave. Ou seja, neste caso específico, não se conservou a antiga capela-mor manuelina. Quando a paroquial se tornou obsoleta, optou-se por construir um novo edifício, de raiz. A invulgar opção de construir um novo edifício, em vez de remodelar o que já existia, denota sobretudo desafogo financeiro.

Em termos de localização, tudo indica que a nova igreja terá sido construída no mesmo local onde outrora se ergueu a paroquial manuelina, garantindo assim a manutenção do espaço sagrado, que era ainda mais venerável por nele estarem sepultados os primeiros fregueses de Nossa Senhora da Luz, antepassados dos paroquianos de meados de Quinhentos. Porém, e uma vez que a freguesia não podia abdicar da paroquial durante o período de duração da obra, o mais provável é que os dois edifícios tenham coexistido. Ou seja, a construção manuelina só terá sido desmantelada na etapa final das obras da nova igreja.

Mas como poderão ter coexistido, em simultâneo, e exactamente no mesmo espaço, dois edifícios distintos? É possível que se tenha optado por levantar as paredes do novo templo mantendo a antiga igreja manuelina no interior da construção, isto é, no espaço destinada à futura nave. Esta solução permitiria construir a capela-mor e levantar as paredes da nave, pelo menos até ao arranque das abóbadas, sem afectar muito a funcionalidade da antiga paroquial. Posteriormente, numa fase mais adiantada da obra, a igreja antiga poderia então ser demolida e concluídas as obras²⁰⁹. De facto, sabe-se que o processo construtivo atrás descrito foi utilizado no âmbito do Algarve quinhentista. Em 1554, referindo-se às obras levadas a cabo na paroquial de S. Brás de Alportel (termo de Faro), o visitador afirma que a igreja “*se faz de novo pella banda de fora*” e “*dentro desta obra está a Igreja velha que se a de derriba*”. A verdade é que este método seria o que melhor se adaptava às necessidades específicas da freguesia da Senhora

²⁰⁹ Não obstante, e particularmente no que respeita à igreja da Senhora da Luz, é preciso ter em conta que, ao contrário do que sucedia com uma cobertura de madeira, o abobadamento implicaria sempre a instalação de complexas estruturas de suporte, em madeira, circunstância dificilmente conciliável com a manutenção da antiga igreja manuelina no interior da futura nave. Portanto, é bastante provável que a construção manuelina tenha sido desmantelada quando já estava construída a capela-mor e toda a caixa murária da nave, mas antes de se avançar para o abobadamento.

da Luz, onde não existiam outros edifícios que pudessem substituir, ainda que temporariamente, a igreja paroquial.

Deste modo, e apesar das eventuais dúvidas que persistem, parece razoável admitir que terá existido uma primitiva igreja paroquial, de fábrica manuelina, mais tarde substituída pelo actual edifício. Essa igreja, cuja edificação terá coincidido com a instituição da freguesia, terá subsistido até à década de 50 de Quinhentos, época em que se terá tornado obsoleta e incapaz de atender às necessidades específicas da freguesia.

No âmbito da Contra-Reforma, a resolução de construir uma nova paroquial convergia ainda com os interesses da acção pastoral em curso, movimento reaccionário de um “*catolicismo intransigente*”²¹⁰, que veria no “*acrisolamento da fé e da piedade dos fiéis*”²¹¹, e no fortalecimento do papel da Igreja na vida dos crentes, a melhor maneira de preservar a unidade religiosa contra as ameaças ideológicas. Não por acaso, será em meados de Quinhentos que se vão redigir as *Constituições do Bispado do Algarve* (1554), desde logo procurando disciplinar o clero e as práticas litúrgicas, ao mesmo tempo que se multiplicam as obras de remodelação e ampliação de numerosos templos algarvios²¹², numa acção nitidamente concertada.

1.3. A igreja-salão (*hallekirche*)

1.3.1. A tipologia

A igreja de Nossa Senhora da Luz pertence a uma família tipológica com características bem definidas, constituída por um conjunto de igrejas com três naves, de igual altura, e cobertura única de abóbadas nervuradas, segundo um modelo que a historiografia portuguesa vai designar como *igreja-salão*, a castelhana como *iglesia-columnária*, a anglo-saxónica como *hall-church* e a germânica como *hallekirche*. Julga-se que, em termos europeus, a tipologia terá sido ensaiada ao longo dos séculos XII e XIII, primeiramente na catedral de São Pedro de Poitiers (1162) e depois em algumas igrejas germânicas²¹³.

²¹⁰ DIAS, Sebastião da Silva; *A Política Cultural da Época de D. João III*, 1969, pp. 710 a 715, 740, 741 e 937.

²¹¹ José Eduardo Horta CORREIA, “A arquitectura - Maneirismo e Estilo Chão”, in *História da Arte em Portugal - o Maneirismo*, 1993, pág. 100.

²¹² Cf. Francisco LAMEIRA e Maria Helena SANTOS, *Visitação de igrejas algarvias - Ordem de São Tiago*, 1988.

²¹³ Cf. George KUBLER, *A arquitectura portuguesa chã - entre as especiarias e os diamantes (1521-1706)*, 2005, pág. 51.

Trata-se de um modelo de raiz medieval, mas que vai introduzir uma “*nova concepção do espaço, mais unificada e mais económica*”²¹⁴. A elevação das três naves à mesma altura, para além de simplificar o processo construtivo, desde logo eliminando complexas estruturas de apoio como os arcobotantes, possibilita a criação de um espaço homoganeamente iluminado²¹⁵, no qual a luz penetra no templo através de janelas rasgadas nos muros exteriores, iluminando as três naves de modo uniforme, ao contrário do que sucedia nas estruturas basilicais, com janelas implantadas entre os diferentes níveis da cobertura, mas que iluminavam sobretudo a nave central. Não obstante, apesar da novidade que o modelo representa, sobretudo em termos de espacialidade, estes edifícios continuam a recorrer às abóbadas nervuradas e aos contrafortes exteriores (por vezes bastante robustos), numa atitude que traduz a “*lenta dissolução das formas góticas*”.

De facto, a principal inovação deste modelo reside na existência de uma cobertura única, que abrange as três naves, com abóbadas que arrancam de característicos grupos de nervuras semelhantes a copas de palmeira e de mísulas isoladas nos panos murais das paredes laterais, recorrendo ao sistema de adintelamento, recurso arquitectónico que contribui para reforçar o sentido unitário da construção, já que a “*ausência do suporte tradicional de colunas e pilastras contribui para a unificação do espaço interior*”. Não obstante, como sublinha Mendes Atanázio, e particularmente no que diz respeito à existência de uma abóbada única, é preciso ter em conta que, “*mesmo na igreja-salão*”, as naves podem apresentar uma cobertura individualizada, isto é, com tramos definidos por arcos formeiros e torais, ou seja, a pretendida unificação espacial, e a criação de um espaço-salão, só é efectivamente concretizada através da equiparação da altura das naves²¹⁶.

Em Portugal, o modelo de igreja-salão terá surgido nos primeiros anos do século XVI (ou talvez ainda na última década da centúria anterior). Porém, note-se, a vontade de unificação espacial remontará, no mínimo, à arquitectura mendicante do Gótico Final. De facto, é evidente a tentativa de criar um espaço unificado em igrejas como Santa Clara de Santarém, São Francisco de Estremoz, “*verdadeiros protótipos das Hallenkirchen*”²¹⁷. O mesmo poderá dizer-se acerca da igreja do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra (c.1317-1340) que, não sendo uma igreja-

²¹⁴ Cf. **Idem**, *Ibidem*, pág. 51.

²¹⁵ Dagoberto **MARKL**, “A arquitectura e o urbanismo”, in *História da Arte em Portugal - O Renascimento*, 1993, pág. 33.

²¹⁶ Cf. M.C. Mendes **ATANÁZIO**, *A arte do manuelino*, 1984, pp. 111 e 112.

Neste âmbito, valerá a pena referir o caso excepcional da abóbada da igreja-salão de Santa Maria da Feira, em Beja, na qual não se verifica qualquer diferenciação formal entre os arcos torais e formeiros e as nervuras.

²¹⁷ Mário Tavares **CHICÓ**, *A arquitectura Gótica em Portugal*, 2005, pág. 155.

salão, apresenta uma nave central que se eleva praticamente à mesma altura das colaterais, permitindo que a iluminação se faça através das janelas rasgadas nas paredes laterais, de algum modo evitando o recurso ao tradicional modelo basilical.²¹⁸ Estes projectos, de natureza quase experimental, que precocemente vão ambicionar a criação de um espaço arquitectónico visualmente unificado, poderão classificar-se como de “*protohallen*” (por associação com o termo germânico *hallenkirchen*)²¹⁹.

Seja como for, e como já foi referido, a tipologia de igreja-salão só terá sido utilizada em território nacional nos primeiros anos do século XVI, ou talvez ainda no final da centúria anterior. Não há certezas quanto ao modo como o modelo chegou a Portugal, mas admite-se que tenha sido por influência europeia, porventura espanhola²²⁰. No conjunto das igrejas-salão portuguesas podem distinguir-se dois subgrupos: as *manuelinas*, cuja cronologia de construção vai coincidir, grosso modo, com o reinado do Venturoso (1495-1521), e as *pós-manuelinas*, que se constroem ao longo de toda a 2ª metade do século XVI, em alguns casos com obras que se vão prolongar ainda pela centúria seguinte.

Fig. 19

A mais monumental das igrejas-salão manuelinas é a igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém (1501-1522), em Lisboa, edifício de planta longitudinal, com três naves e oito colunas que sustentam uma “*arrojadíssima*” abóbada única que cobre todo o vão, obra iniciada por Diogo Boitaca e concluída por João de Castilho²²¹. Mas, para além do caso excepcional de Belém, e ainda durante o período manuelino, o modelo vai ser utilizado nas matrizes de Freixo-de-Espada-à-Cinta²²², Pavia (c.1510-1520)²²³ e Arronches (c.1515-25)²²⁴. No subgrupo das igrejas-

Fig. 20

²¹⁸ Paulo PEREIRA, *Arte portuguesa - História essencial*, 2011, pp. 312 a 316.

²¹⁹ José Miguel Muñoz JIMÉNEZ, “Las iglesias de salón en la Provincia de Guadalajara”, in *Wad-al-Hayara: Revista de estudios de Guadalajara*, 1996, pág. 276.

²²⁰ Cf. George KUBLER, *op. cit.*, 2005, pág. 51.

²²¹ As obras do estaleiro de Belém decorrem a partir de 1501-02, sob a direcção de mestre Diogo Boitaca, sendo a cobertura da nave da igreja atribuída ao biscainho João de Castilho, que assume a direcção da obra em 1517 (Cf. Paulo PEREIRA, *Mosteiro dos Jerónimos*, 2007).

²²² É possível que a tipologia tenha sido inicialmente ensaiada na igreja matriz de Freixo-de-Espada-à-Cinta, igreja-salão de “*cariz tardo-gótico*”, de três naves e cinco tramos, com abóbadas de perfil ogival e contrafortes escalonados, iniciada durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521). A respeito da matriz de Freixo-de-Espada-à-Cinta, Pedro Dias lembra que a obra “*não foi feita de um só jacto, antes teve várias campanhas e, seguramente, interrupções*”. Porém, a homogeneidade geral do projecto, que utiliza uma tipologia até então pouco conhecida em território português, poderá sugerir a autoria de um mestre forasteiro, porventura até o próprio João de Castilho “*que, curiosamente, casou com uma jovem da vizinha povoação espanhola de Quintanilha*”. (Pedro DIAS, *op. cit.*, 2009, pp. 70 e 71). E, nesse caso, esta seria a primeira obra do mestre biscainho em território português.

²²³ Pedro DIAS, *op. cit.*, 2009, pág. 117. Singular templo de três naves e sete tramos, com abóbadas de perfil ogival nas naves laterais e de volta perfeita na central, sustentadas por pilares sextavados, e contrafortes quase cilíndricos.

²²⁴ *Idem*, *Ibidem*, pág. 114. Templo de três naves e cinco tramos, com colunas monocilíndricas, sem capitéis, abóbadas de perfil ogival nas naves laterais e contrafortes no exterior.

salão manuelinas, valerá a pena destacar a importância estrutural que vão assumir os contrafortes, assim como a grande variedade de soluções adoptadas no que respeita aos elementos de suporte das coberturas, nos quais se incluem desde pilares sextavados até colunas monocilíndricas sem capitéis. Em termos planimétricos, neste grupo, todos os edifícios apresentam planta longitudinal.

Refira-se ainda o caso da igreja do convento de Jesus de Setúbal (1490-1515), onde o referido mestre Diogo Boitaca terá ensaiado o espaço-salão mais tarde concretizado em Belém, mas que não chega a ser uma verdadeira igreja-salão porque as duas naves laterais, cobertas por singulares abóbadas de meio-canhão, são ligeiramente mais baixas que a abóbada da nave central²²⁵.

No princípio da década de 50, o modelo de igreja-salão vai ser utilizado na construção das novas catedrais para as recém-criadas dioceses de Miranda do Douro (1552), Leiria (1551-1571) e Portalegre (1556)²²⁶. À partida, a opção por esta tipologia (económica, simples e prática) representa um corte com o tradicional modelo basilical. Porém, *“pela sua limpidez estrutural, pela sua simplicidade funcional e pelo seu monumentalismo utilitário”*, o modelo de igreja-salão era o que melhor se adaptava às necessidades específicas das novas dioceses, e também à reforma pastoral em curso²²⁷. Os três projectos, provavelmente da autoria de Miguel de Arruda, ou de figuras do seu círculo mais íntimo, resultaram de uma acção concertada, da estreita cooperação entre a Coroa e o poder episcopal, razão pela qual as catedrais joaninas apresentam uma matriz comum, que assentou na utilização *“do pilar cruciforme com definição de capitel, na adopção de um sistema de cobertura em abóbadas de ogivas planas e no desenho da proporção de duplo quadrado”*²²⁸.

Fig. 21

Ainda no final da década de 40 do século XVI, princípios semelhantes aos utilizados nos abobadamentos das igrejas-salão manuelinas são também aplicados em estruturas utilitárias, tanto em âmbito civil como militar. Refiram-se, a título de exemplo: o antigo açougue de Beja (de 1548-50), atribuível a Diogo de Torralva²²⁹, estrutura que terá aberto o *“caminho à tradição das hallenkirchen portuguesas da segunda metade do século XVI, onde o “estilo chão” e a aceitação dos módulos maneiristas passam a impor, pela sua funcionalidade e distorção do “clássico”, um*

²²⁵ Cf. Carlos Alberto Ferreira de **ALMEIDA**, “A igreja de Jesus de Setúbal”, in *Revista da Faculdade de Letras - História*, nº 7, 1990, pp. 267 a 276; Paulo **PEREIRA**, *op. cit.*, 2011, pp. 426 e 427.

²²⁶ Cf. Maria de Lurdes **CRAVEIRO**, *op. cit.*, 2009, pág. 100.

²²⁷ José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 1993, pp. 100 a 104.

²²⁸ Cátia Margarida Jorge dos **SANTOS**, *As Sés Joaninas: arquitectura episcopal portuguesa na segunda metade do século XVI*, 2009, pág. 165.

²²⁹ Rafael **MOREIRA**, “Do Renascimento ao Maneirismo (séculos XVI-XVII)”, in *História da Arte portuguesa*, 1995, pp. 363 e 364.

*novo sistema construtivo, doravante dominador*²³⁰; a cisterna da praça de Mazagão, atribuída a João de Castilho (concluída antes de 1548)²³¹; ou ainda a cisterna do forte de São Julião da Barra (1559), de Miguel de Arruda²³².

Estavam reunidas as condições para a criação de uma nova linhagem de igrejas-salão, modelo ensaiado no período manuelino e adaptado, com sucesso, às três catedrais joaninas. De facto, sobretudo a partir da década de 50, e durante a 2ª metade do século XVI, por todo o país (mas com especial incidência na região do Alentejo) vão erigir-se novas igrejas-salão, no fundo uma “cadeia de obras originais e réplicas”, segundo um sistema de standardização que se iria afirmar plenamente no período sebástico²³³. De entre as igrejas-salão pós-manuelinas poderão referir-se a paroquial da Luz de Tavira, a igreja de Santo Antão de Évora (c.1557-1577), a igreja de Santa Maria de Estremoz (c.1559-1562), a igreja da Misericórdia de Santarém (c.1559), a matriz de Nossa Senhora da Lagoa de Monsaraz (c.1563), a matriz de Veiros (c.1559-1595), a igreja de Santiago de Beja, actual Sé (c.1590), a igreja de Santa Maria da Feira, também em Beja (c.1580?), ou ainda as matrizes de Safára (c.1600)²³⁴, Alcáçovas e Torre de Moncorvo. Destas igrejas, a mais precoce será a da Luz de Tavira²³⁵, e a mais tardia a paroquial de Safára, executada já no dealbar do século XVII²³⁶.

Fig. 22

Fig. 23

Em contexto monástico, caberá ainda arrolar no conjunto das igrejas-salão portuguesas a denominada igreja-de-fora do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (actual sala dos Reis), de cerca de 1548, encomenda do cardeal-infante D. Henrique, e provavelmente executada segundo traça de Miguel de Arruda²³⁷. Por último, torna-se indispensável referir também o singular caso da matriz de Mértola, invulgar templo de cinco naves e quatro tramos, coberto por abóbadas de nervuras à mesma altura, mais extraordinário ainda por se tratar da adaptação quinhentista de uma antiga mesquita muçulmana²³⁸.

Controversa será a classificação das matrizes de Almodôvar (c.1592, com modificações setecentistas)²³⁹ e de Campo Maior como igrejas-salão. De facto, apesar de em ambos os casos

²³⁰ Vítor **SERRÃO**, *História da Arte em Portugal - O Renascimento e o Maneirismo*, 2002, pp. 74 e 75.

²³¹ Pedro **DIAS**, *Arte de Portugal no Mundo - Norte de África*, 2008, pp. 88 a 90.

²³² Rafael **MOREIRA**, *op. cit.*, 1995, pág. 331.

²³³ José Eduardo Horta **CORREIA**, *Arquitectura Portuguesa - Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão*, 2002, pág. 48.

²³⁴ Cf. Paulo **PEREIRA**, *Arte portuguesa - História essencial*, 2011, pág. 229.

²³⁵ Cf. José Eduardo Horta **CORREIA**, *Arquitectura Portuguesa - Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão*, 2002, pág. 46.

²³⁶ Cf. Vítor **SERRÃO**, *op. cit.*, 2002, pág. 190.

²³⁷ Cf. Rafael **MOREIRA**, *op. cit.*, 1995, pág. 359; Vítor **SERRÃO**, *op. cit.*, 2002, pág. 74.

²³⁸ Mário Tavares **CHICÓ**, *op. cit.*, 2005, pág. 176.

²³⁹ Cf. Vítor **SERRÃO**, *op. cit.*, 2002, pág. 190.

se concretizar a pretendida unidade espacial, através da equiparação da altura das três naves, a verdade é que nesses edifícios não serão utilizadas as tradicionais abóbadas de nervuras, que caracterizam o modelo, recorrendo-se antes às abóbadas de aresta (Campo Maior) e de canhão (Almodôvar).

Seja como for, como se depreende a partir dos exemplos atrás referidos, a maioria das igrejas-salão pós-manuelinas encontra-se no Alentejo. Na verdade, a facilidade com que este modelo se difundiu na região alentejana estará directamente relacionada com a pré-existência de uma prática construtiva que, tradicionalmente, recorria à abóbada de alvenaria, rebocada e caiada, com nervuras de pedra²⁴⁰.

Note-se, tal como acontecera com as catedrais, à proliferação de paroquiais construídas segundo o modelo de igreja-salão, também não terá sido alheia a reforma pastoral em curso, resultante das resoluções do Concílio Tridentino (1545-1563), que defendiam a simplicidade e funcionalidade dos espaços religiosos²⁴¹. Estes templos-salão, pós-manuelinos, distinguem-se dos seus antecessores tipológicos pelas “*proporções clarificadas e pureza de superfícies*”, que vão possibilitar a edificação de “*grandes recintos desobstruídos dentro de armações de paredes finas*”²⁴².

Valerá a pena sublinhar também que estas igrejas foram construídas numa conjuntura arquitectónica já dominada por valores renascentistas (onde desponta até uma certa tendência para o maneirismo). Precisamente por isso, nos seus traçados procura conciliar-se a linguagem clássica com o espaço-salão (intenção particularmente evidente nas eruditas igrejas-salão de planta quadrangular, como Santa Maria do Castelo de Estremoz²⁴³ ou Nossa Senhora da Lagoa de Monsaraz). Nesse sentido, as igrejas-salão pós-manuelinas assumem-se como uma nova linhagem, resultante de uma corrente arquitectónica divergente²⁴⁴, desde logo “*reveladora de um propósito alheamento face às correntes eruditas italianizantes em voga*”²⁴⁵, recorrendo a um singular esquema que congrega a “*estrutura medieval e os efeitos romanos*”²⁴⁶. Para além disso, e sobretudo do ponto de vista ornamental, os exemplares pós-manuelinos desta tipologia vão também antagonizar a “*exuberância manuelina*”, sobressaindo o seu despojamento de feição

²⁴⁰ Cf. José Custódio Vieira da **SILVA**, *O Tardo-Gótico em Portugal - a arquitectura no Alentejo*, 1989, pág. 158.

²⁴¹ Cf. José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 2002, pp. 40 a 42.

²⁴² George **KUBLER**, *op. cit.*, 2005, 51 e 54.

²⁴³ Cf. Domingos **TAVARES**, *António Rodrigues: renascimento em Portugal*, 2007, pp. 55 e 56.

²⁴⁴ José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 2002, pág. 46.

²⁴⁵ **Idem**, *op. cit.*, 1993, pág. 102.

²⁴⁶ Cf. George **KUBLER**, *op. cit.*, 2005, pág. 54.

militar, praticamente desprovido de ornamentos, de algum modo antecipando uma primeira “*vaga de arquitectura chã*”²⁴⁷.

Em resumo, poderá dizer-se que as ecléticas igrejas-salão portuguesas, experimentadas no período manuelino, mas originalmente reinterpretadas na conjuntura seguinte, ficam a dever “*a fórmula a fontes espanholas e europeias em geral e o seu refinamento aos tratados italianos, bem como aos condicionalismos portugueses*”²⁴⁸.

Provavelmente, no caso da paroquial de Nossa Senhora da Luz, a opção pelo modelo de igreja-salão poderá estar relacionada com as necessidades específicas desta igreja, habituada a receber grandes multidões por ocasião da Festa da padroeira. De facto, a análise comparada das dimensões fornecidas pelas Visitações da Ordem de Santiago permite perceber que, em termos de média, a paroquial de Nossa Senhora da Luz era maior do que a maioria das igrejas algarvias de Quinhentos. Na verdade, no que diz respeito às dimensões, a igreja da Luz está mais próxima das paroquiais urbanas do que das suas congéneres rurais. Não é à toa que, em 1716, Frei Agostinho de Santa Maria vai afirmar que esta igreja bem “*pudera servir de Catedral a uma grande Cidade*”²⁴⁹.

Fig. 24

Ver. Apên.Doc.
Anexo 36

No início do século XVII, o visitador demonstra-se incomodado com o facto de, nesta freguesia, se sentarem os homens no corpo da igreja, junto com as mulheres, o que era causa de “*grande desordem*”. Determina então que, daí por diante, nenhum homem pudesse sentar-se “*das colunas da nave do meio para dentro*”, reservando-lhes as “*naves das ilhargas encostadas à parede*”.²⁵⁰ É, portanto, uma original utilização para as igrejas de três naves: separar os homens das mulheres.

Fig. 25

Ver. Apên.Doc.
Anexo 15

Fig. 26

1.3.2. A cronologia

Sem avançar com uma cronologia específica, José Eduardo Horta Correia classifica a paroquial da Luz de Tavira como a mais antiga das igrejas-salão pós-manuelinas, a hipótese é sustentada pelo facto se tratar de um edifício que apresenta uma espacialidade já renascentista, mas no qual ainda são utilizados capitéis de ábaco curvo, tipologicamente anteriores aos capitéis de inspiração clássica que vão surgir nas restantes igrejas-salão do conjunto pós-manuelino²⁵¹. Deste modo, e admitindo que terá sido no final da década de 40 do século XVI que se começam

²⁴⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 51, 64 e 65; José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 2002, pág. 102.

²⁴⁸ Cf. George **KUBLER**, *op. cit.*, 2005, pág. 51.

²⁴⁹ Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *op. cit.*, 1716, pág. 417.

²⁵⁰ **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 5 de Fevereiro de 1615 (?).

²⁵¹ Cf. José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 2002, pág. 46.

a projectar as Sés, e que a Misericórdia de Santarém (com capitéis dóricos) data de 1559, o projecto da igreja da Luz de Tavira poderia datar de finais da década de 40, ou de inícios dos anos 50. Hipótese semelhante vai ser defendida por Maria de Lurdes Craveiro, que data esta igreja de cerca 1540²⁵².

Porém, alguns autores defendem a hipótese de estarmos perante um projecto anterior à década de 40. De facto, na opinião de Francisco Lameira, a obra terá tido início no 2º quartel do século XVI (depois de 1525), e ter-se-á prolongado por várias décadas, pelo menos até à década de 70 de Quinhentos²⁵³. Paulo Pereira, por outro lado, sugere que a obra terá decorrido entre 1530 e 1550²⁵⁴. Ambos os autores defendem a hipótese de estarmos perante uma campanha de obras demorada, iniciada antes da década de 40.

Seja como for, as cronologias até agora propostas coincidem todas no facto se tratar de um projecto datável do 2º quartel do século XVI (1535-1550), cuja execução se prolongou, no máximo, até à década de 70. É um longo período, de cerca de 40 anos, durante o qual se admite que tenham decorrido as obras.

Tendo em consideração alguns aspectos históricos até agora pouco considerados, e analisando as características específicas dos elementos arquitectónicos desta igreja, tentando estabelecer paralelos formais com outros monumentos executados no mesmo período (sempre que possível a nível regional), mas cuja construção esteja melhor documentada, é possível que se consiga estabelecer uma cronologia mais precisa em relação às campanhas de obras desta igreja.

De facto, para além da singularidade do projecto em si, a igreja-salão de Nossa Senhora da Luz também apresenta alguns elementos arquitectónicos decorativos que, pelo menos a nível regional, não são muito comuns, e que (por analogia com outros casos melhor documentados), poderão ajudar a apurar a sua cronologia. Refiram-se, a título de exemplo, os capitéis da nave, de ábaco curvo e cálato liso, sem outra decoração associada. É verdade que, a nível do território nacional, o recurso a este tipo de capitel, amplamente utilizado durante a época de D. João III (1521-1557), nada terá de excepcional. Porém, no que diz respeito ao universo da arquitectura religiosa quinhentista do Algarve, o capitel de ábaco curvo e cálato liso só foi utilizado em quatro situações: no piso inferior do claustro do convento de Nossa Senhora da Assunção, em Faro, e nas paroquiais da Senhora da Luz (Tavira) e de São Sebastião de Quelfes (Olhão) e na matriz de Odeleite (Alcoutim). Uma vez que se admite que, no que diz respeito a alguns elementos

Fig. 27

Fig. 28

²⁵² Maria de Lurdes **CRAVEIRO**, *op. cit.*, 2009, pág. 125.

²⁵³ Cf. Francisco **LAMEIRA**, *op. cit.*, 2001 (desdobrável).

²⁵⁴ Cf. Paulo **PEREIRA**, *op. cit.*, 2011, pág. 573

arquitectónicos específicos (nomeadamente aos capitéis), a igreja de Odeleite é uma réplica da de Quelfes²⁵⁵, e que esta terá sido inspirada pela da Luz de Tavira²⁵⁶, parece poder estabelecer-se uma sequência de obras em que se reproduz o capitel de ábaco curvo e cálato liso, e na qual o convento de Nossa Senhora da Assunção se assume como cabeça de série.

No entanto, a utilização de um mesmo tipo de capitel não bastará para estabelecer uma relação de ascendência entre os ditos edifícios. Tanto mais que, no caso da paroquial de Nossa Senhora da Luz, único edifício da região algarvia a adoptar a tipologia de igreja-salão, podemos estar perante um projecto executado por um mestre oriundo de outra região e, nesse caso, a adopção de um tipo de capitel pouco utilizado no Algarve (mas comum em outras zonas do país) poderia traduzir apenas uma opção estética do autor.

Contudo, para além dos capitéis, há mais elementos arquitectónicos que, sobretudo pelo seu carácter marcadamente invulgar dentro do universo da arquitectura religiosa quinhentista do Algarve, poderão reforçar essa hipótese. Refiram-se, por exemplo, as características mísulas que sustentam a abóbada da capela-mor de Nossa Senhora da Luz, ou a que remata o seu arco triunfal, praticamente idênticas às utilizadas no claustro fareense, ou ainda as gárgulas de feição renascentista que adornam o dito claustro e que terão servido de inspiração às que actualmente ladeiam o portal axial da igreja luzense. Particularmente no que diz respeito às gárgulas, valerá a pena sublinhar que, no âmbito do Algarve quinhentista, estes elementos só foram utilizados em quatro edifícios religiosos: no claustro do convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro, na igreja paroquial de Nossa Senhora da Luz, na igreja de Nossa Senhora das Ondas de Tavira e na Sé de Silves.

Fig. 29

Fig. 30

Fig. 31

Fig. 32

A repetição de um mesmo tipo de capitel, das gárgulas e das características mísulas da capela-mor, elementos pouco comuns na arquitectura religiosa quinhentista do Algarve, sugerem que há, de facto, uma relação de ascendência entre a obra do claustro de Nossa Senhora da Assunção de Faro e paroquial de Nossa Senhora da Luz. Apesar de admissível, parece pouco provável que as analogias formais atrás referidas possam ser resultado do acaso.

Convirá recordar que, antes de ser imposta a clausura no convento, e numa iniciativa de todo invulgar, permitiu-se à população civil visitar o edifício. Uma carta escrita por Frei Diogo de Olivença, datada de 1548, descreve a iniciativa nos seguintes termos: “*E antes que a claustra se fechasse mandey dyzer aos curas das ygrejas que nas estações dyxessem ao povo que vyssem*

²⁵⁵ Cf. José Eduardo Horta **CORREIA**, *A arquitectura religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, 1987, pág. 46.

²⁵⁶ Cf. Isa **MATEUS**, *op. cit.*, 1997/1998, pág. 242.

*ver ho musteyro antes que se carrassem E veo toda a gente da terra E muyta de castela*²⁵⁷. Ou seja, no final da década de 40, toda a comunidade artística algarvia (incluindo encomendadores) pôde contactar em primeira mão com esta inovadora obra.

Admitindo a existência de uma relação de ascendência entre o claustro do convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro e a igreja paroquial de Nossa Senhora da Luz (apenas sugerida por aspectos decorativos), pode concluir-se que a igreja-salão da Luz seria posterior à obra de Faro, isto é, posterior a 1548. Curiosamente, como já vimos anteriormente, terá sido precisamente na década de 50 que o número deromeiros a visitar a igreja da Senhora da Luz (que provavelmente excedeu a capacidade da paroquial manuelina) justificou o estabelecimento de uma feira anual na freguesia, circunstância que poderá igualmente estar relacionada com a necessidade de financiar uma obra em curso, eventualmente a construção da nova paroquial.

A fase final das obras terá sido marcada pela construção do portal axial, maneirista. Não se sabe ao certo quando foi construído este portal, mas, segundo José Eduardo Horta Correia, e atendendo apenas às suas características formais, tudo indica que será uma obra posterior ao portal da Misericórdia de Tavira, de cerca de 1551, e anterior ao da Misericórdia de Lagos, de cerca de 1568²⁵⁸.

Portanto, atendendo aos aspectos formais dos elementos arquitectónicos do edifício, e às especificidades históricas da freguesia, é possível concluir que, *grosso modo*, a construção da igreja-salão de Nossa Senhora da Luz terá decorrido entre 1548 e 1568.

1.3.3. A encomenda

A encomenda da obra terá sido da responsabilidade da Fábrica da igreja e, em última instância, dos fabriqueiros. Infelizmente, não se conhece documentação que permita identificar o nome dos indivíduos que serviram como fabriqueiros da freguesia ao longo do século XVI, ainda que seja admissível que à frente da Fábrica e demais confrarias da igreja estivessem membros das famílias mais preponderantes, porventura os Melos, os Cunhas, os Mendonças ou os Côrte-Reais. Para além disso, e tendo em conta que se trata de um projecto de carácter erudito, a iniciativa partiu certamente de um indivíduo culto, conhecedor da realidade arquitectónica do seu tempo, provavelmente com ligações à comunidade artística.

²⁵⁷ Dália **PAULO**, “Uma obra régia em Faro: o convento de Nossa Senhora da Assumpção”, in *Revista al-Gharb*, 2008, pág. 50.

²⁵⁸ Cf. José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 1987, pág. 64.

Ainda a respeito da encomenda, não será descabido lembrar que, entre 1545 e 1557, à frente da diocese algarvia esteve D. João de Melo e Castro (depois arcebispo de Évora), Doutor em Cânones por Salamanca, homem de confiança dos cardeais-infantes D. Afonso (1509-1540) e D. Henrique (1512-1580), inquisidor do Tribunal do Santo Ofício em Évora (1536) e em Lisboa (1539), autor das *Constituições do Bispado do Algarve* (1554)²⁵⁹ e um dos poucos portugueses a participar numa das sessões do Concílio de Trento, em 1552²⁶⁰. De facto, parece admissível que, na qualidade de bispo de Silves, D. João de Melo e Castro, um homem da Contra-Reforma com ligações às altas esferas da Corte, possa ter desempenhado um papel importante na escolha do projecto para a nova paroquial de Nossa Senhora da Luz.

É provável que se tenha lançado uma finta para custear a construção da igreja paroquial, mas nada indica que algum indivíduo em particular, ou família da freguesia, se tenha distinguido no momento de financiar essas obras. De facto, não obstante a importância que o elemento fidalgo detinha na freguesia, a verdade é que na igreja de Nossa Senhora da Luz não existem inscrições, pedras de armas ou quaisquer símbolos heráldicos que remetam para um eventual patrocinador ou patrocinadores, e tampouco há notícia que nesta igreja se tenha alguma vez instituído alguma capela. No entanto, em 1784, o visitador vai instigar os paroquianos a serem “*verdadeiros imitadores de seus pais e avós, que com tanto zelo e honra concorreram para as obras que ainda hoje se vêem*”²⁶¹.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 44

Na verdade, os custos da obra terão corrido maioritariamente por conta da Fábrica e das esmolas dos muitos romeiros que anualmente visitavam a igreja de Nossa Senhora da Luz por devoção. Para além disso, é provável que o bispo de Silves, na qualidade de padroeiro da igreja, também tenha ajudado a financiar a obra, porventura até suportando integralmente os custos de construção da capela-mor.

²⁵⁹ D. João de Melo e Castro, natural de Vila Viçosa, era filho de Pedro de Castro e Azevedo, alcaide-mor de Melgaço, e de Dona Brites de Melo, filha do comendador de Casével. Inquisidor do Tribunal do Santo Ofício, primeiro em Évora (1536) e depois em Lisboa (1539), D. João III fá-lo bispo de Silves em 1545. Em 1557, após ter sido designado como Regedor das Justiças, terá abandonado o Algarve. Contudo, só em 1564 é nomeado um novo prelado para a diocese algarvia, D. Jerónimo Osório, transitando D. João de Melo e Castro para o arcebispado de Évora, onde substitui o cardeal infante D. Henrique. Faleceu em 1574. (Cf. João Baptista da Silva **LOPES**, *Memórias para a História eclesiástica do Bispado do Algarve*, 1848, pp. 315 a 323).

²⁶⁰ Cf. Joaquim Veríssimo **SERRÃO**, *História de Portugal [1495-1580]*, 1980, pág. 53.

²⁶¹ **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1702-1802)*, fólio s/nº, visitação de 15 de Janeiro de 1784.

1.3.4. A autoria

É um projecto de raiz erudita, que foi certamente delineado por um mestre pedreiro de renome. Para além disso, o autor do projecto nem sempre era o responsável pela execução da obra. De facto, o projecto podia ser entregue a um mestre-de-obras local, que se encarregava de o executar. A equipa de trabalho integraria um grande número de pedreiros, mas também carpinteiros e serventes. Nas cruzarias das abóbadas da nave da igreja de Nossa Senhora da Luz é possível identificar o que parecem ser as marcas distintivas de quatro canteiros, número aparentemente modesto, sobretudo se pensarmos que no contrato de adjudicação da obra da igreja da Misericórdia de Tavira, lavrado em 1551, André Pilarte compromete-se a trazer sempre consigo dez oficiais de canteiro²⁶².

Na opinião de Francisco Lameira, o responsável pelo projecto, e também pela execução da obra, poderá ter sido André Pilarte²⁶³, mestre pedreiro taviense formado no estaleiro de Santa Maria de Belém, tido como um dos introdutores do Primeiro Renascimento na arquitectura da região algarvia. Provavelmente, André Pilarte teria capacidade técnica para construir uma igreja-salão, desde logo porque trabalhou na igreja dos Jerónimos, mas sobretudo porque, em 1541, este mestre pedreiro vai assumir a obra da igreja da Misericórdia de Tavira, uma igreja “*de três naves [...] toda fechada dabobada de ladrylho com suas chavees de pedrarya*”²⁶⁴. À primeira vista, a descrição parece coincidir com a de uma igreja-salão. Contudo, a igreja da Misericórdia nunca chegou a ser abobadada, optando-se antes por uma cobertura em madeira, muito mais económica²⁶⁵. Portanto, e uma vez que o contrato de 1541 é omissivo quanto à altura das naves, não é possível afirmar que se tratava do projecto de uma igreja-salão, apesar de tudo indicar que sim²⁶⁶.

Ou seja, não parece haver dúvidas quanto à capacidade técnica de André Pilarte para construir uma igreja-salão. Porém, e sobretudo do ponto de vista ornamental, a paroquial da Luz

²⁶² Arnaldo Casimiro **ANICA**, *O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira (da fundação à actualidade - notas)*, 1983, pág. 105.

²⁶³ Cf. Francisco **LAMEIRA**, *op. cit.*, 2001 (desdobrável).

²⁶⁴ Arnaldo Casimiro **ANICA**, *op. cit.*, 1983, pág. 104.

²⁶⁵ De facto, a substituição da prevista abóbada por uma cobertura de madeira terá sido determinada por questões económicas. A situação financeira que a Misericórdia de Tavira atravessava em meados de Quinhentos é denunciada numa carta que o Juiz de Fora da mesma cidade envia ao rei D. João III, em 1554, na qual são enumerados os inconvenientes que resultariam da deslocação forçada do fidalgo Francisco da Cunha à Corte, salientando-se o facto de o mesmo ser “*Provedor da Misericórdia, a qual tem obras para acabar e está pobre*”, e de ser ele quem “*supre do seu as necessidades*” da instituição. (**ANTT**, *Carta do Juiz de Fora de Tavira...*, 1554, *Corpo Cronológico*, Parte I, Maço 93, número 3.

²⁶⁶ Cf. José Eduardo Horta **CORREIA**, “A arquitectura do Renascimento em Tavira”, in *Actas das I Jornadas de História de Tavira*, 1992, pág.

não se assemelha às demais obras atribuídas à oficina pilartiana. De facto, Pilarte terá utilizado recorrentemente o típico capitel fantasiado da época de D. João III, com perfis curvos e ábacos “decorados com cabeças de anjos, rosetas, taças, leões e cabeças humanas e as volutas nalguns casos substituídas por leões alados e cabeças humanas aladas”. De facto, é esse tipo de capitel que vai utilizar na Misericórdia de Tavira, na paroquial de Alcoutim e nas pilastras dos portais de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Cacela e Moncarapacho. Como é evidente, nada impede que, em determinada obra, Pilarte pudesse esporadicamente fazer uso do capitel de ábaco curvo e cálato liso (desde logo por imposição dos encomendadores) mas tudo indica que essa não seria a sua opção estética habitual. Não obstante, André Pilarte parece assumir-se como um candidato viável à autoria deste projecto. Mas não é único.

Acerca da autoria da igreja-salão de Nossa Senhora da Luz, Vítor Serrão admite poder tratar-se de um projecto atribuível a Miguel de Arruda, arquitecto documentalmente associável aos projectos das sés joaninas (Portalegre, Miranda e Leiria) e à igreja-salão da Misericórdia de Santarém, de 1559. Esta é, de facto, uma hipótese “tentadora”²⁶⁷, sobretudo porque se sabe que Miguel de Arruda esteve na cidade de Tavira em 1550, onde vistoriou as obras de ampliação dos dormitórios do mosteiro das Bernardas²⁶⁸. Curiosamente, terá sido também na década de 50 que a paroquial manuelina da Luz se terá tornado obsoleta. Será que os fabriqueiros de Nossa Senhora da Luz aproveitaram a presença de um dos grandes mestres da Corte para lhe encomendar o projecto de uma nova igreja?

Valerá a pena recordar que a paroquial de Nossa Senhora da Luz, a Misericórdia de Santarém (cujas autoria está documentalmente atribuída a Miguel de Arruda) e igreja de Santiago de Beja (Sé) são as únicas igrejas-salão do grupo pós-manuelino em que as nervuras das abóbadas das naves laterais arrancam de mísulas (e não de pilastras ou colunas), recorrendo ao designado sistema de adintelamento, recurso arquitectónico que contribuía para uma maior unificação do espaço interior. Ainda no que diz respeito aos sistemas de abobadamento, refira-se também que a capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Luz apresenta um tipo de abóbada que, no universo das igrejas-salão portuguesas, só volta a ser utilizado nas três Sés joaninas (com projectos atribuíveis a Arruda). Portanto, há aspectos estruturais que aproximam esta igreja de outras comprovadamente projectadas por Miguel de Arruda.

É verdade que as esguias colunas da paroquial da Luz de Tavira não exibem a robustez (própria das construções de cariz militar) que, quase sempre, vai caracterizar a obra de Arruda, e

²⁶⁷ Vítor **SERRÃO**, “O contexto artístico de Tavira quinhentista”, in *Tavira, território e poder*, 2003, pág. 223.

²⁶⁸ Cf. Rafael **MOREIRA**, *op. cit.*, 1995, pág. 357.

que se observa, por exemplo, na Misericórdia de Santarém ou na cisterna do forte de São Julião da Barra, circunstância que, à partida, parece desaconselhar uma autoria comum, mas convirá lembrar que o mesmo Miguel de Arruda terá também sido o responsável pela traça da igrejinha do convento eborense de Bom Jesus de Valverde²⁶⁹, onde são utilizadas delgadas colunas de mármore que, sublinhe-se, são rematadas por capitéis de ábaco curvo e cálateo liso, em tudo semelhantes aos da Luz de Tavira.

Para além de André Pilarte e Miguel de Arruda, que outros mestres se poderiam assumir como candidatos à autoria do projecto da paroquial de Nossa Senhora da Luz? À partida, teria de ser um indivíduo com reconhecida capacidade técnica, conhecedor da tipologia de igrejas-salão ou, no mínimo, com prática em construir abóbadas, e estante no Algarve em meados do século XVI.

Entre os potenciais candidatos à autoria do projecto poderá ainda incluir-se o engenheiro militar Afonso Álvares (genro do mestre Miguel de Arruda), profissional “*com extensa actividade no Barlavento algarvio*”, falecido em 1575, que se sabe estar ligado à construção da igreja-salão de Santo Antão de Évora²⁷⁰ e que terá praticado com o seu célebre sogro o “*modo utilitário da engenharia militar*”²⁷¹.

Por último, e atendendo aos já referidos paralelismos que se podem estabelecer entre alguns elementos arquitectónicos do claustro do convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro e outros da paroquial de Nossa Senhora da Luz (sobretudo a nível decorativo), parece igualmente exequível que o autor da igreja-salão da Luz de Tavira possa ter alguma relação com o estaleiro do convento fareense?

Em última instância, poderíamos estar perante duas obras desenhadas pela mesma mão e, nesse caso, a igreja de Nossa Senhora da Luz podia ter sido projectada por um dos mestres que trabalhou no convento fareense? Recorde-se que o período de maior actividade do estaleiro de Faro (obra patrocinada pela Casa da Rainha, importa sublinhar) terá decorrido entre 1527 e 1550 e, nesse período, está documentada a actividade de dois mestres: Afonso Pires que, em 1543, vai ser identificado como autor do “*debuxo e informações das obras*”, e Gaspar de Torres, que, em 1550, era “*mestre das ditas obras*”.²⁷² Muito provavelmente, Afonso Pires foi o autor do projecto e Gaspar de Torres o responsável pela sua execução. De facto, a abadessa haveria de elogiar o trabalho do dito mestre Gaspar de Torres, afirmando que o mesmo trabalhara “*muito*

²⁶⁹ Vítor **SERRÃO**, *op. cit.*, 2002, pág. 49.

²⁷⁰ Vítor **SERRÃO**, *op. cit.*, 2002, pág. 189.

²⁷¹ José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 2002, pág. 52.

²⁷² **Idem**, *A arquitectura religiosa do Algarve de 1520 a 1600*, 1987, pág. 43.

fielmente”, provavelmente referindo-se ao facto de se ter seguido o projecto à risca²⁷³. Neste âmbito, e admitindo que um dos mestres que trabalhou no convento farensense possa também estar ligado à obra da paroquial da Luz, hipótese de algum modo sugerida pelas afinidades que se podem estabelecer entre alguns elementos arquitectónicos dos dois edifícios, Gaspar de Torres, que se pensa ter conduzido a fase final das obras de Faro, seria, do ponto de vista cronológico, o candidato mais provável.

Mas será Gaspar de Torres um candidato viável à autoria do projecto da igreja-salão de Nossa Senhora da Luz? Para melhor analisar a validade dessa hipótese, ou então refutá-la de todo, convirá recordar os poucos dados que se conhecem acerca da actividade desse mestre, antes e depois da obra de Faro.

Sem certezas, será o mesmo Gaspar de Torres que, no início da década de 40, intervém na obra de reformulação da igreja paroquial de S. Miguel de Penela, no termo de Coimbra, onde trabalha sob o patrocínio do cabido e de Rui Lopes de Carvalho, prior da dita igreja, cónego da Sé de Évora e o futuro bispo de Miranda (1555-1559). Em 1542, data em que são saldadas as contas da obra da paroquial de Penela, o pedreiro Gaspar de Torres, identificado como morador em Évora, vai receber o pagamento pela execução de uma fresta, do arco e dos degraus da capela-mor, por entelhar a igreja e pela colocação de “*jarros na cobertura*”²⁷⁴. Só se volta a ter notícia da actividade profissional deste mestre no início da década de 50 (1550), quando recebe o pagamento pela “*obra de pedraria e alvenaria*”, do convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro, do qual fora mestre-de-obras, mais uma remuneração extra, pelo tempo gasto nas deslocações entre Faro e a Corte²⁷⁵. É o que se sabe acerca de Gaspar de Torres, de quem não se conhece qualquer referência documental posterior a 1550. O mais provável é que tenha ido para a Corte, ou então para Évora, mas também parece admissível que possa ter permanecido no Algarve.

Apenas a partir destes dois exemplos, parece lícito concluir que Gaspar de Torres seria um profissional de reconhecida competência, a quem são confiadas obras de alguma relevância, como é o caso do claustro do já referido convento farensense, e que trabalha para algumas altas

²⁷³ Dália **PAULO**, *op. cit.*, 2008, pág. 50.

²⁷⁴ Segundo Maria de Lurdes Craveiro, a presença do pedreiro Gaspar de Torres na diocese de Coimbra, apesar de ser referido como morador em Évora, estará relacionada com a acção do referido prior de São Miguel de Penela, Rui Lopes de Carvalho (Cf. Maria de Lurdes **CRAVEIRO**, *Renascimento em Coimbra - modelos e programas arquitectónicos*, 2002, pp. 296, 297, 474 a 476).

Rui Lopes de Carvalho, cónego da Sé eborense, seria mais tarde nomeado como 2º bispo de Miranda, diocese à frente da qual permaneceu entre 1555 e 1559, sendo então designado como D. Rodrigo de Carvalho (Cf. Padre António Carvalho da **COSTA**, *Corografia Portuguesa e descrição topográfica do famoso Reyno de Portugal*, 1706, pág. 481).

²⁷⁵ José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 1987, pág. 43.

instâncias, designadamente para a Casa da Rainha. Porém, a documentação conhecida sugere que se tratava de um mestre pedreiro, isto é, que não era o responsável pela concepção dos projectos, apenas os executava.

Portanto, parece pouco provável que Gaspar de Torres possa ser incluído na lista de potenciais autores do projecto da igreja-salão da Luz. Não obstante, nada impede que tenha sido o mestre-de-obras responsável pela sua execução. De facto, tudo indica que se trataria de um indivíduo com capacidade técnica para executar uma igreja-salão, estante no Algarve no início da década de 50 de Quinhentos e, para além disso, com vínculos à região do Alentejo, onde havia grande tradição de construir abóbadas e onde o modelo de *hallekirche* fora ensaiado no final dos anos 40 (1548-50), com a construção de um singular açougue, totalmente abobadado, em Beja.

Teoricamente, parece até exequível que tenha sido próprio Miguel de Arruda a sugerir a adjudicação da obra de Nossa Senhora da Luz à oficina de Gaspar de Torres, mestre pedreiro com quem poderá ter contactado no início da década de 40, período em que é possível que ambos tenham coincidido em Évora. De facto, convirá recordar que Gaspar de Torres é referido como morador nessa cidade em 1542²⁷⁶, numa época em que Miguel de Arruda também aí terá estanciado, trabalhando na igreja e convento da Graça (c.1532-1540) e na igreja do convento do Bom Jesus de Valverde (c.1542)²⁷⁷.

Para além disso, em termos formais, não será descabido recordar que a igreja de Nossa Senhora da Luz apresenta um característico revestimento parietal a imitar cantaria aparelhada (presentemente coberto por cal), recorrendo a uma técnica ornamental quase exclusivamente utilizada na região do Alentejo²⁷⁸, de algum modo sustentando a hipótese de estarmos perante uma obra executada pela equipa do mestre Gaspar de Torres.

Apenas a título de curiosidade, refira-se ainda que, no início do século XVII, uns tais Miguel e Gaspar de Torres são referidos como moradores na freguesia de Nossa Senhora da Luz²⁷⁹. Não se conhece a filiação destes indivíduos, mas será possível que tivessem alguma

²⁷⁶ Cf. Maria de Lurdes **CRAVEIRO**, *op. cit.*, 2002, pág.

²⁷⁷ Cf. Vítor **SERRÃO**, *op. cit.*, 2002, pp. 73 a 75.

²⁷⁸ Joaquim Inácio **CAETANO**, “400 anos a fingir ou os acabamentos nas paredes dos edifícios dos séculos XV e XVI”, in *ARTIS - Revista do Instituto de História da Arte da Universidade de Letras de Lisboa*, nº5, 2006, pp. 138 e 139.

²⁷⁹ Miguel de Torres casou, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, em 1610, com Isabel Rodrigues, filha João da Costa e de Domingas Rodrigues (Cf. **APLT**, *Livro de registo de casamentos (1591-1657)*, fólio 169v). Na mesma freguesia são baptizados, nos anos seguintes, alguns filhos desse casal, a saber: Maria, em 1611, Catarina, em 1618, e Margarida, em 1622 (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fls. 41, 60v e 66).

relação de parentesco com o mestre Gaspar de Torres? Será que o mestre pedreiro assumiu a construção da paroquial de Nossa Senhora da Luz e, depois de terminada a obra, permaneceu na freguesia, aí deixando descendência? Esta hipótese parece, no mínimo, admissível, mas carece de comprovação documental. No entanto, a verdade é que o apelido Torres é bastante raro na região do Algarve²⁸⁰.

Em resumo, e apesar de não existirem documentos que o demonstrem terminantemente, parece admissível que Miguel de Arruda tenha sido o responsável pelo projecto da igreja-salão de Nossa Senhora da Luz, e que o mestre pedreiro Gaspar de Torres (ou eventualmente outro indivíduo com ligações ao estaleiro do convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro) possa ter assumido a execução da obra. Neste caso, as semelhanças formais entre a paroquial da Luz e o convento de Faro poderiam ter resultado de uma pequena alteração (apenas a nível dos elementos decorativos) do projecto original. De facto, mísulas, capitéis e gárgulas são elementos arquitectónicos secundários, e qualquer mestre pedreiro podia adaptá-los ao projecto do edifício, até por opção estética dos encomendadores. Uma vez determinado o projecto, é provável que os encomendadores tenham opinado naquilo que podiam opinar, no que dizia respeito aos aspectos decorativos.

2. ANÁLISE FORMAL

2.1. O EDIFÍCIO

As fontes são unânimes em reconhecer a originalidade e qualidade construtiva da igreja paroquial de Nossa Senhora da Luz. Em 1758, o padre Leal descreve-a como um edifício de três naves, totalmente abobadado, porventura um “*dos melhores templos em proporção de arte*” de quantos existem no bispado²⁸¹. Em 1793, de algum modo secundando o parecer do referido

Fig. 33

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

Fig. 34

Em 1618, foi baptizado na freguesia de Nossa Senhora da Luz, João, filho de Gaspar de Torres e de Isabel Mestra. Alguns anos depois, em 1624, na mesma freguesia, é baptizado Gaspar, identificado como filho do mesmo casal. (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fls. 59v e 68).

²⁸⁰ Não obstante, a verdade é que um argumento semelhante poderia também ser usado para justificar uma hipotética autoria de Miguel de Arruda. De facto, o apelido Arruda é igualmente invulgar na região do Algarve e, em 1611, na paroquial de Nossa Senhora da Luz, vai casar uma tal Beatriz D'Arruda, filha de Domingos Vaz e de Inês D'Arruda, sendo identificada como moradora na freguesia (Cf. **APLT**, *Livro de registo de casamentos*, fólio 171v).

²⁸¹ Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *op. cit.*, 1991, pág. 96.

pároco, o cônsul britânico, em visita à região, vai reafirmar que, em termos arquitectónicos, esta igreja “excede” todas as demais da diocese algarvia²⁸².

Trata-se de um edifício de planta longitudinal, que obedece à tradicional orientação Este-Oeste, constituído por capela-mor, rectangular, corpo de três naves, todas abobadadas e com a mesma altura, e apenas uma torre sineira. Duas sacristias flanqueiam a capela-mor (a Norte e a Sul). A cobertura é em telhado de duas águas na nave, de três na capela-mor, de apenas um nas sacristias e de cúpula na torre.

Fig. 35

No exterior destaca-se sobretudo a volumetria do edifício, de estrutura maciça e coesa, mas também o despojamento das suas fachadas, com luminosas paredes caiadas de branco, enquadrando os três portais quinhentistas, alguns pequenos elementos dispersos em cantaria e um conjunto de nichos de massa. O frontispício é rematado por originais trabalhos de massa, de cronologia tardia, e, no topo de cada uma das fachadas laterais alinha-se uma correnteza de elementos arquitectónicos de nítida inspiração tratadística. Já no interior, sobressai a sóbria monumentalidade do espaço-salão quinhentista, amplo e funcional, desde logo sublinhada pela invulgar altura das esguias colunas que sustentam a abóbada. A espacialidade original mantém-se praticamente intacta e isenta de alterações posteriores. Aqui e ali, elementos arquitectónicos de fábrica manuelina, provavelmente reaproveitados de uma construção anterior, pontuam a estrutura renascentista.

Fig. 36

2.1.1. As fachadas exteriores

Para além dos três portais de cantaria que servem esta igreja, e que serão alvo de uma análise aprofundada mais adiante, convirá começar por descrever e analisar alguns elementos arquitectónicos, e decorativos, que preenchem as quatro fachadas deste edifício, de alvenaria, rebocadas e caiadas de branco.

Fig. 37

Fig. 38

Fig. 39

Fig. 40

A fachada principal é rematada por um conjunto trabalhos de massa, constituído por um corpo semi-circular, em posição central, acompanhado por duas grandes volutas e, nas ilhargas, esguios elementos triangulares. Porém, note-se o actual arranjo da fachada principal deverá ser uma obra tardia, provavelmente datável da 2ª metade do século XIX²⁸³. De facto, tudo indica que os curiosos elementos triangulares colocados nas ilhargas da fachada poderão denunciar já a influência das pirâmides de raiz “*piranesiana*” que Francisco Xavier Fabri, arquitecto neoclássico

Fig. 41

Fig. 42

Fig. 43

²⁸² Cf. Wyndham **BEAWES**, *op. cit.*, 1793, pág. 160.

²⁸³ Provavelmente, este arranjo não terá ocorrido entre 1792 e 1855, período em que a freguesia atravessa grandes dificuldades económicas, sendo anexa à vizinha freguesia de Santo Estêvão. Deste modo, o mais provável é que o arranjo da fachada tenha sido levado a cabo após o restabelecimento da freguesia.

bolonhês, vai utilizar no Arco da Vila, em Faro, ou na fachada da igreja de Santa Maria de Tavira (consagrada em 1800)²⁸⁴. A respeito do arranjo decorativo da fachada principal, José António Pinheiro e Rosa vai afirmar que a composição tripartida do remate da fachada principal terá sido determinada pela “*necessidade de esconder os telhados das naves laterais, independentes do da central*”. Todavia, não há memória, indício documental ou material, que sugira que esta igreja alguma vez apresentou uma cobertura tripartida. Pelo contrário, dir-se-ia até que o actual remate da fachada foi disposto de modo a ocultar um telhado de duas águas. Por outro lado, a decoração da fachada parece reflectir a divisão do espaço interior em três naves, na medida em o remate da fachada principal apresenta um entablamento restringido aos tramos laterais que, grosso modo, corresponde à largura das naves laterais.

Fig. 44

As “*torrinhas*”

Exteriormente, as paredes laterais da nave são rematadas por uma sequência linear de pequenas “*torrinhas*”²⁸⁵, elementos de carácter decorativo constituídos por pedestais de formato quadrangular (tendencialmente cúbicos), com cornija, que são rematados por fogaréus, isto é, por ornatos em forma de chama. Na fachada lateral Norte, devido à presença da torre sineira adossada à parede da nave, existem quinze destas torrinhas, menos uma do que na fachada lateral Sul.

Fig. 45

Estes elementos foram também descritos como “*ameias em forma de pequenas torres*”, mais característicos das “*construções medievais*”²⁸⁶. E, de facto, apesar de não serem os típicos merlões chanfrados, bastante utilizados na arquitectura do tardo-gótico português, sobretudo na região do Alentejo²⁸⁷, a leitura visual é semelhante.

Em muitos casos, este tipo de elementos arquitectónicos foi utilizado para rematar o topo dos contrafortes, como se vê, por exemplo, na matriz alentejana de Safára. Porém, no caso de Nossa Senhora da Luz (que não tem contrafortes), e em que os referidos elementos decorativos assumem um ritmo muito mais espaçado, tudo indica que a analogia com as ameias medievais é a mais apropriada. Não obstante, valerá a pena referir que estes elementos parecem idênticos

²⁸⁴ A respeito da obra de Francisco Xavier Fabri no Algarve, durante a década de 90 do século XVIII, veja-se José Eduardo Horta **CORREIA**, “O significado do mecenato do Bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”, in *Anais do Município de Faro*, nº XXVI, 1995, pp. 89-106.

²⁸⁵ João Baptista da Silva **LOPES**, *op. cit.*, 1988, pág. 373.

²⁸⁶ Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *op. cit.*, 1991, pág. 145.

²⁸⁷ Cf. José Custódio Vieira da **SILVA**, *op. cit.*, 1989, pág. 102.

aos que Sebastiano Serlio representa no seu Tratado *De Architectura*²⁸⁸. De facto, dir-se-ia que se trata da invocação de um sistema decorativo de origem tardo-medieval, mas recriado segundo modelos estéticos de inspiração tratadística.

Fig. 46

Fig. 47

Fig. 48

A capela-mor também é ornamentada por elementos arquitectónicos semelhantes aos utilizados na zona da nave. Não obstante, no caso da nave, os ditos elementos são constituídos por pedestais de formato cúbico (com cornijas mais estreitas do que os da nave) e remates tronco-cónicos, formalmente mais toscos do que os fogaréis que ornamentam a zona da nave. De facto, tudo indica que os ornamentos que rematam exteriormente as paredes da nave e da capela-mor não terão sido executados ao mesmo tempo, o que explicaria as suas assinaláveis diferenças formais.

Os nichos da Via-Sacra

Espalhados pelas quatro fachadas desta igreja existem 11 nichos²⁸⁹, que marcarão as diferentes estações da via-sacra. Em dias específicos, nomeadamente na Quaresma, os fiéis, conduzidos pelo sacerdote, circundariam a paroquial em procissão, detendo-se em cada uma das estações e rezando.

Estes nichos, pouco profundos (com arcos de volta perfeita), apresentam molduras de massa e alguns ainda ostentam pequenos pedestais de cantaria (de formatos diversos). Merece particular destaque o conjunto de três nichos que se abre na parede Norte, com um nicho central de maiores dimensões (encimado por pequena edícula ladeada por volutas e pináculos, também de massa), todos com cruces de pedra assentes sobre pedestais, que é acompanhado por uma inscrição evocativa do encomendador (ESTAS CRUSES SAM DE P^o FRZI C^o)²⁹⁰. Originalmente todos os nichos apresentariam pedestais e cruces de cantaria.

Fig. 49

Praticamente todas as paroquiais da região algarvia apresentam estações da via-sacra, normalmente assinaladas por placas de cantaria com a representação da cruz e a indicação do respectivo número da estação. De facto, a igreja de Nossa Senhora da Luz será das únicas onde a via-sacra é composta por nichos.

Fig. 50

Fig. 51

²⁸⁸ Cf. Sebastiano **SERLIO**, *The Five Books of Architecture*, 1982, fls. 28, 31 e 54.

²⁸⁹ Existem quatro nichos na fachada Oeste (um na parede da torre), dois na Este, um na Sul e quatro na Norte (três agrupados e um na parede da torre).

²⁹⁰ Do ponto de vista decorativo, estas molduras de massa parecem datáveis do século XVIII (sobretudo pelo uso de uma moldura rectangular de ângulos cortados).

Para além disso, tudo indica que o referido encomendador poderá ter sido o alferes Pedro Fernandes Correia, que viveu durante a 2ª metade de Seiscentos (Cf. **APLT**. *Livro de registo de baptismos (1651-1689)*).

Quatro pedras com símbolos marianos

Por último, refira-se ainda a existência de quatro pedras de formato circular, com elementos decorativos associáveis ao culto mariano (nomeadamente um anagrama de Maria e uma estrela) incrustadas no exterior da parede da capela-mor, viradas a nascente. De realçar o impacto visual destes elementos, colocados no topo da parede, perto da cimalha, desde logo sublinhado pelo contraste com o branco da cal. Sublinhe-se o facto de estarem colocados numa parede virada a nascente, perpendicular à estrada que lhe ficava adjacente, garantia que estes elementos se podiam contemplar a alguma distância.

Fig. 52

Estas pedras foram alvo de diversas interpretações. Ataíde de Oliveira entende-as como “*siglas maçónicas*”, contemporâneas da fundação da igreja e eventualmente associáveis aos seus construtores. No entanto, não deixa de mencionar que os símbolos nelas representados materializam a máxima “*Sol in die in nocte Luna vel Stella*”, que o Papa Inocêncio III (1198-1216) associou ao culto mariano, lembrando que a Virgem guia e ilumina os fiéis como o Sol durante o dia e a Lua ou as estrelas na noite²⁹¹.

Do ponto de vista cronológico, e tendo em conta apenas aspectos formais, estas pedras não parecem contemporâneas da igreja renascentista. De facto, os seus elementos decorativos (cordames, boleados e pontas de diamante) parecem denunciar a fábrica manuelina. E, nesse caso, tudo indica que possam ser elementos arquitectónicos reaproveitados. Atendendo ao seu formato e dimensões, é até possível que sejam as antigas pedras de fecho que terão feito parte da abóbada que certamente cobriu a capela-mor da paroquial manuelina. Admitindo que estes elementos, com motivos decorativos directamente associáveis ao culto mariano, provinham da primitiva capela-mor, tudo indica que a sua inclusão na nova construção terá servido desígnios essencialmente simbólicos.

Fig. 53

Ainda no que diz respeito a estas hipotéticas pedras de fecho (e nomeadamente ao facto de serem quatro), convirá sublinhar que, por questões estruturais, as abóbadas eram quase sempre constituídas por um número ímpar de chaves, pelo que não seriam muito comuns as abóbadas constituídas por quatro chaves. Não obstante, a verdade é que existem abóbadas com quatro pedras de fecho construídas na época manuelina. Refiram-se, por exemplo, as abóbadas das capelas colaterais da igreja matriz de Arronches, datáveis da segunda ou terceira décadas de Quinhentos, cujas nervuras formam “*um estranho quadrilátero central*”²⁹². No que diz respeito

²⁹¹ Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *op. cit.*, 1991, pp. 142 a 144.

²⁹² Pedro **DIAS**, *op. cit.*, 1988, pág. 187.

ao Algarve, e igualmente em contexto quinhentista (ainda que pós-manuelino), esse mesmo tipo de abóbada foi utilizado na igreja de São Romão de Alferce (Monchique)²⁹³ e também na capela de Nossa Senhora dos Mártires, sita na igreja matriz de Cacela. Para além disso, valerá a pena sublinhar que, no caso da dita capela de Nossa Senhora dos Mártires, datada de 1586, as quatro pedras de fecho que constituem a abóbada estão decoradas com “*motivos celestes*” (sol, estrela, etc.)²⁹⁴, em tudo semelhantes aos representados nas quatro pedras incrustadas na parede da actual capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Luz, o que reforça a hipótese de que estas também possam ter pertencido a uma antiga abóbada.

O alpendre

Na parede Norte desta igreja, sensivelmente a meia altura, existe um conjunto de oito cachorros de pedra (com os ângulos cortados), que originalmente terão suportado a estrutura de um alpendre de madeira. Provavelmente, apenas a extremidade deste telheiro estaria apoiada sobre colunas de pedra. Note-se, estes alpendres eram muitos comuns, sobretudo nos templos das freguesias rurais.

Fig. 54

2.1.2. A capela-mor

Espaço de planta rectangular, com cerca de 5m de largura e 6,5m de comprimento, coberto por abóbada de nervuras, apoiada em mísulas, que comunica com a nave através de um arco de volta perfeita e com as dependências que o ladeiam (sacristia e casa mortuária) por meio de dois vãos com molduras de cantaria, de fábrica manuelina.

Fig. 55

A cobertura desta capela-mor é constituída por um tipo de abóbada nervurada muito característico, constituído por três pares de nervuras, formando uma cruz em aspa (com braços que arrancam dos suportes nos ângulos das paredes, cruzando-se no centro) e um losango (cujos vértices assentam no ponto intermédio do remate de cada um dos panos murais)²⁹⁵. Mário

Fig. 56

²⁹³ Cf. Manuel Francisco Castelo **RAMOS**, “Decoração manuelina na região de Silves (séculos XV-XVI)”, suplemento da *Revista Xelb*, nº 3, s.d., pág. 88.

²⁹⁴ Sofia Manuel Raimundo **GOMES**; *A igreja matriz de Cacela*, 2006, pp. 53 e 54.

²⁹⁵ Segundo Mendes Atanázio, as abóbadas nervuradas quinhentistas são constituídas por três tipos de nervuras: as designadas diagonais, ou nervuras primárias, que partem dos quatro suportes dos vértices, cruzando-se na chave; os liernes, que partem da chave principal, formando uma cruz; e os terciarões, conjuntos de nervuras secundárias que, depois de se encontrarem com os liernes num bocete, se dirigem para os suportes (Cf. M.C. Mendes **ATANÁZIO**, *op. cit.*, 1984, pág. 119). Segundo esta

Tavares Chicó vai catalogar este modelo específico de abóbada como pertencendo ao conjunto de abóbadas de nervuras utilizadas nos “*monumentos renascentistas*” de Portugal continental e ultramarino²⁹⁶. Curiosamente, dentro do universo das igrejas-salão pós-manuelinas, este tipo de abóbada de nervuras (constituída por uma cruz em aspa e um losango) só volta a ser utilizado na Sé de Portalegre (onde cobre as naves laterais), na Sé Leiria (em duas capelas laterais imediatamente abaixo do transepto) e na Sé de Miranda do Douro (em duas divisões que ladeiam as capelas colaterais), ou seja, apenas nas catedrais.

A estrutura da abóbada é complementada por quatro bocetes, colocados no cruzamento das nervuras, totalmente preenchidos por motivos florais estilizados, uma pedra de fecho, com uma singular representação floral (constituída por diversos níveis), e quatro mísulas, localizadas nos ângulos da estrutura. A partir da dita pedra de fecho (central), a decoração vai estender-se às nervuras, mediante ornatos florais alongados.

Fig. 57

Fig. 58

Fig. 59

Como já foi referido, a comunicação entre a capela-mor e as divisões que a flanqueiam processa-se através de duas portas de cantaria, fronteiras uma à outra. Apesar de formalmente distintas, estas portas, com molduras chanfradas, não negam a sua fábrica manuelina, sendo a do lado do Evangelho trilobulada e a da Epístola pentalobulada. Estes dois vão ter pertencido à primitiva igreja manuelina e, portanto, tudo indica que serão datáveis da 1ª década da centúria de Quinhentos.

Fig. 60

Fig. 61

O pavimento da capela-mor encontra-se ligeiramente mais elevado do que o da nave e, para além disso, adossada à parede testeira da capela-mor, em frente ao altar-mor, existe uma plataforma de formato rectangular, à qual se acede mediante três degraus de cantaria, sobre a qual assenta a mesa de altar e o retábulo. Há, portanto, um escalonamento progressivo, que tem como objectivo dar maior destaque à zona do altar.

O arco da capela-mor é constituído por dois pedestais paralelepípedicos, sobre os quais assentam pilastras e o arco propriamente dito, de volta perfeita. No remate existe uma única mísula (sem funções estruturais), que exhibe uma característica decoração escavada (côncava e segmentada), e é rematada, na parte inferior, por um motivo floral (vegetalista?). Curiosamente, esta mísula, formalmente distinta de todas as demais que existem neste edifício, é bastante semelhante às que se podem encontrar em algumas zonas do claustro do convento de Nossa Senhora Assunção de Faro.

Fig. 62

Fig. 63

terminologia, a abóbada da capela-mor da paroquial da Luz de Tavira é constituída por duas diagonais, em aspa, e um losango formado pelos terciarões, sem lierne.

²⁹⁶ Cf. Mário Tavares **CHICÓ**, *op. cit.*, 2005, pág. 174.

No arco da capela-mor existiu uma “*primorosa grade de ferro feita à antiga*”²⁹⁷, ocupando toda a largura do vão. Esta grade, que física e simbolicamente separava a capela-mor da nave, já existia em 1600²⁹⁸. Durante as festividades da igreja, e especialmente no dia da Festa do orago (a 8 de Setembro) os oficiais da Fábrica e das demais confrarias da igreja permaneciam do lado de dentro da grade da capela-mor, com suas vestes brancas, que os identificavam no meio da multidão, e aí recebiam as ofertas dos romeiros²⁹⁹. Este gradeamento terá sido retirado após o terramoto de 1755³⁰⁰, mas actualmente ainda são visíveis os pontos em que se ligava com o arco.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

Ver. Apên.Doc.
Anexo 7

Ver. Apên.Doc.
Anexo 16

Fixados nas paredes laterais da capela-mor, em posição simétrica, subsistem ainda dois elementos de suporte, em ferro fundido, dos quais pendiam as correntes de metal que sustinham as “*alâmpadas*” que alumiam este espaço³⁰¹.

Fig. 64

Cronologicamente, e do ponto de vista formal, todos os elementos arquitectónicos que constituem esta capela-mor parecem ser contemporâneos da igreja-salão renascentista, excepto as portas laterais, manuelinas, que serão elementos reaproveitados, provavelmente provenientes da primitiva paroquial.

Por último, sublinhe-se que, do ponto de vista estrutural, a capela-mor não parece estar perfeitamente alinhada com a nave, situação exteriormente perceptível através de análise de fotografia aérea do edifício e que, no interior, se traduziu em dificuldades em articular o arco da capela-mor com o primeiro par de colunas da nave. Provavelmente, esta pequena desarticulação entre os dois espaços terá resultado do facto de ambos não se terem construído em simultâneo, sendo a edificação da capela-mor ligeiramente anterior à da nave.

Fig. 65

Fig. 66

Fig. 67

2.1.3. A nave

A nave é constituída por um amplo espaço de planta rectangular, com cerca de 12,9m de largura e 20m de comprimento, coberto por abóbadas nervuradas. Comunica com a capela-mor, que lhe fica a Nascente, por meio de um arco de volta perfeita, e com exterior através de três portais, um axial (Oeste) e dois laterais (Sul e Norte).

Fig. 68

²⁹⁷ ANTT, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1367.

²⁹⁸ Cf. APLT, *Livro de registo de Visitas (1599 - 1698)*, fólio s/nº, visitação de 9 de Outubro de 1600.

²⁹⁹ Cf. *Idem*, *Ibidem*, fólio s/nº, visitação de 1 de Abril de 1621.

³⁰⁰ Cf. João Baptista da Silva LOPES, *op. cit.*, 1988, pág. 373.

³⁰¹ O suporte que existia na parede sul, que se encontrava parcialmente quebrado, foi retirado no dia 1 de Abril de 2011.

A nave encontra-se dividida em três naves e quatro tramos, correspondendo a largura das naves laterais a metade da largura da nave central. Do ponto de vista simbólico, a adopção de um sistema de três naves com quatro tramos, determinando a compartimentação do espaço interior da nave num total de doze segmentos, poderá ser entendida como uma alusão, indirecta, aos Apóstolos³⁰². Como é evidente, a correspondência entre o número de naves e de tramos de um edifício, que na prática define o tipo de planta (quadrada ou longitudinal), estará sobretudo relacionada com as necessidades específicas da comunidade a que se destina. Não obstante, simbolicamente, o número doze não deixa de acarretar uma conotação cristológica, intencional ou não.

A cobertura da nave é constituída por abóbadas de nervuras com cruzaria simples³⁰³. As abóbadas das naves laterais apresentam perfil ogival, ao contrário das da nave central, cujo arco é de volta perfeita. A cobertura é sustentada por cinco pares de colunas, altas e esguias, com bases de planta quadrangular e capitéis de ábaco curvo e cálato liso³⁰⁴, sobre os quais assentam os feixes de nervuras, assumindo a característica forma de “palmeira” de pedra. O primeiro par de colunas, imediatamente abaixo da capela-mor e junto ao arco, está parcialmente embutido na parede, e o último, junto ao portal axial, encontra-se adossado à parede Oeste. Junto às paredes laterais, a abóbada arranca a partir de mísulas (iguais entre si, mas formalmente distintas das da capela-mor), recorrendo ao sistema de adintelamento que, visualmente, confere maior unidade ao pano murário.

As chaves das abóbadas das naves são totalmente preenchidas por representações, estilizadas, de motivos florais, formalmente distintos uns dos outros. Estes motivos não parecem obedecer a um programa decorativo predeterminado, revelando um certo gosto pela variedade e liberdade de criação. Apenas três das quatro chaves das abóbadas da nave central apresentam uma orla. Para além disso, nas nervuras das abóbadas da nave é também possível identificar o que parecem ser as marcas distintivas de quatro canteiros, número aparentemente modesto,

Fig. 69

Fig. 70

Fig. 71

Fig. 72

Fig. 73

Fig. 74

³⁰² Cf. Juan Francisco Esteban **LORENTE**, “El control del espacio arquitectónico en las iglesias-salón españolas”, in *Arquitectura religiosa del siglo XVI en España y ultramar*, 2004, pág. 96.

³⁰³ No final do século XVII, em 1698, o visitador dá instruções para que “se conserte a abóbada da igreja por dentro” (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 29 de Maio de 1698).

³⁰⁴ Importará sublinhar que o capitel de ábaco curvo e cálato liso não foi muito utilizado na arquitectura religiosa quinhentista do Algarve. De facto, haverá apenas três edifícios em que foi utilizado este tipo específico de capitel, a saber: no claustro do convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro e nas paroquiais das freguesias de Nossa Senhora da Luz (Tavira) e de São Sebastião de Quelfes (Faro). Nesse âmbito, valerá a pena sublinhar que a adopção deste tipo específico de capitéis na igreja de São Sebastião de Quelfes (c.1565) poderá ter resultado de uma vontade “de fazer o modo da Luz de Tavira” (Isa **MATEUS**, *op. cit.*, 1997/1998, pp. 239 e 242). Não obstante, mesmo admitindo que os capitéis de Quelfes são réplicas dos da Luz, nada garante que estes tenham alguma relação de ascendência com os do convento de Faro, apesar de essa hipótese parecer, no mínimo, admissível.

sobretudo se pensarmos que, no contrato de adjudicação da obra da igreja da Misericórdia de Tavira, lavrado em 1551, o mestre André Pilarte compromete-se a trazer sempre consigo dez oficiais de canteiro³⁰⁵.

A iluminação da zona da nave faz-se através de três frestas rasgadas nos panos murário das paredes laterais (duas viradas a Sul e uma a Norte) e por um óculo, que se abre no frontão do portal axial. Merecerá particular destaque uma das frestas que se abre na parede lateral sul, imediatamente abaixo da capela-mor, por ser de cantaria aparelhada, ao contrário das demais, que são em alvenaria. Ou seja, ao contrário do que seria de esperar, não há uma distribuição simétrica e uniforme das frestas de iluminação que, para além disso, são também formalmente distintas umas das outras.

Fig. 75

Valerá a pena recordar que uma das características do modelo de igreja-salão era criar um espaço isótropo, isto é, uniformemente iluminado³⁰⁶. Nesse sentido, não seria compreensível a aparente falta de organização que presidiu à abertura de frestas na zona da nave. Contudo, é preciso ter em conta que a iluminação do interior se faz essencialmente através do óculo que se abre no portal axial, e não através das referidas frestas, poucas, desigualmente distribuídas e de pequenas dimensões.

Estas frestas serviriam sobretudo para ventilar o interior da igreja. Em 1612, o visitador vai mandar tapar todas as frestas da igreja com rede de arame, ou qualquer coisa que impedisse a entrada das corujas, porque essas aves causavam grande dano nas alâmpadas, nos retábulos e nos altares³⁰⁷. Curiosamente, a fresta que se abre na parede lateral Norte ainda conserva uma fina rede metálica.

Ver. Apên.Doc.
Anexos 13 e
21

O pavimento da zona da nave é composto por ladrilho de barro cozido (na nave central) e por lajes de cantaria (nas naves laterais). Sobretudo na zona das naves laterais, podem ainda identificar-se algumas pedras sepulcrais com inscrições legíveis. Note-se, no pavimento da nave central terão existido também epígrafes, que se perderam aquando da pavimentação dessa área com ladrilhos³⁰⁸.

Fig. 76

³⁰⁵ Arnaldo Casimiro **ANICA**, *op. cit.*, 1983, pág. 105.

³⁰⁶ Dagoberto **MARKL**, *op. cit.*, 1993, pág. 33.

³⁰⁷ Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 26 de Julho de 1612.

Em 1668, o visitador volta a dar instruções para que se tapem todos “os buracos” e frestas por onde costumam entrar os pássaros, porque estes fazem ninho e criam na igreja, descompondo e sujando os altares (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 13 de Julho de 1668).

³⁰⁸ A colocação de ladrilhos na nave central, substituindo o primitivo lajeamento de cantaria, datará do último quartel do século XX.

Em 1599, o visitador manda igualar as sepulturas que existiam no interior desta igreja³⁰⁹. Portanto, tudo indica que, até ao final do século XVI, havia túmulos que se destacavam dos demais, provavelmente do ponto de vista formal e decorativo. Não obstante, mesmo após essa recomendação, manteve-se a distinção entre covas comuns e sepulturas perpétuas. Note-se, somente os fregueses mais abastados poderiam adquirir as chamadas sepulturas perpétuas (para si e para os seus herdeiros), já que a sua concessão tinha de ser autorizada pelo prelado e acompanhada por uma generosa oferta³¹⁰. As covas comuns, por outro lado, eram reutilizadas passados alguns anos, sendo os ossos depositados no carneiro da igreja³¹¹.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 4

Ver. Apên.Doc.
Anexo 18

O revestimento parietal

Actualmente, todo o interior é caiado de branco. Contudo, em algumas zonas, sob a cal, existem vestígios de um revestimento parietal simulando cantaria aparelhada. Todas as paredes da nave apresentam restos deste revestimento, e é possível que este se prolongasse também pelas abóbadas, apesar de não existirem sinais visíveis nessa zona, nem tampouco na capela-mor. Muito provavelmente, este revestimento parietal será contemporâneo da construção, isto é, quinhentista.

Fig. 77

Este tipo de revestimento, simulando blocos de pedra aparelhada, seria constituído por rectângulos de cor pardacenta ou acastanhada, com textura semelhante à da pedra bujardada, intercalados por juntas claras, de massa mais fina, formando “*um jogo de contrastes cromáticos e de diferenças de planos*”. A técnica consistia na aplicação de uma camada de argamassa no paramento, bem apertada de modo a deixar a superfície lisa e esbranquiçada pelo leite de cal que aflorava à superfície; seguidamente, marcava-se a estereotomia do aparelho, de modo a diferenciar os blocos rectangulares e as juntas e, por último, retirava-se, por raspagem, uma fina camada de argamassa, mas apenas nas zonas correspondentes aos blocos de pedra, deixando as juntas intactas.³¹²

Do ponto de vista estético, a aplicação deste género de revestimento terá conferido às paredes interiores desta igreja um aspecto muito próximo do que se pode observar em algumas

³⁰⁹ Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599 - 1698)*, fólio s/nº, visitação de 1599 (?).

³¹⁰ Cf. D. João de **MELLO**, *op. cit.*, 1554, fólio 61v.

³¹¹ Em Dezembro de 1735, o cardeal Pereira de Lacerda, Bispo do Reino do Algarve, ordena a bênção solene do carneiro da igreja de Nossa Senhora da Luz, onde estavam depositados os ossos dos defuntos da freguesia (Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1702-1802)*, fólio s/nº, visitação de 12 de Dezembro de 1735).

³¹² Joaquim Inácio **CAETANO**, *op. cit.*, 2006, pág. 133.

igrejas alentejanas, nomeadamente no interior das igrejas eborenses de São Francisco e da Sé. Na verdade, valerá a pena sublinhar que, até à data, praticamente só haviam sido identificados vestígios da aplicação desta técnica em construções (religiosas e civis) localizadas na região alentejana³¹³. Deste modo, parece admissível, e até provável, que o revestimento parietal da igreja de Nossa Senhora da Luz possa ter sido executado por uma equipa oriunda do Alentejo, uma vez que só artífices experimentados, com prática nessa arte e domínio da técnica, poderiam assumir uma obra de tal envergadura.

Fig. 78

No Algarve, este tipo de decoração interior terá sido pouco utilizado. Não obstante, para além do caso da paroquial da Luz de Tavira, foi possível identificar mais dois edifícios nos quais subsistem vestígios da aplicação de um revestimento parietal semelhante, a saber: na sacristia da Sé de Faro³¹⁴ e numa das capelas laterais da igreja do extinto convento de São Francisco de Tavira. Ainda assim, os dois casos identificados dizem respeito a espaços relativamente exíguos (uma sacristia e uma capela lateral), pelo que a igreja de Nossa Senhora da Luz não deixa de configurar um caso excepcional no contexto algarvio³¹⁵.

Fig. 79

A aplicação de um revestimento a imitar pedra aparelhada estará sobretudo relacionada com a vontade de nobilitar o edifício. Na opinião de Joaquim Inácio Caetano, a aplicação deste tipo de técnica de imitação (que não resultava da falta de materiais ou de recursos financeiros), reflectia uma atitude estética intencional, segundo a qual já não era o objecto representado que era importante, “*mas a própria capacidade de imitar*”, de algum modo evidenciando uma *moda* ligada ao conhecimento da arquitectura erudita³¹⁶.

Não se sabe quando é que este revestimento parietal foi coberto com cal. Não obstante, é possível que ainda existisse no início do século XVIII. De facto, em 1716, descrevendo este

³¹³ Estão identificados vestígios de revestimentos parietais a imitar estereotomia da pedra nos seguintes locais: Sé de Elvas e capela da Ajuda (também em Elvas), Casas Pintadas de Vasco da Gama, Palácio dos Condes de Basto, Palácio dos Duques de Cadaval, casa na Rua Conde da Serra de Tourega, casa na Rua Vasco da Gama, igreja de São Tiago, igreja de São Francisco e convento do Bom Jesus de Valverde, em Évora, casa em Graça do Divor, capela de Santa Luzia em Pedrógão do Alentejo, ermida de Santa Clara na Vidigueira, ermida de São Neutel em Vila Nova da Baronia, ermida de Nossa Senhora do Socorro do Carvalhal, quinta em Vila Verde dos Francos, ermida de São Pedro em Viana do Alentejo, ermida de São Faraústio em Oriola, igreja de São Jordão em Torre de Coelheiros, ermida de São Brás em Portel e, fora da região alentejana, no Palácio da Vila, em Sintra (Cf. Joaquim Inácio **CAETANO**, *op. cit.*, 2006, pp. 138 e 139).

³¹⁴ Do ponto de vista estético, o revestimento parietal da sacristia da Sé de Faro seria tão eficaz que, em 1554, os visitantes da Ordem de Santiago vão descrevê-la como tendo “*paredes de canteria*” (Francisco **LAMEIRA** e Maria Helena **SANTOS**, *op. cit.*, 1988, pág. 47).

³¹⁵ Atendendo à especificidade desta técnica decorativa, e à raridade com que foi utilizada na região do Algarve, parece até admissível que os três casos identificados possam ter sido executados pela mesma equipa de artífices.

³¹⁶ Joaquim Inácio **CAETANO**, *op. cit.*, 2006, pág. 141.

edifício, Frei Agostinho de Santa Maria afirma tratar-se de uma igreja “*toda de cantaria*”³¹⁷, talvez referindo-se ao revestimento ornamental das suas paredes interiores que, de facto, simularia um aparelho de cantaria aparelhada.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 36

A pia baptismal

Esta pia baptismal está localizada num dos cantos da nave, junto ao portal axial, do lado do Evangelho. Assenta sobre coluna de fuste liso, constituída por dois registos separados por um anel simulando corda. A base é de formato circular, e decorada com elementos tipo escama, dispostos em dois níveis sobrepostos. Recentemente, o espaço em torno da pia baptismal foi delimitado por duas grades de ferro forjado.

Fig. 80

O formulário decorativo utilizado denuncia a fábrica manuelina. Provavelmente, esta pia baptismal fez parte da primitiva paroquial da freguesia e, portanto, datará da 1ª década do século XVI. Será a mesma que, em 1680, o visitador manda consertar, porque deixava ir alguma água para fora³¹⁸.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 26

As pias de água benta

A igreja de Nossa Senhora da Luz apresenta um total de quatro pias de água benta, todas localizadas na zona da nave. Estes elementos diferem entre si no que respeita à provável cronologia de execução, aos materiais, ao formulário artístico utilizado e no modo como se vão integrar na estrutura do edifício.

A mais antiga será a que se encontra incrustada na parede sul da nave, em articulação com o portal lateral manuelino. É de fábrica manuelina, sendo constituída por um recipiente de forma circular, praticamente isento da parede, facetado, apenas decorado com um característico motivo “*tipo corda*” e o que parece ser um elemento floral no remate inferior. O bocal desta peça está parcialmente quebrado. Provavelmente, será um elemento coevo do portal manuelino, isto é, datável da 1ª década do século XVI.

Fig. 81

Junto ao portal lateral Norte, também incrustada na parede da nave, está outra pia de água benta em mármore branco. O recipiente é constituído por uma meia calote, com decoração lobulada na parte inferior e bocal ornamentado por uma delicada tarja horizontal perlada. Será

Fig. 82

³¹⁷ Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, *op. cit.*, 1716, pág. 417.

³¹⁸ Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólho s/nº, visitação de 24 de Janeiro de 1682.

datável de meados da centúria de Quinhentos, tal como o confinante portal renascentista, com o qual se articula.

A terceira pia de água benta desta igreja encontra-se acoplada a uma das colunas da nave (a penúltima antes de chegar ao portal axial, do lado da Epístola), a qual abraça em todo o perímetro. O receptáculo assume a forma de uma bacia, e encontra-se mais ou menos à altura de uma pessoa de estatura mediana. Como é óbvio, é contemporânea da construção do templo. Valerá a pena sublinhar que, no universo da arquitectura religiosa quinhentista do Algarve, não é muito comum a tipologia de pias de água benta integradas em colunas. De facto, apenas foi possível identificar dois outros exemplos: na matriz de Alcoutim e na paroquial de São Sebastião de Lagos (mas é admissível que existam outros).

Fig. 83

Fig. 84

Por último, refira-se ainda a existência de uma quarta pia de água benta, actualmente colocada junto ao portal axial da igreja, no lado da Epístola. Trata-se de uma peça móvel, em cantaria, constituída por três elementos: uma base quadrangular de pedra calcária, uma coluna de fuste liso, em mármore negro eivado de branco³¹⁹, e um recipiente circular, em forma de bacia, também em calcário.

Fig. 85

2.1.4. A torre sineira

Torre sineira, de planta quadrangular, acoplada à parede norte do edifício e integrada na fachada principal da igreja. Esta torre apresenta dois registos, sendo o primeiro composto por um corpo delimitado por cunhais de cantaria aparelhada. A parte superior da torre é constituída por quatro arcos sineiros idênticos (um em cada alçado), com molduras de massa, e é rematada por cornija, quatro pequenos pináculos e cúpula. Para além de dois sinos de bronze³²⁰, a torre conta também com um relógio, na parede oeste, o qual foi construído pela casa “A Boa Construtora”, de Almada, e inaugurado no dia 4 de Novembro de 1928³²¹.

Fig. 86

Fig. 87

³¹⁹ É provável que esta coluna de mármore negro, eivado de branco, seja um elemento arquitectónico reaproveitado, porventura proveniente dos terrenos da antiga cidade luso-romana de Balsa. De facto, na área da estação arqueológica de Balsa têm sido encontrados numerosos fragmentos de elementos executados no mesmo exótico material.

Valerá a pena recordar que, até ao século XIX, uma antiga ara romana, encontrada por volta de 1750, nos terrenos da freguesia, onde outrora se ergueu a cidade de Balsa, foi utilizada como plinto do púlpito da igreja de Nossa Senhora da Luz. (Cf. Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *op. cit.*, 1991, pág. 67)

³²⁰ No início do século XX, existiam na torre dois sinos: um grande, com a data de 1895, e outro pequeno, com a data de 1736 (Cf. Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *op. cit.*, 1991, pág. 149).

³²¹ Este relógio ostenta no mostrador as iniciais M.F.C., que identificam o fabricante, Manuel Francisco Cousinha, proprietário da fábrica “A Boa Construtora”, com sede em Almada. **ADF**, *Jornal Correio do Sul*, edições de 28 de Outubro e de 11 de Novembro de 1928.

A mais antiga referência documental à torre desta igreja data do início do século XVII, e dá conta de obras levadas a cabo por ocasião da compra de um novo sino. De facto, em 1607, o visitador mostra-se preocupado com as dimensões do sino que os membros da Fábrica estavam determinados em comprar, aconselhando-os a adquirir um de menor grandeza, na sua opinião mais adequado ao tamanho da torre, para que não tivesse detrimento o edifício³²². Contudo, as recomendações não terão sido levadas em conta e, em 1609, o mesmo visitador vai ser obrigado a autorizar a abertura de uma janela acomodada ao novo sino, para que este se pudesse correr sem perigo de tocar na parede e se quebrar³²³.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 11

Ver. Apên.Doc.
Anexo 12

Em 1755, como consequência do terramoto de 1 de Novembro, parte da torre da igreja (provavelmente toda a metade superior) terá ruído³²⁴. Em 1758, a torre estava já parcialmente reparada, com excepção do remate, “*por ser difícil aos artífices, e custoso em a porem no estado antigo*”.³²⁵ E, de facto, terá permanecido inacabada por muito tempo. Numa imagem publicada na edição original da *Monografia da Luz de Tavira* (1913), pode ver-se a torre ainda sem a actual cúpula, que só terá sido erigida no final da 3ª década do século XX³²⁶.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

Fig. 88

Mas como seria a torre antes do terramoto que a destruiu? Segundo um relato anónimo (provavelmente datável de 1756), o referido cataclismo teria causado a queda do “*zimbório da Torre da Igreja*”³²⁷. Admitindo que o autor utiliza correctamente o termo zimbório (o que parece admissível), concluí-se que, em meados do século XVIII, o remate da torre seria constituído por uma estrutura arquitectónica relativamente complexa, mas possivelmente tardia. De facto, o mais provável é que, originalmente, a torre apresentasse uma terminação piramidal (telhada ou não), tipologia comumente utilizada durante o século XVI. Seja como for, é pouco provável que o remate original fosse constituído por uma cúpula, estrutura arquitectónica que se usava para representar a abóbada Celeste e que, por isso mesmo, era sobretudo colocada sobre as capelas com altar de missa ou eventualmente nos cruzeiros³²⁸.

Em 1758, o pároco Leal informa que esta torre era formada com tal arte que, “*lançando-se de cima uma lança, cairia em baixo sem se embaraçar no feitio do mesmo caracol*”³²⁹. Ou

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

Não se sabe em que data foi adquirido, mas já existia em 1912.

³²² Cf. **APLT**, *Livro de Registo de Visitas (1599 - 1698)*, fólio s/nº, visitação de 19 de Novembro de 1607.

³²³ Cf. **Idem**, *Ibidem*, fólio s/nº, visitação de 12 de Junho de 1609.

³²⁴ Cf. **ANTT**, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1370.

³²⁵ Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *op. cit.*, 1991, pág. 96.

³²⁶ Cf. Francisco **LAMEIRA**, *op. cit.*, 2001 (desdobrável).

³²⁷ Alberto **IRIA**, *op. cit.*, 1996, pág. 75.

³²⁸ Cf. M.C. Mendes **ATANÁZIO**, *op. cit.*, 1984, pág. 83.

³²⁹ **ANTT**, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1368.

seja, tudo indica que o corpo da torre terá resistido ao terramoto (e talvez mantenha ainda a original estrutura quinhentista). Originalmente esta torre comunicava com a igreja através de uma porta (hoje entaipada) que se abria na parede da nave, junto à pia baptismal. Pelo menos desde o princípio do século XX, o acesso faz-se através de uma porta existente numa das paredes da própria torre (virada a nascente).³³⁰

2.1.5. Sacristia e anexos

A capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Luz é ladeada por duas dependências de planta rectangular, adossadas às suas paredes laterais e ao topo da nave. A comunicação entre estes compartimentos e a capela-mor faz-se através de duas portas com molduras manuelinas. A Norte encontra-se a sacristia e a Sul a casa mortuária. Ambas têm dois pisos, mas o segundo piso da actual sacristia só terá sido construído no século XX.

A sacristia quinhentista terá funcionado originalmente na dependência onde agora se encontra a casa mortuária. De facto, em 1726, o visitador manda retirar da então sacristia uma escada de madeira que se utilizava para aceder à Casa da Fábrica, porque a mesma estorvava os sacerdotes³³¹, dando instruções para que se construísse uma nova escada, pela banda de fora da igreja, para que assim se pudesse aceder à dita Casa da Fábrica a partir do exterior. A obra terá sido efectivamente executada, uma vez que no topo nascente da actual Casa mortuária existe uma estreita escada de alvenaria que permite o acesso ao piso superior³³². Tendo em conta que este documento certifica que sobre a sacristia existia outro aposento, a chamada Casa da Fábrica (onde se reuniam os membros das confrarias da igreja), e que, nessa data, apenas a dependência localizada a sul da capela-mor apresentaria dois pisos, pode então concluir-se que era nessa divisão que funcionava a sacristia. Para além disso, a construção apresenta um característico duplo beirado em massa (elemento decorativo sobretudo utilizado durante os séculos XVI e XVII), que parece testemunhar a sua antiguidade. Provavelmente, será a mesma

Fig. 89

Ver. Apên.Doc.
Anexo 37

Fig. 90

³³⁰ Cf. Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *op. cit*, 1991, pág. 149.

³³¹ Cf. **APLT**, *Livro de Registo de Visitas (1702-1802)*, fólio s/nº, visitação de 8 de Dezembro de 1726.

³³² Originalmente, esta escada de alvenaria, que dava acesso ao piso superior da sacristia quinhentista, terá sido simplesmente adossada à parede exterior da dita sacristia, e não comunicava directamente com a igreja. Posteriormente, em data que não é possível precisar, a zona da escada terá sido coberta, e fechada ao exterior, abrindo-se então a actual porta de comunicação com o espaço da antiga sacristia.

sacristia que se manda retelhar no final do século XVI³³³ e cujo forro precisava de novo reparo em 1678³³⁴.

Ver. Apên.Doc.
Anexos 4 e 24

Num dos cunhais dessa antiga sacristia, o que está adossado ao corpo da igreja, é ainda possível identificar quatro blocos de cantaria com colunelo adossado ao ângulo, um deles com vestígios de um remate. Tudo indica que se tratam de elementos arquitectónicos reaproveitados, uma vez que se encontram formal e fisicamente desligados uns dos outros. Provavelmente, são elementos provenientes da antiga paroquial manuelina, reaproveitados aquando da edificação da nova sacristia.

Fig. 91

No interior, incrustado na parede (sul), existe um lavatório de cantaria, provavelmente o mesmo que, em 1621, o visitador manda remendar com betume, e que os padres utilizavam para purificar as mãos³³⁵. Para além de ser o espaço onde os sacerdotes se paramentavam, era na sacristia que se guardava, em potes especialmente adquiridos para o efeito, todo o azeite que se utilizava nas “*alâmpadas*” da igreja³³⁶.

Fig. 92

Ver. Apên.Doc.
Anexo 16

Ver. Apên.Doc.
Anexo 13

2.1.6. O portal manuelino

Portal de fábrica manuelina, localizado na parede lateral (Sul) da nave. Em termos compositivos, este portal é constituído por quatro pares de colunelos (três lisos e um torso), com base prismáticas, capitéis e arquivoltas que se prolongam pelo arco. Os dois pares de colunelos de dentro formam um arco abatido, o qual é enquadrado por um arco canopial formado a partir dos dois colunelos exteriores, entre os quais se vai desenvolver um friso contínuo, totalmente preenchido por representações de parras e cachos de uvas (motivos que se desenvolvem pelos capitéis). O conjunto é rematado por um florão e por um característico elemento decorativo em forma de tronco esgalhado (*astwerk*).

Fig. 93

Fig. 94

Fig. 95

Entre as duas arquivoltas do arco canopial vai desenvolver-se um friso contínuo, com a representação de um pé de videira, com as respectivas parras e cachos de uvas³³⁷, elementos vegetalistas de notável pendor naturalista, aproximando-se mesmo do hiper-realismo. Valerá a pena sublinhar o grau de rigor das representações das parras, que vai ao ponto de distinguir as páginas inferiores e superiores das folhas. Não é possível afirmar que esta distinção comporte

Fig. 96

³³³ Cf. **APLT**, *Livro de Registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/n, visitação de 1599.

³³⁴ Cf. **Idem**, *Ibidem*, fólio s/n, visitação de 24 de Junho de 1678.

³³⁵ Cf. **APLT**, *Livro de Registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/n, visitação de 1 de Abril de 1621.

³³⁶ Cf. **Idem**, *Ibidem*, fólio s/n, visitação de 26 de Julho de 1612.

³³⁷ É possível identificar 38 cachos de uvas e um total de 53 parras, das quais 33 exibem a página inferior da folha e 20 a superior.

uma leitura simbólica mas, de um modo geral, as parras que exibem as páginas superiores das folhas estão representadas na parte superior do portal, isto é, no arco, limitando-se as demais à zona das ombreiras. Refira-se ainda que no arranque deste friso, junto à base dos colunelos, foram representados elementos que simulam trabalhos de cestaria, numa clara alusão ao processo da vindima.

Do ponto de vista da simbólica cristã, e no que respeita ao portal em causa, o recurso às colunas torsas (também designadas como salomónicas) constituirá uma tentativa de associação alegórica (de resto frequente na arquitectura manuelina) com o Templo de Salomão, assim como a representação de parras e cachos de uvas estará directamente relacionada com o vinho e com mistério da Eucaristia³³⁸. Contudo, convirá recordar que a vinha era uma das principais culturas agrícolas da freguesia de Nossa Senhora da Luz e, nesse sentido, a representação de cachos de uvas e cestos de vime poderá ainda comportar um simbolismo de carácter profano (resultante das especificidades socioeconómicas da freguesia), que teria agradado particularmente aos seus paroquianos³³⁹. De resto, supõe-se que alguns portais executados durante o período manuelino serão réplicas de decorações e estruturas efémeras, nomeadamente de arcos triunfais erguidos por ocasião de festividades locais³⁴⁰.

Na opinião de Pedro Dias, este “*magnífico portal naturalista*” poderá ter sido executado por volta de 1510³⁴¹. Vítor Serrão, por outro lado, considera-o mais tardio, datando-o de cerca de 1520-1525³⁴².

Ambas as hipóteses parecem ser válidas. Não obstante, admitindo que a freguesia de Nossa Senhora da Luz terá sido instituída nos primeiros anos do século XVI (uma vez que já existia em 1514³⁴³), e tendo em conta que não poderia existir freguesia sem uma igreja paroquial, o mais provável é que este portal tenha feito parte da original paroquial manuelina, mais tarde substituída pelo actual edifício. Nesse âmbito, a cronologia avançada por Pedro Dias, que data este portal da 1ª década de Quinhentos, parece a mais exequível das duas. De facto,

³³⁸ A videira era também entendida como “*uma árvore messiânica, sinal de regeneração dos homens e do mundo, instrumento do seu castigo, símbolo protector e igualmente atributo régio*” (Isa **MATEUS**, *op. cit.*, 1997/1998, pp. 246 e 247).

³³⁹ Referira-se que, até há poucos anos, numa casa de quinta localizada no sítio de Estiramantens, na fronteira entre as freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão, esteve em exposição um fragmento de cantaria (ombreira de porta?), de fábrica manuelina, com representações de cachos e parras de uvas, formalmente muito semelhantes aos que se podem observar no portal manuelino da igreja da Luz (Cf. Manuel Francisco Castelo **RAMOS**, *Vãos arquitectónicos do tardo-gótico algarvio - Apêndice fotográfico*: figura 303, 1986, pág. s/n).

³⁴⁰ Cf. M.C. Mendes **ATANÁZIO**, *op. cit.*, 1984, pp. 51 e 52.

³⁴¹ Pedro **DIAS**, *op. cit.*, 2009, pág. 134.

³⁴² Cf. Vítor **SERRÃO**, *op. cit.*, 2003, pág. 223.

³⁴³ Cf. Arnaldo Casimiro **ANICA**, *op. cit.*, 1993, pág. 20.

atendendo à cronologia de criação da freguesia, e sobretudo às características estruturais da actual igreja (renascentista), tudo indica que este portal é um elemento arquitectónico reaproveitado, talvez o antigo portal axial da paroquial manuelina.

Em termos de autoria, Vítor Serrão levanta a hipótese de se tratar de uma obra de André Pilarte, porventura a primeira que o mestre algarvio realizou ao regressar à sua Távira natal depois de trabalhar no estaleiro de Santa Maria de Belém, em Lisboa³⁴⁴. Convirá recordar que a presença do pedreiro algarvio no estaleiro lisboeta de Santa Maria de Belém, integrando equipas lideradas por João e Diogo de Castilho, está documentada a partir de Janeiro de 1517, e ter-se-á prolongado, no mínimo, até Março de 1519. Porém, pelos motivos atrás explanados, não parece admissível que, do ponto de vista cronológico, este portal possa ser tão tardio. Para além disso, este portal não se assemelha, nem em termos compositivos nem do ponto de vista decorativo, a nenhuma das obras que documentalmente, ou por analogia, se atribuem à oficina de André Pilarte. Por último, parece pouco provável que, em plena década de 20, depois de trabalhar no referido estaleiro lisboeta, sob a direcção dos irmãos Castilhos, o mestre pedreiro André Pilarte ainda utilizasse um formulário decorativo naturalista como o que se observa no portal manuelino da Luz.

De facto, objectivamente, não é possível avançar com uma proposta de autoria para este portal. Porém, atendendo à qualidade técnica da execução e sobretudo à originalidade e riqueza do seu esquema compositivo, sem paralelo no sotavento algarvio³⁴⁵, parece pouco provável que tenha sido realizado por uma oficina local. Eventualmente, o responsável pela execução deste portal poderá ter sido um dos pedreiros que passaram pelo Algarve, nas primeiras décadas do século XVI, a caminho das praças portuguesas do norte de África, e entre os quais se contavam, para além da multidão de artífices anónimos, alguns dos principais mestres da época. Convirá recordar que é no porto de Távira que, em 1511, vai embarcar o mestre Francisco Danzilho, com cerca de 300 pedreiros, para trabalhar nas obras de fortificação das praças norte-africanas³⁴⁶, sendo igualmente admissível a passagem por Távira (que era o principal porto de escala para o Norte de África), de mestres como Diogo Boitaca (famoso por integrar elementos torsos nas suas

³⁴⁴ Cf. Vítor **SERRÃO**, *op. cit.*, 2003, pág. 223.

³⁴⁵ No âmbito do Algarve quinhentista, uma solução decorativa similar, ainda que integrada num sistema compositivo completamente distinto, foi utilizada na matriz de Monchique, onde o portal principal é exteriormente envolvido por um toro espiralado que se prolonga desde a base até ao remate. Porém, note-se, o portal de Monchique apresenta um trabalho da pedra mais tosco, de cariz marcadamente popular.

³⁴⁶ Cf. Pedro **DIAS**, *op. cit.*, 2008, pág. 18.

composições) e Sebastião Luís, que supervisionam as ditas obras em 1509 e novamente em 1514.

Particularmente no que diz respeito ao mestre Diogo Boitaca, valerá a pena salientar que foi precisamente de Tavira que D. Manuel I lhe ordenou que se deslocasse a Arzila³⁴⁷, e que no desaparecido claustro do mosteiro das Bernardas de Tavira, fundado em 1509, existiram uns característicos capitéis helicoidais, “*de gosto assumidamente boitaquiano*”³⁴⁸. No seu conjunto, estes elementos parecem sugerir que o dito mestre poderá ter estaciado, e até trabalhado, no termo de Tavira e, nesse caso, não seria totalmente descabido admitir que também pudesse ter executado o portal axial da primitiva paroquial de Nossa Senhora da Luz, que se supõe datável do final da 1ª década de Quinhentos e que ostenta elementos torsos em tudo semelhantes aos que o mestre Boitaca utilizou em algumas das suas obras. Porém, é preciso ter em conta que os ditos elementos não terão sido exclusivamente utilizados por Diogo Boitaca e, portanto, não são suficientes para lhe atribuir a autoria do portal em causa.

Na base deste portal existem ainda dois degraus de cantaria, um dos quais parcialmente ficou coberto em consequência do aterro da zona envolvente à igreja. Numa fotografia antiga, que se supõe datável da década de 60 do século XX, ainda é possível observar o adro de terra batida que existia em frente a esta porta lateral, assim como os ditos degraus que originalmente lhe davam acesso. Em 1795, o bispo manda juntar “*huma pouca de terra ao adro da parte da estrada*”, para que não se arruinassem os seus degraus³⁴⁹.

A porta propriamente dita é constituída por duas folhas de madeira, com almofadas e ornamentos de ferro. Na década de 80 de Seiscentos, o visitador manifesta preocupação com o estado de conservação das portas desta igreja³⁵⁰ e, em 1684, dá mesmo instruções para que se mande consertar e olear “*a porta travessa da parte do mar*”, recomendando também que se actuasse rapidamente, porque nessa ocasião apenas lhe faltavam “*duas ou três almofadas*”, mas se protelassem a obra depois lhes custaria muito mais³⁵¹.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 25 e 27

³⁴⁷ Cf. Bernardo **RODRIGUES**, *Anais de Arzila: crónica inédita do século XVI*, 1915, pp. 26 e 27; José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 1987, pág. 39

³⁴⁸ Cf. Andreia Lopes **FIDALGO**; *O mosteiro das Bernardas de Tavira*, 2008, pp. 43, 44 e 52.

³⁴⁹ **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599 - 1698)*, fólio s/nº, visitaçãõ 7 de Maio de 1795.

³⁵⁰ Cf. **Idem**, *Ibidem*, fólio s/n, visitaçãõ de 7 de Janeiro de 1680 (?).

³⁵¹ **Idem**, *Ibidem*, fólio s/nº, visitaçãõ de 4 de Maio de 1684.

2.1.7. O portal renascentista

Portal lateral na parede norte da nave. Bom exemplar renascentista, de verga recta, com emolduramento do tipo *chambranle*, composto por múltiplas molduras rectangulares³⁵². Segue um modelo muito utilizado em portais de edifícios religiosos, nomeadamente em portais laterais, mas também em vãos de edifícios civis³⁵³. Muito provavelmente, este portal lateral terá sido executado em meados do século XVI.

Fig. 97

Este tipo de emolduramento, geométrico, extremamente rigoroso “*na forma e na minúcia do talhe da pedra*”, materializa na perfeição os valores de simplicidade, regularidade e harmonia típicos de uma obra “*ao romano*”³⁵⁴. Um tipo semelhante de moldura foi utilizado no portal lateral (poente) da Misericórdia de Tavira e também numa janela de sacada de um edifício civil no topo da Rua Nova Pequena³⁵⁵.

Fig. 98

A porta propriamente dita é constituída por duas folhas de madeira, com ornamentos de ferro. Em 1804, esta porta encontrava-se “*mui danificada*”, razão pela qual o bispo ordena a sua imediata reparação³⁵⁶.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 47

2.1.8. O portal maneirista

Portal axial, maneirista, integrado na parede Oeste da paroquial. Em 1758, o pároco da freguesia de Nossa Senhora da Luz descreve este portal como sendo composto por “*uma formosíssima frontaria de pedra lavrada, feita à antiga, composta de ramos, figuras e um remate com seu nicho*”³⁵⁷. José António Pinheiro e Rosa vai classificá-lo como um “*imponente pórtico renascença*” que enche quase toda a frontaria³⁵⁸.

Fig. 99

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

³⁵² Este portal lateral foi quase sempre ignorado pela historiografia. Em 1912, Ataíde de Oliveira, autor da *Monografia da Luz de Tavira*, designa-o como obra “*muito ordinária*” e sem valor algum (Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *op. cit.*, 1991, pág. 96. Porém, em 1990, José António Pinheiro e Rosa vai classificá-lo já como um exemplar “*renascença simples*” (José António Pinheiro e **ROSA**, *op. cit.*, 1990, pág. 59).

³⁵³ Cf. José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 1992, pp. 137 e 138.

³⁵⁴ Rita **MANTEIGAS**, “Vão renascentista”, in *Tavira, patrimónios do mar*, Câmara Municipal de Tavira, 2008, pág. 175.

³⁵⁵ Contudo, note-se, os referidos portais apresentam cornija saliente, o que não acontece no caso da Luz de Tavira, e o portal da Misericórdia é ainda rematado por uma vieira.

³⁵⁶ **APLT**, *Livro de Registo de Visitas (1804-1824)*, fólio s/nº, visitação de 1 de Maio de 1804.

³⁵⁷ **ANTT**, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1368.

Na *Monografia da Luz de Tavira*, Ataíde de Oliveira levanta dúvidas quanto à integridade deste portal, sugerindo a hipótese de ter ocorrido uma substituição do corpo inferior que, segundo ele, não parece

Do ponto de vista formal, trata-se de um monumental portal de verga recta, constituído por dois registos. A parte inferior é essencialmente composta por um emolduramento do tipo *chambranle*, formado por molduras rectangulares de perfis diversos, que é enquadrado por pilastras estreitas, assentes sobre pedestais paralelepípedicos, com capitéis jónicos. Sobre o entablamento, também de duplo registo, assenta um frontão triangular de grandes dimensões, cujo tímpano é preenchido por um óculo moldurado. Sobre os segmentos laterais do frontão vão assentar volutas, muito desenvolvidas, que se prolongam através de elementos grafitados (que se repetem no interior do frontão). Nas ilhargas, precisamente no prolongamento das pilastras, foram colocadas dois globos com labaredas, motivos ornamentais de nítida filiação tratadística. Duas gárgulas, uma de cada lado, ladeiam este frontão triangular. O conjunto é rematado por um nicho rectangular (no interior do qual está uma imagem de mármore da padroeira), colocado precisamente sobre o vértice do frontão, encimado por uma concha e a base de um calvário (com um osso e uma caveira).

Fig. 100

Fig. 101

Fig. 102

No âmbito do Algarve, será dos poucos exemplares arquitectónicos que se pode integrar na corrente maneirista. De facto, na opinião de Vítor Serrão, este pórtico, “*muito complexo de desenho*”, constitui mesmo um caso excepcional no universo da arquitectura religiosa algarvia da 2ª metade da centúria de Quinhentos que, como acontece na maior parte do território nacional, vai caracterizar-se por uma constante “*rejeição*” do maneirismo (estilo que só se vai conseguir afirmar nos círculos oficiais)³⁵⁹. Neste âmbito, José Eduardo Horta Correia sublinha a pertinência da “*atitude anti-clássica de colocar sobre o vértice do frontão um nicho rectangular rematado por meia roseta*”³⁶⁰.

Sublinhe-se, para além disso, o pendor clássico que é facultado pela utilização de alguns elementos decorativos de nítida inspiração tratadística, de entre os quais se poderão citar os já referidos globos com labaredas ou, em termos estruturais, a solução adoptada no entablamento (tripartido e escalonado, acompanhado por elementos convexos nas extremidades). De facto, os referidos elementos decorativos, e estruturais, são citações, literais, das gravuras que ilustram o Livro IV do célebre tratado *De Architectura*, de Sebastiano Serlio³⁶¹, traduzido para castelhano

Fig. 103

Fig. 104

Fig. 105

corresponder com a descrição setecentista feita pelo padre Vicente Nunes Leal (Cf. Francisco Xavier de Ataíde OLIVEIRA, *op. cit.*, 1991, pág. 141).

³⁵⁸ José António Pinheiro e ROSA, *op. cit.*, 1990, pág. 58.

³⁵⁹ Vítor SERRÃO, “A arquitectura renascentista algarvia: do modo romano ao Maneirismo”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, 1999, pág. 235.

³⁶⁰ José Eduardo Horta CORREIA, *op. cit.*, 1987, pág.

³⁶¹ Cf. Sebastiano SERLIO, *op. cit.*, 1982, fls. 8 e 58.

em 1552³⁶². Ou seja, garantidamente, o responsável pela concepção deste projecto conhecia o tratado de Serlio. Porém, como quase todos os seus contemporâneos, utilizava-o com alguma liberdade, no fundo mais como um catálogo de elementos decorativos do que como um manual de práticas de construção.

Fig. 106

Fig. 107

No que diz respeito a aspectos cronológicos, e atendendo a critérios de natureza formal, José Eduardo Horta Correia vai situar a execução deste portal entre a do portal principal da Misericórdia de Tavira (1551) e a do portal lateral da Misericórdia de Lagos (1568), afirmando ainda que, com ele, terá terminado a *“campanha joanina de arquitectura religiosa, esgotando-se igualmente o foco taviense de irradiação estilística, em que a figura de André Pilarte parece surgir como principal agente”*. Note-se, a referência a André Pilarte terá toda a pertinência. De facto, este portal axial, o da Misericórdia de Tavira (documentalmente atribuído a Pilarte) e o da matriz de Moncarapacho (também atribuível à oficina pilartiana) mantêm, entre si, um certo *“ar de família”*.³⁶³ Porém, o portal da Luz apresenta características que, do ponto de vista estrutural e compositivo, o diferencia dos demais casos citados. Refira-se, a título de exemplo, o facto de a pórtico da Luz ser rectangular, ao contrário do que acontece na Misericórdia de Tavira ou na matriz de Moncarapacho.

Fig. 109

Fig. 109

Não obstante, convirá lembrar que, originalmente, o portal axial da Luz de Tavira terá estado integrado numa fachada de empena triangular, tal como acontece com os da Misericórdia de Tavira e com o de Moncarapacho, o que acentuaria ainda mais o já referido *“ar de família”* que todas parecem partilhar. De facto, os elementos decorativos que actualmente rematam o portal da Luz, uma concha encimada por uma caveira e um osso, constituiriam a base de um calvário, e sobre eles assentaria uma cruz, rematando todo o conjunto, num esquema em tudo semelhante ao que se pode observar na matriz de Moncarapacho. Prova que o portal da Luz foi encimado por uma cruz de pedra é uma advertência que o visitador vai fazer, em 1651, ordenando que se reponha *“a cruz de pedra que está sobre a abóbada em o frontispício do portal da igreja, donde sempre esteve”*³⁶⁴. Ou seja, tudo indica que este portal parece resultar da eclética combinação de um modelo vernacular, particularmente usado no termo de Tavira, com motivos ornamentais de raiz tratadística.

Fig. 110

Fig. 111

Fig. 112

Ver. Apên.Doc.
Anexo 19

Em termos de autoria, não é possível avançar com nenhuma proposta concreta. Porém, atendendo à originalidade compositiva deste portal, sem paralelo na região do Algarve, é muito

³⁶² Cf. Vítor **SERRÃO**, *op. cit.*, 2002, pp. 53 e 54.

³⁶³ José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 1987, pág. 52.

³⁶⁴ **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 23 de Novembro de 1651; José António Pinheiro e **ROSA**, *op. cit.*, 1990, pág. 59.

provável que se trate de uma obra atribuível a um artista oriundo de outro centro de produção artística, eventualmente até da Corte. De facto, pelo menos no âmbito regional, é difícil encontrar outra obra cujo desenho se possa atribuir à mesma mão.

Ainda no que diz respeito à autoria, valerá a pena referir que numa laje de cantaria, junto à base da ombreira Norte do portal, foram gravados os caracteres “TF”. Sublinhe-se, estas letras foram gravadas numa das lajes sobre a qual assenta directamente a ombreira do portal. Poderão ser as iniciais do seu autor? A verdade é que podem ter sido gravados em qualquer época, por qualquer pessoa e por qualquer motivo. Porém, no futuro, uma nova descoberta poderá dar-lhes significado.

Fig. 113

A porta propriamente dita é constituída por duas folhas de madeira, com bandeira fixa, decoradas com ornamentos de ferro fundido. No intradorso das ombreiras da porta, escavadas na cantaria, existem oito cavidades (quatro de cada lado) onde se encaixavam as vigas de madeira que serviam para trancar as portas da igreja.

Fig. 114

As gárgulas

Um par de gárgulas, formalmente idênticas, ladeia o portal axial da igreja, sensivelmente à altura do remate do frontão. A base de cada um destes elementos arquitectónicos é constituída por um enrolamento, o qual é rematado por um ser híbrido, com corpo alado e cabeça de leão³⁶⁵. Do ponto de visto simbólico, o leão alado foi sempre uma representação popular na arquitectura religiosa. Os bestiários medievais identificavam o leão como um animal com dupla natureza, “*símbolo do Mal, mas também de Cristo e da Igreja*”, e o facto de ser alado serve para reforçar ainda mais a sua condição celestial.

Fig. 115

Fig. 116

O uso de gárgulas nos edifícios religiosos quinhentistas da região algarvia é, no mínimo, invulgar. Não obstante, há exemplares destes elementos arquitectónicos, datáveis da centúria de Quinhentos, nos termos de Silves (Sé, igreja da Misericórdia e ermida de Nossa Senhora dos Mártires), Faro (claustro do convento de Nossa Senhora da Assunção)³⁶⁶ e Tavira (paroquial de Nossa Senhora da Luz e igreja de Nossa Senhora das Ondas). Neste conjunto, sobressaem as

³⁶⁵ A identificação do animal baseia-se no semblante felino da figura e na existência de pregas que se prolongam pelo pescoço e peito, aparentemente figurando uma juba.

³⁶⁶ No termo de Silves, mais precisamente na Sé e na ermida de Nossa Senhora dos Mártires, é possível identificar um pequeno conjunto de gárgulas executadas durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521). Mais tardias, provavelmente do reinado de D. João III (1521-1557), serão as gárgulas da Misericórdia de Silves e as do claustro do convento de Nossa Senhora da Assunção, em Faro. (Cf. Catarina **BARREIRA**, *Gárgulas: representações do feio e do grotesco no contexto português - séculos XII a XVI*, 2010, pp. 399, 405 e 671 a 679)

óbvias semelhanças que se podem estabelecer entre as gárgulas da paroquial da Luz e as do claustro de Nossa Senhora da Assunção, que parecem obedecer a um modelo compositivo comum, em que uma base constituída por enrolamento é rematada por um corpo alado e uma cabeça animalesca. Contudo, não obstante os paralelos que se possam estabelecer, é manifesto que as gárgulas do claustro fareense, integradas num complexo programa iconográfico, resultam de uma linguagem mais erudita. Seja como for, a presumível utilização de um mesmo modelo, sobretudo num universo tão restrito, poderá sugerir a existência de uma relação de ascendência entre as gárgulas do convento fareense e as da paroquial da Luz.

Note-se, na prática, estas gárgulas desempenham actualmente funções de “*quimera*”, termo que geralmente designa uma figura híbrida, e que, neste contexto, pode ser utilizado para designar uma peça escultórica figurativa que desempenha funções meramente decorativas. Não obstante, o canal escavado ao longo da face superior destas peças, ao jeito de calha, sugere que, para além de servir desígnios ornamentais, elas desempenharam também funções práticas, facilitando o escoamento das águas provenientes da cobertura. Porém, na sua posição actual, estas gárgulas não desempenham essa função. Para além disso, no que respeito à disposição, as gárgulas eram normalmente colocadas nas fachadas laterais ou nas frontarias, mas inseridas em contrafortes ou platibandas, de modo a afastar a água das chuvas das paredes e das fundações³⁶⁷. A sua articulação com um portal axial, como acontece na igreja de Nossa Senhora da Luz é, no mínimo, inusitada. Portanto, tudo indica que se tratem de elementos arquitectónicos reaproveitados³⁶⁸.

Admitindo que se tratam de elementos reaproveitados, e uma vez que, do ponto de vista estético, estas gárgulas parecem contemporâneas da actual igreja renascentista, qual poderá ter sido a sua localização original? Tendo em conta que o templo tinha um telhado de duas águas (escoando as águas da chuva para as ilhargas), é pouco provável que estivessem integradas na frontaria principal. De facto, o mais provável é que tenham feito parte da original torre dos sinos, que terá caído com o terramoto de 1755, o único elemento estrutural de origem quinhentista que já não existe. A integração de gárgulas em torres sineiras não é muito comum, mas existem exemplos dessa prática, nomeadamente nas torres das igrejas da Colegiada de Nossa Senhora

³⁶⁷ Cf. Catarina **BARREIRA**, *op. cit.*, 2010, pp. 117 a 119.

³⁶⁸ De facto, a colocação de uma das gárgulas (a do lado do Evangelho) implicou mesmo a mutilação de um dos ornamentos do portal axial, o que parece comprovar que os dois elementos não estavam originalmente associados.

da Oliveira (Guimarães), Nossa Senhora da Pópulo (Caldas da Rainha), São João Baptista (Tomar) e na matriz da Golegã³⁶⁹.

A imagem de Nossa Senhora (da Luz)

Esta imagem da Virgem está colocada no interior de um nicho, de formato rectangular, imediatamente acima do frontão do portal axial da igreja. Trata-se de uma escultura em mármore branco (com cerca de 0,5 m de altura e uns 30 cm de largura máxima), representando Nossa Senhora (de cabeça descoberta, expressão serena, olhos grandes e expressivos) com o Menino ao colo. Tudo indica que esta imagem é contemporânea do dito portal e, portanto, datável da 2ª metade do século XVI.

Fig. 117

Porém, em 1758, ao referir-se ao portal principal da igreja de Nossa Senhora da Luz, o Padre Vicente Nunes Leal afirma que o mesmo apresenta um “*remate com seu nicho, onde está uma formosa Imagem de N. Senhora da Luz, feita de pedra jaspe*”³⁷⁰. Note-se, o pároco descreve a imagem colocada no referido nicho como sendo feita de jaspe, material pétreo cujos tons variam entre o vermelho e o cinzento. Porém, como já foi referido, a imagem que hoje em dia remata o portal axial da igreja é de mármore branco. Será que o padre Leal cometeu o erro de confundir jaspe com mármore? Parece pouco provável.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

Analisando com mais cuidado a imagem em causa, torna-se evidente que, em termos de dimensões, há um desfasamento entre o nicho e a imagem propriamente dita, sendo esta manifestamente mais pequena do que deveria ser tendo em conta o espaço disponível, problema que se terá procurado atenuar acrescentando-lhe um pedestal adicional³⁷¹. Para além disso, do ponto de vista iconográfico, a imagem exposta no dito nicho não apresenta os atributos habitualmente associados a Nossa Senhora da Luz, nomeadamente o braço direito distendido, segurando uma vela. Perante estes factos, tudo indica que esta não é a imagem descrita pelo padre Leal em 1758.

Fig. 118

Porém, admitindo que esta imagem não pertenceria originalmente a este local, de onde poderá ter vindo? Terá sido encomendado pelos fabriqueiros de Nossa Senhora da Luz, já após 1758? Parece pouco provável, sobretudo porque as dimensões da imagem não se adaptam ao tamanho do nicho. Valerá a pena recordar que nesta freguesia, na ermida de Nossa Senhora do

³⁶⁹ Cf. Catarina **BARREIRA**, *op. cit.*, 2010, pág. 119.

³⁷⁰ Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *op. cit.*, 1991, pág. 96.

³⁷¹ Em termos formais, este pedestal é muito semelhante aos que existem nos passos da Via-Sacra. É provável que este elemento arquitectónico seja proveniente de um dos passos da Via-Sacra, já que alguns deles se encontram sem a respectiva peanha.

Livramento³⁷², subsiste aquele que se pensa ser o único retábulo marmóreo executado na região algarvia³⁷³, um exemplar da época barroca, datável de meados do século XVIII, encomendado pelo Doutor Henrique Nunes Leal da Gama, provavelmente executado pelo conceituado mestre canteiro Diogo Tavares de Ataíde³⁷⁴. Em 1758, o pároco Leal certifica que a ermida de Nossa Senhora do Livramento é toda abobadada, “*com um só altar e retábulo deste, de pedra lavrada, à imitação da pedraria de Mafra, sem ter coisa alguma de madeira*”. Ou seja, parece provável que a primitiva imagem da Senhora do Livramento³⁷⁵ também fosse de mármore, à semelhança do retábulo em que estava integrada.

Fig. 119

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

Para além disso, na sua *Corografia do Reino do Algarve*, de 1841, João Baptista da Silva Lopes vai lamentar o estado de abandono em que se encontra a ermida de Nossa Senhora do Livramento. Nessa data, descrevendo o retábulo da ermida, o referido autor informa que “*no meio das quatro colunas está o nicho com a imagem de N. Snr.^a do Livramento, quebrada em um braço por um francês que ali entrou em 1833*”³⁷⁶. Curiosamente a imagem de mármore hoje colocada no nicho que remata o portal axial da paroquial de Nossa Senhora da Luz também se encontra quebrada em um braço.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 48

Fig. 120

Em resumo, tudo indica que a imagem actualmente colocada no topo do portal axial da paroquial de Nossa Senhora da Luz é, afinal de contas, a primitiva imagem da ermida de Nossa Senhora do Livramento. O tipo de material, as dimensões da imagem (perfeitamente compatíveis com as do nicho do retábulo da ermida do Livramento) e, acima de tudo, a peculiar referência ao braço quebrado não deixam lugar a dúvidas.

O mais provável é que, em data posterior a 1841, perante o estado de abandono a que estava votada a dita ermida, os fregueses de Nossa Senhora da Luz tenham decidido transladar para a sua matriz a imagem da Senhora do Livramento, colocando-a, nessa altura, sobre a porta principal do seu templo. Resta saber o que terá acontecido à antiga imagem de jaspe de Nossa Senhora da Luz, descrita em 1758 (provavelmente a original quinhentista)?

³⁷² A ermida de Nossa Senhora do Livramento foi mandada construir em 1708, pelo Padre Manuel Viegas Leal, Cura da freguesia de Nossa Senhora da Luz e instituidor do morgado chamado de Manja Clara, ao qual estava vinculada a dita ermida. Sucederam-se à frente do dito morgado dois irmãos, sobrinhos do primitivo instituidor: o Padre Doutor Henrique Nunes Leal da Gama e Ataíde e, após a morte deste, o Desembargador João Leal da Gama e Ataíde (José Eduardo Horta **CORREIA**, *op. cit.*, 2004, pág. 137).

³⁷³ Francisco **LAMEIRA**, *A Talha no Algarve durante o Antigo Regime*, 2000, pág. 199.

³⁷⁴ **Idem**, *O Retábulo no Algarve*, 2007, pp. 96 e 97.

³⁷⁵ Actualmente, no retábulo da ermida de Nossa Senhora do Livramento encontra-se uma imagem do mesmo orago, moderna (século XIX ou XX), em madeira estofada.

³⁷⁶ João Baptista da Silva **LOPES**, *op. cit.*, 1988, pág. 374.

2.2. A ORNAMENTAÇÃO INTERIOR

A ornamentação interior desta igreja foi essencialmente composta por obras de talha, pintura e azulejaria, manifestações artísticas que tinham funções sobretudo ornamentais, mas também didáticas e utilitárias, desempenhando um papel importante na criação da cenografia litúrgica destinada a cativar os fiéis.

O recheio da igreja incluía retábulos, pinturas (todas integradas em retábulos), peças de imaginária, cruzes processionais³⁷⁷, um pequeno conjunto de azulejos, outros elementos de talha (sacrário) e ainda algumas peças de mobiliário litúrgico, de carácter prático, nomeadamente o armário dos Santos Óleos, os confessionários³⁷⁸, o tabuleiro dos defuntos (também designado como esquife³⁷⁹) ou ainda o guarda-vento³⁸⁰. Do ponto de vista material, a magnificência do espectáculo litúrgico conseguia-se também através de alfaias litúrgicas, sumptuosos paramentos (em veludo, seda e damasco)³⁸¹, pálios, toalhas, véus, frontais de altar, sanefas e cortinas de tecidos exóticos e coloridos³⁸², velas, alâmpadas³⁸³ e inclusive algumas armações efémeras³⁸⁴. Tudo concorria para a criação da complexa liturgia do sagrado.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 22, 30,
31, 34 e 35

³⁷⁷ No final do século XVIII, o visitador dá instruções para que se mande fazer “*um armário com um cabide dentro, onde se conservem direitas as cruzes processionais*” (Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1702-1802)*, fólio s/nº, visitação de 7 de Maio de 1795).

³⁷⁸ Em 1621, o visitador manda forrar o armário dos Santos Óleos e consertar os confessionários, para que ficassem “*decentes*” e capazes de neles se administrar o sacramento da penitência (Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 1 de Abril de 1621).

³⁷⁹ No final da década de 80 do século XVIII, “*o esquife e o tabuleiro dos defuntos*” estavam tão velhos que já não tinham serventia (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 21 de Maio de 1687?).

³⁸⁰ O actual guarda-vento foi construído no último quartel do século XX, substituindo um mais antigo.

³⁸¹ Em 1592, os paramentos desta igreja incluíam: uma capa de asperges de tafetá roxo, com capelo de veludo carmesim; um manto de damasco branco, com aplicações de veludo vermelho, sua alva, estola e manípulo; um manto de damasco azul, com aplicações de veludo amarelo, sua alva, estola e manípulo; um manto de damasquilha azul, com aplicações de veludo carmesim, sua alva, estola e manípulo; um manto de veludo preto com aplicações de renda de ouro e prata, com sua alva, estola e manípulo; um manto de cetim carmesim, com sua alva, estola e manípulo (Cf. **APLT**, “*Inventário dos foros e bens móveis da igreja de Nossa Senhora da Luz (1592-1594)*”, in *Livro de registo de Casamentos (1591-1657)* (fólios adicionados entre os fls. 216v e 218).

³⁸² No final do século XVI, esta igreja dispunha de um pálio de damasco (tecido de seda) carmesim, com suas franjas e cordões, que servia o Santíssimo Sacramento; um frontal de damasco branco, com aplicações de veludo carmesim; um frontal de chamalote (tecido de pêlo de camelo ou de lã e seda) preto, usado; dois frontais de “*borcadilho*” verde e outro de chamalote vermelho; um frontal de damasco branco, com aplicações de brocado (tecido de seda com guarnições em relevo, afio de ouro ou prata) amarelo; um frontal de “*almeisar*” de cores, velho; quatro sanefas (tira de tecido que se atravessa na parte superior de uma portada), uma de tafetá (tecido de seda) verde, uma de tafetá azul, uma de seda azul e outra de chamalote branco, de Quaresma; um pano de púlpito, roxo; três pares de cortinas que serviam o Santíssimo Sacramento, umas de tafetá vermelho, outras da Índia, “*roxadas*”; três pares de cortinas que serviam no altar de Nossa Senhora, umas de pano azul e outras de rede; quatro toalhas, duas de pano da Índia, uma da Flandres e outra de Ruão, todas usadas; um frontal de damasco pardo,

A documentação actualmente conhecida sugere que, no que respeita à ornamentação interior, a igreja de Nossa Senhora da Luz terá atravessado a sua fase de maior esplendor ao longo do século XVI, período em que se terão executado a maioria das manifestações artísticas que ainda hoje adornam o seu interior.

2.2.1. Retábulos

Na igreja de Nossa Senhora da Luz existem actualmente três retábulos, um na capela-mor e dois na nave (colaterais). Porém, sabe-se que existiram mais dois retábulos laterais, hoje desaparecidos. Tudo indica que, no final da centúria de Seiscentos, os retábulos laterais ainda não existiam³⁸⁵. A mais antiga referência à existência de retábulos laterais data de 1758, quando se declara que a igreja tem cinco retábulos, um na capela-mor e quatro na nave³⁸⁶. Os dois retábulos laterais foram desmantelados no último quartel do século XX, e apenas se conhecem imagens incompletas dos mesmos.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 41

Fig. 121

Retábulo da capela-mor

Retábulo narrativo, ou didáctico, que ocupa a totalidade da parede testeira da capela-mor. Trata-se de um exemplar maneirista, em madeira entalhada e dourada, presumivelmente executado nos finais do século XVI (ou já no início da centúria seguinte). A encomenda terá sido

Fig. 122

guarnecido de “borcadilho”; um frontal branco de damasco e um pano de púlpito de cetim branco (Cf. **APLT**, “Inventário dos foros e bens móveis da igreja de Nossa Senhora da Luz (1592-1594)”, in *Livro de registo de Casamentos (1591-1657)* (fólios adicionados entre os fls. 216v e 218).

Ainda a respeito da ornamentação interior, refira-se que, no derradeiro quartel do século XVII, algumas pessoas da freguesia teriam o hábito de mandar “*alcatifas à igreja para que suas mulheres e família tivessem lugar diferente e mais autorizado*”, prática que o visitador proibiu terminantemente (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 2 de Dezembro de 1688).

³⁸³ Em 1592, a igreja era servida por um total de três alâmpadas, duas de prata, que alumiam Manuel de Melo da Cunha e Diogo de Mendonça, e uma de latão, que alumia a Fábrica (Cf. **APLT**, “Inventário dos foros e bens móveis da igreja de Nossa Senhora da Luz (1592-1594)”, in *Livro de registo de Casamentos (1591-1657)* (fólios adicionados entre os fls. 216v e 218).

³⁸⁴ Nos dias das festas litúrgicas, e no dos oragos, todos os altares da igreja eram ornamentados. Porém, em 1621, o visitador ordena que cada altar desta igreja só se armasse no dia do respectivo orago, porque as confrarias gastavam demais com as armações de todos os altares por ocasião das Festas (Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 1 de Abril de 1621).

³⁸⁵ Em 1688, o visitador recomenda a aquisição de frontais para os “*dois altares colaterais*”, mas não faz qualquer referência aos retábulos laterais, provavelmente porque estes não existiam (Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599 - 1698)*, fólio s/nº, visitação de 2 de Dezembro de 1688).

³⁸⁶ Em meados do século XVIII, encontravam-se na nave os retábulos do Senhor Jesus Crucificado, da Senhora do Pé da Cruz, de São Brás e de Nossa Senhora da Conceição Cf. **ANTT**, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1367.

da responsabilidade da Fábrica, mas não se conhece a identidade do responsável pelo *risco* ou pelo entalhe.³⁸⁷

Integra-se na tipologia mais frequente na região algarvia, com corpo único e três tramos. Apresenta planta plana e é composto por embasamento, corpo único, três tramos e ático. O banco apresenta uma composição tripartida, com quatro pedestais e, nos espaços intermédios, óleos com representações de São Gregório, Santo Ambrósio, Santo Estêvão e Santo Agostinho. As colunas do corpo apresentam fuste liso, sendo o terço inferior ornamentado com brutescos e o restante com caneluras. No tramo central está o nicho destinado à imagem do orago, que é flanqueado na parte superior por tábuas pintadas, com representações de São Pedro e de São Paulo. Cada um dos tramos laterais é preenchido por duas pinturas sobrepostas com temáticas marianas: Encontro na Porta Dourada e Imaculada Conceição, Visitação e Nossa Senhora do Rosário. O entablamento, que é destacado no tramo central, é interrompido nos tramos laterais pelas atrás referidas pinturas. O ático apresenta uma composição tripartida, sendo composto por um painel central de grandes dimensões, com representação da Natividade, delimitado por um par de colunas de fuste liso, com o terço inferior diferenciado, e rematado por frontão triangular interrompido. Nas ilhargas existem duas tábuas pintadas, emolduradas por ornatos de tradição ítalo-flamenga do tipo *ferronerie*.

Fig. 123

Fig. 124

Fig. 125

O retábulo é totalmente envolvido por um arco de volta perfeita, composto por pilastras seccionadas, decoradas com pinturas no intradorso, e por uma arquivolta plena.

Trata-se de um exemplar “*pouco canónico*”, no qual são perceptíveis as dificuldades que o autor teve em conciliar, do ponto de vista compositivo, as pinturas e respectivas molduras com os entablamentos do corpo e do ático³⁸⁸. Estas transgressões compositivas resultarão sobretudo do reaproveitamento de elementos arquitectónicos e de acrescentos posteriores³⁸⁹. De facto, os óleos sobre tábua que constituem o corpo deste retábulo serão exemplares datáveis de meados do século XVI³⁹⁰ e, portanto, é possível que provenham de um conjunto retabular mais antigo. No que diz respeito a acrescentos tardios refiram-se, para além da mesa de altar, os dois painéis colocados nas ilhargas do remate, com os característicos motivos decorativos designados como *ferronerias* (inspirados em gravuras ítalo-flamengas).

Fig. 126

Outras pequenas intervenções terão sido levadas a cabo neste retábulo ao longo dos séculos. Sabe-se que, em 1688, o retábulo da capela-mor desta igreja estava muito deteriorado,

Ver. Apên.Doc.
Anexo 28

³⁸⁷ Cf. Francisco LAMEIRA, *op. cit.*, 2007, pág. 43.

³⁸⁸ Francisco LAMEIRA, *op. cit.*, 2000, pág. 122.

³⁸⁹ Cf. *Idem*, *Ibidem*, pág. 122.

³⁹⁰ Cf. Isabel MACIEIRA, *A pintura sacra em Tavira (séculos XV a XX)*, 2004, pp. 315 a 324.

“assim em os quadros como no dourado”, razão pela qual o visitador ordena que oficiais da Fábrica o mandem recuperar, chamando pintor e dourador que bem entendam das ditas obras, por não ser admissível que “em uma igreja tão autorizada e sumptuosa esteja um retábulo tão desbaratado”³⁹¹. Em 1691, o retábulo da capela-mor já “estava dourado com toda perfeição”³⁹². Já no século XVIII, em 1733, dão-se instruções para que se mande fazer uma banquetta (plataforma sobre a qual assentam os castiçais) para o altar-mor³⁹³, recomendação que não terá sido acatada.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 29

Ver. Apên.Doc.
Anexo 38

Tudo indica que alguns elementos deste retábulo, designadamente a secção central do entablamento do corpo, o remate do ático e toda a parte superior do arco terão sido substituídos em época tardia³⁹⁴ e, por isso mesmo, nunca chegaram a ser dourados.

Retábulo de Nossa Senhora da Soledade ou do Pé da Cruz

Retábulo colateral, localizado na zona da nave, do lado do Evangelho. Trata-se de um exemplar revivalista, tardio (talvez datável da 2ª metade do século XIX), em madeira entalhada, pintada e marmoreada. É um retábulo devocional a um só tema. A encomenda terá sido da responsabilidade da respectiva confraria, desconhecendo-se a identidade do responsável pelo risco e pelo entalhe.

Fig. 127

Não se pode integrar em nenhuma das tipologias pré-estabelecidas, assumindo-se como um exemplar ímpar. O retábulo propriamente dito é constituído por um grande painel central, decorado com motivos estilizados, ladeado por duas pilastras e cercaduras de enrolamentos. Sobre o entablamento, que é contínuo, assenta um frontão recortado flanqueado por pináculos compósitos. No centro do tramo único está uma maquineta envidraçada, de grandes dimensões (no interior da qual se expõe uma imagem de roca do orago), constituída por um par de pilastras e um par de colunas, assentes sobre pedestais, rematada por um frontão triangular e dois pares de pináculos piramidais.

³⁹¹ **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599 - 1698)*, fólio s/nº, visitação de 2 de Dezembro de 1688.

³⁹² **Idem**, *Ibidem*, fólio s/nº, visitação de 8 de Outubro de 1691.

³⁹³ **Idem**, *Livro de registo de Visitas (1702-1802)*, fólio s/nº, visitação de 21 de Junho de 1733.

³⁹⁴ É possível que algumas destas obras tardias tenham sido levadas a cabo na 2ª metade do século XIX. De facto, em 1865, visitador exorta os fregueses de Nossa Senhora da Luz a contribuírem para reparar o retábulo da capela-mor (Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1856-1885)*, fólio s/nº, visitação de 24 de Maio de 1865).

É no último quartel do século, em 1885, que se pinta a tela que actualmente preenche o tramo central do ático do retábulo-mor (Cf. Isabel **MACIEIRA**, *op. cit.*, 2004, pág. 314).

Provavelmente, o actual retábulo só foi construído após 1855, data em que se consegue a desanexação das freguesias de Nossa Senhora da Luz e de Santo Estêvão, que durava desde a última década do século XVIII³⁹⁵. Este retábulo terá vindo substituir o de Nossa Senhora do Pé da Cruz³⁹⁶ (datável do século XVII?), onde estaria a imagem seiscentista de Nossa Senhora da Piedade hoje arrecadada na sacristia³⁹⁷.

Retábulo das Almas do Purgatório ou do Senhor Crucificado

Retábulo colateral, localizado na nave, do lado da Epístola. Exemplar maneirista, em madeira entalhada, dourada e marmoreada, datável de finais do século XVI (ou já do princípio do XVII), com acrescentos oitocentistas. Retábulo devocional a um só tema. A encomenda terá sido da responsabilidade da confraria das Almas do Purgatório³⁹⁸, desconhecendo-se a identidade do responsável pelo *risco* e pelo entalhe.

Fig. 128

Obedece a uma tipologia muito comum, de corpo único e um só tramo. De planta plana, é composto por embasamento, corpo único, um só tramo e ático. O banco, que apresenta uma composição quadripartida, com pedestais destacados nos extremos, é constituído por quatro óleos sobre tábua, com representações de Santo Agostinho, São Francisco, Santo Alberto e São Domingos. O corpo é totalmente preenchido por uma pintura de grandes dimensões, com uma representação do Juízo Final, e uma imagem de vulto de Cristo Crucificado, flanqueada por dois pares de colunas de fuste liso, com caneluras. O entablamento é apenas interrompido pela parte superior do painel central. O ático é composto por um frontão recortado, decorado com motivos florais, ladeado por duas urnas.

É provável que este retábulo tenha sido construído pela mesma oficina que executou o exemplar da capela-mor, já que ambos apresentam soluções ornamentais muito semelhantes,

³⁹⁵ Cf. Francisco Xavier de Ataíde **OLIVEIRA**, *op. cit.*, 1991, pp. 105 a 108.

³⁹⁶ **ANTT**, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1367.

³⁹⁷ Cf. Francisco **LAMEIRA**, *Inventário artístico do Algarve - A Talha e a imaginária - concelho de Tavira*, 1990, pág. 68.

Em 1865, o visitador manda apear a imagem de Nossa Senhora do Pé da Cruz, que se encontrava muito deteriorada (Cf. **APLT**, *livro de registo de visitas (1856-1885)*, fólio s/nº, visitaçãõ de 24 de Maio de 1865). É provável que se tratasse da imagem de Nossa Senhora da Piedade.

³⁹⁸ A mais antiga referência documental à existência de uma confraria das Almas do Purgatório data de 1637 (**APLT**, *Livro de registo de óbitos (1625-1640)*, fls. 238v e 239. Porém, é possível que a Irmandade fosse mais antiga.

Na opinião de Isabel Macieira, e tendo em conta a “*qualidade e inovação*” dos quatro óleos sobre tábua que constituem o banco deste retábulo, o responsável pela encomenda deverá ter sido “*uma figura de gosto erudito*” (Cf. Isabel **MACIEIRA**, *op. cit.*, 2004, pág. 325). Talvez um dos Irmãos da já referida confraria das Almas do Purgatório?

sobretudo ao nível do banco e do entablamento. O actual frontão recortado, as duas urnas que o ladeiam e as tarjas horizontais aplicadas nos flancos do corpo, não fariam parte do projecto original, constituindo acrescentos oitocentistas.³⁹⁹

2.2.2. O sacrário

Exemplar em madeira entalhada e dourada, datável da 2ª metade do século XVIII⁴⁰⁰. Está actualmente colocado no altar-mor. A encomenda terá sido da total responsabilidade da Fábrica, desconhecendo-se a identidade do autor do risco e do entalhe.

Fig. 129

Este sacrário, de planta convexa, apresenta uma decoração típica do formulário Rococó (que, *grosso modo*, dominou a talha algarvia entre 1750 e 1789⁴⁰¹), composta por grinaldas de elementos florais, motivos vegetalistas e formas auriculares, mas também cabeças de querubins e outros elementos de carácter místico (cordeiro e pomba). O frontispício do sacrário é rematado por um crucifixo.

Fig. 130

Apesar de este sacrário só ter sido construído na 2ª metade de Setecentos, os livros de registo de visitas da freguesia contêm referências ao sacrário que existiu anteriormente nesta igreja (servindo durante todo o século XVII, e parte da centúria seguinte), testemunhos que importará também referir, sobretudo porque permitem perceber o processo que culminou com a construção do actual sacrário.

No início do século XVII, em 1614, o visitador manda fazer um meio estrado de madeira, em forma de degrau, para facilitar o acesso do sacerdote ao sacrário e compensar o desajuste que existia entre este elemento e o retábulo da capela-mor⁴⁰². Alguns anos depois, em 1651, o visitador autoriza os fabriqueiros a deslocar o sacrário para o interior do retábulo (porque tapava a imagem do orago), se necessário cortando-lhe o remate⁴⁰³. Talvez o sacrário fosse anterior ao retábulo, o que justificaria a aparente desarticulação entre ambos.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 14

Ver. Apên.Doc.
Anexo 19

³⁹⁹ Cf. Francisco LAMEIRA, *op. cit.*, 2000, pp. 122 e 123.

Recentemente, em 2010, este retábulo foi sujeito a uma obra de restauro que incidiu sobretudo sobre as pinturas e o dourado.

⁴⁰⁰ Cf. Francisco LAMEIRA, *op. cit.*, 1990, pág. 52.

⁴⁰¹ Cf. Francisco LAMEIRA, *op. cit.*, 2000, pp. 261 e 262.

⁴⁰² APLT, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 24 de Fevereiro de 1614.

⁴⁰³ *Idem*, *Ibidem*, fólio s/nº, visitação de 23 de Novembro de 1651.

Em 1687, manda-se reparar e guarnecer “a caixa do sacrário”⁴⁰⁴ e, já no século XVIII, em 1711, sugere-se a compra de umas cortinas (de tela ou de seda) para o interior do sacrário, com o respectivo varão de prata⁴⁰⁵.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 27

Finalmente, em 1733, o visitador vai dar instruções para que se mande fazer, e dourar, um novo sacrário⁴⁰⁶. Tudo indica que a obra não foi levada a cabo nessa data, talvez por falta de meios da Fábrica, sendo a recomendação novamente inscrita nas visitas de 1759⁴⁰⁷ e de 1763⁴⁰⁸. A partir do início da década de 60 não volta a ser feita qualquer referência à necessidade de se fazer um novo sacrário. Ou seja, o actual sacrário, datável da 2ª metade do século XVIII, só terá sido construído após 1763.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 38

Ver. Apên.Doc.
Anexo 42

Ver. Apên.Doc.
Anexo 43

2.2.3. As pinturas

Nesta igreja existe um conjunto de cerca de duas dezenas de pinturas, de dimensões variadas, todas integradas em estruturas retabulares. Do ponto de vista material, são exemplares de óleo sobre tábuas, excepto a que preenche a parte central do ático do retábulo da capela-mor, que é um óleo sobre tela. Muitas destas obras foram alvo de sucessivos repintes, que acabariam por descaracterizá-las.

Nos registos paroquiais de Nossa Senhora da Luz é possível identificar referências a pintores que, apesar de nunca serem identificados como moradores ou assistentes na freguesia, aí intervêm e assinam como testemunhas. Objectivamente, não se lhes pode atribuir a autoria de nenhuma das obras existentes na igreja, mas é admissível que tenham retocado as pinturas, ou dourado alguns dos retábulos. De entre os pintores com passagem documentada pela freguesia ao longo dos séculos XVII e XVIII, refiram-se, apenas a título de exemplo: Bonaventura de Reis pintor maneirista de origem andaluza⁴⁰⁹, o pintor/dourador Manuel Afonso (Guerreiro)⁴¹⁰, ou ainda Francisco Martins, também pintor/dourador⁴¹¹.

⁴⁰⁴ **Idem**, *Ibidem*, fólio s/nº, visitação de 21 de Maio de 1687.

⁴⁰⁵ Cf. **Idem**, *Livro de registo de Visitas (1702-1802)*, fólio s/nº, visitação de 8 de Julho de 1711.

⁴⁰⁶ Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1702-1802)*, fólio s/nº, visitação de 21 de Junho de 1733.

⁴⁰⁷ Cf. **Idem**, *Ibidem*, fólio s/nº, visitação de 15 de Dezembro de 1759.

⁴⁰⁸ Cf. **Idem**, *Ibidem*, fólio s/nº, visitação de 3 de Setembro de 1763.

⁴⁰⁹ Em Abril de 1604, este indivíduo apadrinha uma criança na freguesia de Nossa Senhora da Luz, sendo então identificado como Ventura dos Reis, mas assinando como Bonaventura dos Reis (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1599-1651)*, fólio 31v). Trata-se de um artista com actividade documentada a partir de 1598, e oficina estabelecida em Tavira, que se pensa ter sido o autor das seis tábuas que constituem o retábulo da igreja da Misericórdia de Moncarapacho (Cf. Vítor **SERRÃO**, “O pintor Bonaventura de Reis e a pintura maneirista em Tavira”, in III Jornadas de História de Tavira, 1997, pp. 181 a 195).

É no retábulo da capela-mor que se encontra o maior número de pinturas, desde logo porque se trata de um exemplar didáctico, isto é, que tinha como objectivo catequizar através da imagem. Nele se encontram representações de temáticas marianas (Encontro na Porta Dourada, Visitação, Imaculada Conceição, e Nossa Senhora do Rosário), dos Apóstolos (São Pedro e São Paulo) e de Padres da Igreja (Santo Agostinho, São Gregório, Santo Estêvão e Santo Ambrósio). São todas óleos sobre tábua, datáveis de meados do século XVI. Praticamente todas as pinturas apresentam uma certa “*expressão popular*”, resultado de repintes que terão acentuado cores e contornos. Merecerão destaque as referidas representações de temáticas marianas, que Isabel Macieira classifica como exemplares de alguma qualidade, denotando influências do maneirismo do Norte da Europa, ou a do Apóstolo São Pedro que, tendo em conta as afinidades do desenho, parece ter sido inspirada numa gravura de Cornelis Cort (1533-1578).⁴¹²

Fig. 131

Fig. 132

Fig. 133

O tramo central do ático é preenchido por um óleo sobre tela, de grandes dimensões, com representação da Natividade, datável da 1ª metade do século XX. Tudo indica que, sob esta tela estará a pintura original (provavelmente com a mesma temática), já muito descaracterizada por um restauro efectuado em 1885. Durante o século XVIII, os quatro óleos sobre tábua com temáticas marianas que preenchem os tramos laterais do retábulo foram também cobertos por telas com reproduções dos mesmos temas, exemplares “*de uma pintura descaracterizada e sem interesse*”.⁴¹³

No intradorso do arco do retábulo da capela-mor subsistem também vestígios de painéis pintados (três cada lado). No entanto, devido ao seu grau de deterioração, é quase impossível

⁴¹⁰ Em 1694, Manuel Afonso, referido como “*oficial de pintor*”, e morador na cidade de Tavira, intervém como padrinho de um baptismo realizado na igreja de Nossa Senhora da Luz, juntamente com a sua esposa, Maria Fernandes (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1689-1728)*, fólio 20). O mesmo indivíduo volta a ser referenciado na freguesia em 1699 (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1689-1728)*, fólio 38v), em 1705 (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1689-1728)*, fólio 70) e novamente em 1710 (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1689-1728)*, fólio 92v), sempre na qualidade de pintor. Trata-se provavelmente do pintor/dourador Manuel Afonso Guerreiro, artista com algum destaque no panorama artístico da região, activo entre 1690 e 1720, e com obra conhecida em Tavira e em Faro (Cf. Isabel **MACIEIRA**, *op. cit.*, 2004, pág. 60).

⁴¹¹ Em 1731, Francisco Martins, referido como “*pintor*”, e morador em Tavira, assiste como padrinho de um baptismo realizado em Nossa Senhora da Luz, em conjunto com Maria de Jesus, sua mulher (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1728-1755)*, fólio 17). Já anteriormente, em 1725, a dita Maria de Jesus é mencionada no mesmo livro de registo de baptismos, em circunstâncias idênticas (Cf. **APLT**, *Livro de registo de baptismos (1689-1728)*, fólio 170). Apesar de ser mencionado como morador em Tavira, este indivíduo tinha propriedades na freguesia da Luz (Cf. **ADF**, *Notariais de Tavira*, cota 8-5-326, fls. 147 a 148v). Pintor/dourador, activo a partir de 1702, Francisco Martins está sobretudo documentado como autor de obras de douramento (Cf. Isabel **MACIEIRA**, *op. cit.*, 2004, pág. 61).

⁴¹² Isabel **MACIEIRA**, *op. cit.*, 2004, pp. 315 a 323.

⁴¹³ **Idem**, *Ibidem*, 2004, pág. 314. Na opinião de Isabel Macieira, as referidas telas setecentistas (retiradas em 1987) terão protegido as tábuas quinhentistas, permitindo-lhes escapar aos repintes devastadores levados a cabo nos finais do século XIX.

identificar os temas representados. De facto, apenas é possível reconhecer uma representação (provavelmente datável de meados do século XVI) de Santa Luzia, identificável pelos atributos específicos (um prato com dois olhos)⁴¹⁴

Fig. 134

No retábulo colateral das Almas do Purgatório (ou do Senhor Crucificado) encontram-se os restantes exemplares que compõem o acervo pictórico desta igreja, cinco óleos sobre tábua, com representações de Santos e um *Juízo Final*.

O corpo deste retábulo é totalmente preenchido por um óleo sobre tábua, de grandes dimensões, com uma representação do *Juízo Final*, datável da 1ª metade de Setecentos. Trata-se de uma obra de “*cariz popular*”, decerto executada por um artista local, sendo perceptíveis as dificuldades do autor em representar correctamente as posturas e movimento das figuras. No que diz respeito aos aspectos cronológicos, Isabel Macieira sublinha o facto de se tratar de uma pintura sobre tábua, suporte que remete para uma cronologia mais tardia, não posterior à 1ª metade da centúria de Seiscentos⁴¹⁵ (coincidindo com a provável data de execução do próprio retábulo)⁴¹⁶. Portanto, é provável que se trate de um repinte setecentista, executado sobre uma obra de período anterior, eventualmente seguindo a mesma temática.⁴¹⁷

Fig. 135

Por último, refiram-se os quatro óleos sobre tábua que preenchem o banco do retábulo, nos quais estão representados *Santo Agostinho*, *São Francisco*, *Santo Alberto* e *São Domingos*. São exemplares de alguma qualidade artística (que nunca terão sido alvo de repintes), “*fruto de mão segura, de pincelada muito expressiva e de grande valor dramático*”, muito provavelmente datáveis da 1ª metade do Seiscentos. Na opinião de Isabel Macieira, e tendo em conta apenas características formais, é possível que estas tábuas possam ter sido executadas por Francisco Pacheco, pintor sevilhano do 1º terço do século XVII, ou até por André Reinoso, um dos mais importantes pintores da “*renovação antimaneirista*” que, depois de estagiar em Sevilha, poderá ter passado pela cidade de Tavira. Seja como for, são exemplares de pintura erudita, que não foram executados por uma oficina local.⁴¹⁸

Fig. 136

⁴¹⁴ Cf. **Idem**, *Ibidem*, 2004, pág. 324.

⁴¹⁵ Cf. **Idem**, *Ibidem*, 2004, pág. 326.

⁴¹⁶ Cf. Francisco **LAMEIRA**, *op. cit.*, 1990, pág. 58.

⁴¹⁷ Cf. Isabel **MACIEIRA**, *op. cit.*, 2004, pág. 326.

⁴¹⁸ Isabel **MACIEIRA**, *op. cit.*, 2004, pp. 327 a 331.

2.2.4. As imagens

O acervo de imaginária desta igreja é numeroso⁴¹⁹, e constituído por alguns exemplares de grande valor histórico e artístico. As imagens religiosas, para além de objectos de culto, eram também manifestações artísticas, cuja eficácia doutrinal estava igualmente relacionada com a perfeição da peça. Nesse sentido, no final do século XVI, o visitante vai lembrar que “*as imagens de vulto e de retabолlos de X^{po} e da Virge e dos santos sejam m^{to} perfeitas q não aja nellas cousa q ofenda a vista cristã*”, pelo que todas deveriam ser executadas por “*officiais q fore para isso aprovados e escolhidos pello S^{nor} b^{po}*”⁴²⁰.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 5

Nesta igreja existe apenas um exemplar de imaginária quinhentista (ou quatrocentista?), a imagem de Nossa Senhora da Luz (a antiga). Os exemplares datáveis do século XVII são mais numerosos e incluem uma imagem de Cristo Crucificado, uma de Nossa Senhora da Piedade e outra de São Brás. De entre as imagens seiscentistas, merecerá destaque o Senhor Crucificado, exemplar datável do início do século XVII, que originalmente fez parte do retábulo das Almas do Purgatório, articulando-se com a pintura. O conjunto de imagens setecentistas compreende uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, uma de Santo António, uma de São Luís e dois anjos tocheiros.⁴²¹ Refira-se ainda a existência de uma imagem não identificada da Virgem, também de fábrica setecentista, cujos atributos (braços abertos, a partir dos quais se desenvolvem raios de luz) sugerem tratar-se de uma representação de Nossa Senhora da Graça ou de Nossa Senhora da Saúde⁴²². Como é óbvio, o facto de o acervo de imagens desta igreja ser maioritariamente

Fig. 137

Fig. 138

Fig. 139

Fig. 140

⁴¹⁹ No início do século XX, para além das duas imagens de Nossa Senhora da Luz com o Menino (a velha e a nova), são também arroladas imagens de Santo António, São Brás (em mau estado), Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário com o Menino, Imaculado Coração de Maria, Menino Jesus, Nossa Senhora da Soledade, Santa Ana, São Luís, Nossa Senhora da Piedade, São Francisco (em mau estado) e um Senhor Jesus (do altar das Almas). Cf. **APLT**, “Inventário dos objectos do culto existentes na Igreja Paroquial da freguesia da Luz de Tavira feita pela ocasião do arrolamento ordenado pela lei de separação”, in *Livro para o Apostolado da oração de Nossa Senhora da Luz (1937)*, fólho s/nº, 1911 (?).

⁴²⁰ **APLT**, *Livro de Registo de Visitas (1599 - 1698)*, fólho s/nº, visitaçã de 1599 (?).

⁴²¹ Cf. Francisco **LAMEIRA**, *op. cit.*, 1990, pp. 56 a 74.

Durante o último quartel do século XX, a imagem do Senhor Crucificado foi apeada e colocada na nave central da igreja (junto à mesa de celebração). Recentemente a imagem foi restituída ao seu local de origem, o retábulo colateral das Almas do Purgatório.

⁴²² Segundo Francisco Lameira, tratar-se-á de uma representação do Imaculado Coração de Maria (Cf. Francisco **LAMEIRA**, *op. cit.*, 1990, pág. 66. No entanto, a verdade é que a imagem em causa não exhibe atributos que permitam associá-la a essa invocação que, de resto, só terá surgido no século XIX.

Apesar de não ser de descartar a hipótese de se tratar de uma representação da Virgem da Graça, o mais provável é que se trate de Nossa Senhora da Saúde, uma vez que se sabe ter existido nesta igreja uma confraria dessa invocação, já assim referida nas primeiras décadas do século XVII (Cf. **APLT**, *Livro de registo de óbitos (1625-1640)*, fls. 238v e 239). De facto, em 1758 é mencionada a existência de uma imagem de Nossa Senhora da Saúde (Cf. **ANTT**, “Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz de Tavira”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1367).

constituído por imagens setecentistas estará relacionado com questões de conservação, uma vez que as peças mais antigas terão sido gradualmente substituídas.

De facto, as imagens que mostrassem sinais de deterioração eram retiradas dos altares e guardadas num local reservado, normalmente na sacristia. Foi isso que aconteceu, em 1711, a uma imagem de Nossa Senhora da Conceição que apresentava “*alguma indecência*” e não tinha confraria que a pudesse reparar⁴²³.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 33

Neste templo terão existido também imagens de Nossa Senhora da Saúde, de Nossa Senhora do Rosário⁴²⁴ e de Santa Ana⁴²⁵, hoje desaparecidas. A título excepcional, refira-se ainda a imagem de roca de Nossa Senhora da Soledade, um exemplar oitocentista, colocada no altar da mesma invocação.

Imagem de Nossa Senhora da Luz (antiga)

Imagem em madeira policromada e estofada, com cerca de 52cm de altura e 19cm de largura máxima, representando Nossa Senhora da Luz com o Menino ao Colo. Na opinião de Daniel Santana, esta imagem terá sido executada nos finais do século XV ou inícios do século XVI, atendendo ao facto de se tratar de uma “*representação rudimentar e de grande contenção, anatomicamente imperfeita e o rosto denotando grande sobriedade*”⁴²⁶. Muito provavelmente, a imagem terá sido executada por um imaginário local.

Fig. 141

Frei Agostinho de Santa Maria, autor do *Santuário Mariano* (1716) informa que a imagem de Nossa Senhora da Luz é de madeira estofada, “*e por ornato se lhe põem, pela devoção dos que a servem, ricos mantos de tela.*”⁴²⁷ Curiosamente, num inventário dos bens móveis da igreja, datado de 1592, são também arrolados cerca de uma dúzia de itens sob a designação genérica de “*Vestidos de Nossa Sr.*”⁴²⁸, comprovando que o costume de adornar a imagem da padroeira remonta, no mínimo, ao século XVI.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 36

Ver. Apên.Doc.
Anexo 3

⁴²³ Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1702-1802)*, fólio s/nº, visitação de 8 de Julho de 1711.

⁴²⁴ A existência de uma imagem de Nossa Senhora do Rosário é referida pelo padre Vicente Nunes Leal, em 1758 (Cf. **ANTT**, “*Memórias paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Luz (Tavira)*”, in *Dicionário Geográfico de Portugal*, 1758, pág. 1367).

⁴²⁵ Cf. **APLT**, “*Inventário dos objectos do culto existentes na Igreja Paroquial da freguesia da Luz de Tavira feita pela ocasião do arrolamento ordenado pela lei de separação*”, in *Livro para o Apostolado da oração de Nossa Senhora da Luz (1937)*, 1911 (?).

⁴²⁶ Daniel **SANTANA**, op. cit., 2010, pp. 230 e 231.

⁴²⁷ Frei Agostinho de **SANTA MARIA**, op. cit., 1716, pág. 419.

⁴²⁸ Estas peças, entre as quais se contavam vestidos inteiros, mantos e saias, confeccionadas a partir de tecidos exóticos e caros (veludo, tafetá, damasco, cetim, seda), algumas bordadas a ouro, constituíam certamente oferendas. **APLT**, “*Inventário dos foros e bens móveis da igreja de Nossa Senhora da Luz*”

Reza a tradição que esta imagem foi objecto de “*grande devoção*”, não só por parte dos moradores do termo de Tavira como de todo o Reino do Algarve⁴²⁹. Em 1651, o visitador chega a mandar desviar o sacrário do retábulo da capela-mor, que tapava parcialmente a imagem de Senhora da Luz, para facilitar a vista da “*milagrosa*” imagem e para que esta ficasse “*descoberta à vista de todo o povo*”⁴³⁰.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 36

Ver. Apên.Doc.
Anexo 19

A imagem quinhentista da padroeira (que em 1912 estava colocada no altar colateral da Senhora do Pé da Cruz⁴³¹) encontra-se actualmente arrecadada na sacristia.

2.2.5. As alfaías litúrgicas

Sabe-se que, em 1592, a igreja estava bem provida de alfaías litúrgicas, como se pode depreender da leitura do inventário de bens móveis e imóveis realizado nessa data. Como peças de estanho e latão são arrolados sete castiçais, uma alâmpada, quatro bacias, uma caldeira de asperges e dois pares de galhetas. Já no que respeita aos objectos de prata, são referidos três cálices (um dos quais dourado), dois castiçais, um turíbulo, duas alâmpadas, duas galhetas, uma cruz e uma custódia.⁴³²

Ver. Apên.Doc.
Anexo 3

Já no século XX, num inventário realizado “*por ocasião do arrolamento ordenado pela lei da separação*”, no que diz respeito aos objectos de prata, para além resplendores das imagens, dos diademas e coroas, são catalogadas um cálix com patena, uma custódia com patena e cálix, uma píxide, três âmbulas, um par de brincos, um prego, uma cruz de Santo António e uma chave

Ver. Apên.Doc.
Anexo 51

(1592-1594)”, in *Livro de registo de Casamentos (1591-1657)*, fólhos adicionados entre os fls. 216v e 218.

⁴²⁹ Frei Agostinho de SANTA MARIA, *op. cit.*, 1716, pág. 419.

⁴³⁰ APLT, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólho s/nº, visitaçãõ de 23 de Novembro de 1651.

⁴³¹ Cf. Francisco Xavier de Ataíde OLIVEIRA, *op. cit.*, 1991, pág.

⁴³² Cf. APLT, “Inventário dos foros e bens móveis da igreja de Nossa Senhora da Luz (1592-1594)”, in *Livro de registo de Casamentos (1591-1657)*, fólhos adicionados entre os fls. 216v e 218.

Muito provavelmente, a referida custódia de prata, que já existia no final do século XVI, é a mesma que depois se mandou sobredourar em 1621 (Cf. APLT, *Livro de Registo de Visitas (1599 - 1698)*, fólho s/nº, visitaçãõ de 1 de Abril de 1621). A propósito dos três cálices de prata arrolados, valerá a pena relembrar que as *Constituições do Bispado*, de 1554, previam que todo o indivíduo que pretendesse obter uma sepultura perpétua, isto é, para si e para seus herdeiros, “*sendo cavaleiro e da hi pera cima*”, devia ofertar à dita igreja, como esmola, uma vestimenta de seda ou um cálix de prata (D. João de MELLO, *op. cit.*, 1554, fólho 61v). Por último, refiram-se ainda uns castiçais de prata, acrescentados ao rol em 1594, no valor de doze mil réis, eram fruto “*de hua condemnaçãõ de hu sacrilégio q se fez nesta igreja*” (APLT, “Inventário dos foros e bens móveis da igreja de Nossa Senhora da Luz (1592-1594)”, in *Livro de registo de Casamentos (1591-1657)*, fólhos adicionados entre os fls. 216v e 218).

e um varão de cortina pertencentes ao sacrário. Em ouro, são arrolados três pares de brincos e um *afogador* (gargantilha).⁴³³

Algumas das alfaias litúrgicas da igreja, sobretudo as mais venerandas, eram guardadas em bolsas ou então cobertas por véus. Ocasionalmente, o visitador mandava comprar novas peças para preservar as ditas alfaias, normalmente feitas de tecidos exóticos (tafetá e seda), e com cores associados aos distintos momentos do calendário litúrgico cristão (roxo, vermelho ou branco)⁴³⁴.

O cálice-custódia

O cálice-custódia, de prata dourada e vidro, em forma de templete, é uma peça “*rara em magnificência e valor*”⁴³⁵. Tem 62,5 cm de altura, 22 cm de largura máxima e pesa 3622 gramas. A tipologia de cálice-custódia surge na sequência das resoluções do Concílio de Trento, e assenta em arraigados fundamentos teológicos, na medida em que materializa o dogma da transubstanciação, conjugando num só objecto as duas espécies consagradas pela Eucaristia, o pão e o vinho⁴³⁶.

Fig. 142

O cálice é totalmente preenchido por motivos decorativos vários, “*cabochões, ferroneries e símbolos eucarísticos tais como cachos de uvas*”, que se prolongam pela base da custódia, desde logo atestando a perfeita articulação entre os dois elementos. A custódia propriamente dita é envolvida por um curioso elemento de microarquitectura, “*um templete acompanhado por uma colunata rematada por entablamento e pináculos e ladeados por duas aletas recortadas*”, rematado por cruz.

Segundo Francisco Lameira, o cálice-custódia de Nossa Senhora da Luz é um exemplar “*de transição para o barroco*”, que mantém uma “*composição epi-maneirista*”, datável de finais

⁴³³ Apesar de não estar datado, tudo indica que este inventário foi executado na sequência da chamada Lei de separação da Igreja do Estado, de 20 de Abril de 1911. Cf. **APLT**, “Inventário dos objectos do culto existentes na Igreja Paroquial da freguesia da Luz de Tavira feita pela ocasião do arrolamento ordenado pela lei de separação”, in *Livro para o Apostolado da oração de Nossa Senhora da Luz (1937)*, 1911 (?).

⁴³⁴ Em 1621, o visitador manda comprar bolsas e véus, em tafetá (roxo e vermelho) para os três cálices da igreja (Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 1 de Abril de 1621). No final do século XVIII, em 1698, mandam-se fazer “dois véus roxos para os cálices” (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 29 de Maio de 1698). Em 1715, manda-se fazer um véu de seda branca, “porquanto há falta dele” (**APLT**, *Livro de registo de Visitas (1702-1802)*, s/nº, visitação de 14 de Junho de 1725). Em 1759, a sacristia da igreja precisava de uma bolsa e de um véu para um cálice (Cf. **APLT**, *Livro de registo de Visitas (1702-1802)*, s/nº, visitação de 15 de Dezembro de 1759).

⁴³⁵ José António Pinheiro e **ROSA**, *Tesouros artísticos do Algarve*, 1990, pág. 60.

⁴³⁶ Cf. Luísa **PENALVA** e Anísio **FRANCO**, “Custódia-cálice”, in *Espírito e Poder: Tavira nos tempos da Modernidade* (catálogo), 2006, pág. 166.

do século XVII e provavelmente executado por uma oficina regional⁴³⁷. Alguns autores datam-na especificamente de 1688⁴³⁸. No entanto, e apesar comumente classificada como sendo obra da 2ª metade de Seiscentos, é possível que esta peça já existisse em 1621, data em que se manda sobredourar a custódia do Santíssimo Sacramento desta igreja⁴³⁹. Como é óbvio, esta referência podia dizer respeito à custódia que antecedeu a actual, que, nesse caso, também seria de prata dourada.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 16

Em 1751, o visitador vai proibir terminantemente a prática de “*emprestar a custódia*” e as vestes da confraria do Santíssimo Sacramento, procurando assim prevenir o seu “*descaminho ou desconcerto*”⁴⁴⁰.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 40

Um dos episódios célebres da história da freguesia trata precisamente do roubo desta custódia, protagonizado por soldados franceses, na madrugada de 20 de Junho de 1808⁴⁴¹. O acontecimento é sumariamente descrito por Ataíde Oliveira, na sua *Monografia da Luz de Tavira*, nos seguintes termos: “*Quando fugiam do Algarve e passavam pela povoação da Luz, lançaram mão do objecto de mais valor e furtaram a custódia. [...] Logo um grupo dos mais valentes e destemidos correu sobre eles. Encontraram-nos na estrada, muito próximo da cidade. O grupo não tinha linguagem para lhes falar, (ignorava o idioma francês) mas levava aos ombros uns aparelhos que falam todas as línguas - armas carregadas até à boca. Por sinais significou o grupo o que ali os levava, e a estes sinais responderam os soldados de Napoleão entregando a custódia.*”⁴⁴²

2.2.6. Azulejos

O conjunto azulejar desta igreja resume-se a dois pequenos painéis de azulejos hispano-árabes, executados segundo a técnica de aresta⁴⁴³, colocados junto aos degraus da capela-mor.

⁴³⁷ Francisco LAMEIRA, *op. cit.*, 2001 (desdobrável).

⁴³⁸ Cf. Luísa PENALVA e Anísio FRANCO, *op. cit.*, 2006, pág. 166.

⁴³⁹ Cf. APLT, *Livro de Registo de Visitas (1599 - 1698)*, fólio s/nº, visitaçãõ de 1 de Abril de 1621; Cf. José António Pinheiro e ROSA, *op. cit.*, 1990, pág. 60.

⁴⁴⁰ APLT, *Livro de Registo de Visitas (1599 - 1698)*, fólio s/nº, visitaçãõ de 22 de Julho de 1751.

⁴⁴¹ Cf. João da ROSA, *O Manuscrito de João da Rosa*, 2008, pág. 26.

Segundo Alberto Iria, o cálice-custódia da igreja de Nossa Senhora da Luz foi roubada por um grupo de granadeiros e caçadores franceses, comandados por um tal capitão Gaviel (Cf. Alberto IRIA, *A invasão de Junot no Algarve*, 1941, pág. 71).

⁴⁴² Francisco Xavier de Ataíde OLIVEIRA, *op. cit.*, 1991, pp. 158 e 159.

⁴⁴³ A designada técnica de *aresta* permitia criar azulejos com padrões geométricos complexos, mantendo as cores isoladas mediante a impressão de concavidades pouco profundas no barro fresco (Cf. José MECO, *O Azulejo em Portugal*, 1989, pág. 22).

Santos Simões considera-os de “*fabricação sevilhana tardia e de padrões banais e frequentes*” datando-os de meados do século XVI⁴⁴⁴.

Segundo José António Pinheiro e Rosa, estes azulejos encontravam-se “*nos degraus da capela-mor e até no chão, à laia de ladrilhos*”⁴⁴⁵. Ou seja, tendo em conta esta descrição, também existiriam alguns azulejos no pavimento, que se terão perdido aquando do recente lajeamento da capela-mor. Tanto quanto foi possível apurar, estes serão os únicos azulejos deste tipo que existem em igrejas algarvias.

2.7. O púlpito

O púlpito era a tribuna a partir da qual os sacerdotes pregavam aos fiéis. Em 1592, são arrolados no inventário de bens móveis da igreja dois panos de púlpito (um dos quais mandara fazer a Fábrica). Ou seja, no final do século XVI, a igreja dispunha de um púlpito, provavelmente de madeira. De facto, em 1614, dão-se instruções para que se adquiram dois “*escabelos grandes*”, por serem “*muito necessários quando concorre gente à pregação*”⁴⁴⁶.

Em 1702, o visitador vai recomendar a construção de um “*púlpito de pedra*”, com o seu respectivo pátio, de damasco branco, devendo a obra correr apenas por conta da confraria do Santíssimo⁴⁴⁷. Contudo, esta recomendação não terá sido atendida. Não obstante, na década de 60 do século XX, a igreja contava com um púlpito, adossado a uma das colunas da nave, que era constituído por uma simples caixa de madeira, com base de cantaria, assente sobre pedestal paralelepípedo, também de cantaria⁴⁴⁸, ao qual se acedia através de uma escada de alvenaria com corrimão de ferro.

Ver. Apên.Doc.
Anexo 3

Ver. Apên.Doc.
Anexo 14

Ver. Apên.Doc.
Anexo 32

⁴⁴⁴ José António Pinheiro e ROSA, *op. cit.*, 1990, pág. 60.

⁴⁴⁵ J.M. dos Santos SIMÕES, “Os mais antigos azulejos algarvios”, *in Jornal Correio do Sul*, número 1654, 1949, pág. 5.

⁴⁴⁶ APLT, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 24 de Fevereiro de 1614.

⁴⁴⁷ APLT, *Livro de registo de Visitas (1599-1698)*, fólio s/nº, visitação de 8 de Janeiro de 1702.

⁴⁴⁸ Durante muitos anos, serviu de base ao púlpito desta igreja uma pedra de ara romana, com inscrição, encontrada em 1750, nos terrenos da freguesia, onde outrora existiu a cidade de luso-romana de Balsa (Cf. Francisco Xavier de Ataíde OLIVEIRA, *op. cit.*, 1991, pág. 67). Esta pedra de ara encontra-se actualmente no Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa.

CONCLUSÃO

A freguesia de Nossa Senhora da Luz terá sido instituída nos primeiros anos do século XVI, tendo por base uma economia agrária, alicerçada na produção e exportação de frutos secos e vinho. Do lucrativo comércio de produtos agrícolas muito terão beneficiado os habitantes desta freguesia, em particular uma pequena elite, constituída por fidalgos, descendentes da nobreza quatrocentista de Tavira, que, ao longo da centúria de Quinhentos, e durante todo o 1º quartel da centúria seguinte, nela residiu. O século XVI constituiria, de facto, um período de prosperidade, certamente o mais feliz de toda a história da freguesia. Será precisamente nessa conjuntura que se financia a construção da igreja paroquial, e da maior parte dos objectos que constituem a sua ornamentação interior.

Ainda no século XVI, a paroquial de Nossa Senhora da Luz ter-se-á afirmado como um importante local de romaria, pelo menos a nível regional, circunstância que terá acarretado, para além de reformas no edifício, a instalação de uma feira anual na pequena freguesia rural, em 1558.

Particularmente no que diz respeito ao edifício da paroquial, tudo indica que, aquando da instituição da freguesia, nos primeiros anos de Quinhentos, ter-se-á edificado, num local onde já existiria uma ermida tardo-medieval, uma primitiva paroquial. De facto, há indícios históricos e materiais, aparentemente irrefutáveis, que corroboram a hipótese de ter existido uma paroquial que antecedeu a actual. Esse edifício, executado segundo o formulário artístico do manuelino, terá subsistido até à década de 50 do século XVI, altura em que se terá tornado incapaz de atender às necessidades específicas da freguesia, sobretudo àquelas que decorriam da sua condição de concorrido local de romaria. Nesta conjuntura os membros da Fábrica terão optado por construir um novo templo, em vez de ampliar o antigo edifício.

Perante a necessidade de edificar uma nova paroquial, e de algum modo contrariando a conjuntura artística dominante em Portugal em meados de Quinhentos, os responsáveis pela encomenda optaram por construir uma igreja-salão (*hallenkirchen*), modelo de raiz medieval, na altura ainda pouco divulgado em território nacional, mas adaptado aos princípios da renovação pastoral em curso, e com capacidade para albergar um grande número de fiéis, nomeadamente as multidões que anualmente se deslocavam à freguesia por ocasião da Festa do seu orago. Admite-se que a adopção de um modelo erudito, como era o de igreja-salão, possa ter resultado da intervenção de algumas figuras destacadas da região, nomeadamente do bispo D. João de Melo e Castro.

Em termos cronológicos, parece provável que a construção da actual paroquial tenha começado no início da década de 50 do século XVI, ou talvez ainda no final da década anterior, prolongando-se até aos anos 60, altura em que se terá executado o seu monumental portal axial maneirista, assinalando a conclusão da obra. Para além ser única a igreja-salão construída na região do Algarve, tudo indica que, tal como já se supunha, a paroquial de Nossa Senhora da Luz será também o mais antigo exemplar do grupo pós-manuelino, onde se incluem apenas as igrejas-salão edificadas ao longo da 2ª metade da centúria de Quinhentos.

Muito provavelmente, e apesar de não existir documentação que o comprove, o projecto do edifício será da autoria de Miguel de Arruda, arquitecto associável à concepção de várias igrejas-salão portuguesas, e que se sabe ter estado na cidade de Tavira no início da década de 50. No entanto, a execução do projecto terá cabido a uma oficina local, não sendo de descartar a hipótese de ter sido levada a cabo por um tal Gaspar de Torres, mestre pedreiro que, no final da década de 40, dirigiu as obras do convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro. A hipótese é corroborada pelas afinidades, de natureza formal, que se podem estabelecer entre elementos arquitectónicos de ambos os edifícios.

Como resultado do presente trabalho, e na sequência de uma análise, que se pretendeu criteriosa e imparcial, de todos os aspectos materiais e documentais relacionadas com o nosso objecto de estudo, a paroquial de Nossa Senhora da Luz e as manifestações artísticas existentes no seu interior, foram apresentadas algumas propostas de interpretação, que vêm dar resposta a algumas das muitas dúvidas que existiam em relação ao nosso objecto de estudo, sobretudo as relacionadas com aspectos cronológicos e autorais. Não há respostas definitivas, mas propostas de interpretação, fundamentadas por análises documentais e materiais. No futuro, a localização dos livros de registo de Visitas episcopais anteriores a 1599, ou dos assentos paroquiais prévios a 1591, fontes documentais privilegiadas para compreender o período em que terá decorrido a concepção e execução da maior parte dos elementos estudados, poderá fornecer as respostas a algumas das questões que ainda ficam em aberto.